

Evandro Nogueira de Oliveira
Érika Suyanne Sousa Silva
Edna Ferreira Pinto
Antoniél dos Santos Gomes Filho
Organizadores

EDUCAÇÃO FÍSICA SAÚDE, CORPO E LAZER

Achados de pesquisa



Evandro Nogueira de Oliveira
Érika Suyanne Sousa Silva
Edna Ferreira Pinto
Antoniél dos Santos Gomes Filho
(Organizadores)

**EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE,
CORPO E LAZER**

Achados de pesquisa



COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitali Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Evandro Nogueira de Oliveira
Érika Suyanne Sousa Silva
Edna Ferreira Pinto
Antoniél dos Santos Gomes Filho
(Organizadores)

**EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE,
CORPO E LAZER**
Achados de pesquisas

ALEXA

Embu das Artes - SP
2021

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans e Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Revisão Técnica

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Revisão de língua

Tadeu Lucas de Lavor Filho e Antoniél dos Santos Gomes Filho

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

OLIVEIRA, Evandro Nogueira de
SILVA, Érika Suyanne Souza

PINTO, Edna Ferreira
GOMES FILHO, Antoniél do Santos

Educação Física, Saúde. Corpo e Lazer: achados de pesquisa. Evandro Nogueira de Oliveira, Érika Suyanne Sousa Silva, Edna Ferreira Pinto e Antoniél dos Santos Gomes Filho (org.). Alexa Cultural: São Paulo, 2021.

14x21cm -142 páginas

ISBN - 978-65-89677-89-5

1. Educação Física - 2. Saúde - 3. Corpo - 3. Lazer - 4. Artigos, I.
Índice - II- Prefácio - III Bibliografia

CDD - 613.707

Índices para catálogo sistemático:

Educação Física

Saúde

Lazer

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem expressa autorização.
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles
emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

APRESENTAÇÃO

Este livro tem o intuito de compartilhar através de achados de pesquisas encontradas e revisões bibliográficas, discussões teóricas, estudos de campo e relato de experiência, apresentados por docentes e discentes do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS.

Desta forma, é uma iniciativa necessária para nós, profissionais da área da saúde e educação, objetivando melhorias no âmbito acadêmico e comunidade em geral. Os seus escritos revisitam situações, fatos e momentos que marcam a importância e possibilidades de se articular frentes à Educação Física com caráter legal ao exercício profissional da área.

São muitos os aspectos e enfoques que nos auxiliam a entender a constituição da Educação Física enquanto área de conhecimento científico. Entretanto, neste momento, discutiremos a partir daqueles que nos permitam entender os contextos diversos, os dilemas e as (des)construções as quais a nossa área de conhecimento está enraizada. Isto é, nossa tentativa é pensar a Educação Física como conhecimento único, porém multideterminado, a qual carrega em si saberes e fazeres das diversas áreas que constituem as ciências.

Precisamos entrelaçar e afinar os laços da Ciência com a Educação Física. Queremos ressaltar a importância da compreensão do desenvolvimento da área, bem como, das manifestações da cultura corporal de movimento como processos históricos e socialmente construídos. Esse entendimento resulta em um abraço não só referente as novas concepções, mas as que se antecederam também, conciliando-as em um movimento de apreensão e transformação do conhecimento.

Em consonância com os eixos temáticos estabelecidos pelo plano institucional do Centro Universitário Vale do Salgado, este livro, traz produções nos seguintes eixos: Educação e processos de ensino e aprendizagem; Saúde, cultura e sociedade; Gestão, tecnologia e sustentabilidade e Direitos, humanos, justiça e políticas sociais. Os

editores fazem parte de um grupo de especialistas da área que contribuem com reflexões peculiares do campo em que atuam.

Evandro Nogueira de Oliveira

Érika Suyanne Sousa Silva

Edna Ferreira Pinto

Antoniél dos Santos Gomes Filho

(Organizadores)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 9 -

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Evandro Nogueira de Oliveira, Érika Suyanne Souza Silva,
Edna Ferreira Pinto e Júlio Ribeiro Soares

- 11 -

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUANTO A SUA ATIVIDADE DOCENTE

Thainá Bezerra Batista, Evandro Nogueira de Oliveira,
Maria Vanessa Lima Delfino e Erika Suyanne Sousa Silva

- 23 -

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES MOTORAS BÁSICAS

Edilânia Alcides Freires, Erika Suyanne Sousa Silva,
Augusto Pedretti, Evandro Nogueira de Oliveira e
Naildo Santos Silva

- 39 -

ENADE: FATORES ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DO ESTUDANTE

Ana Maria Gonçalves Félix, Evandro Nogueira de Oliveira
Marcos Antônio Araújo Bezerra e Erika Suyanne Sousa Silva

- 47 -

A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES SOBRE SUXUALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Vanessa Araújo Alcântara Rodrigues, Evandro Nogueira de Oliveira
Maria Mariana Ferreira Gonçalves, Edna Ferreira Pinto e
Erika Suyanne Sousa Silva

- 63 -

CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E PERFORMATIVIDADE:
DEBATES NA EDUCAÇÃO

Andreza de Souza Oliveira, Edna Ferreira Pinto,
Érika Suyanne Sousa Silva e Evandro Nogueira de Oliveira

- 83 -

CONDIÇÕES DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS
À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E LAZER NA CIDADE
DE ICÓ-CE

Marcos Antônio Araújo Bezerra, Gêssica de Oliveira Rolim,
Cícero Cleber Brito Pereira, Jenifer Kelly Pinheiro e
Lara Belmudes Bottcher

- 95 -

EFEITOS DO MÉTODO PILATES NA FORÇA MUSCULAR DE
IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Marcos Antônio Araújo Bezerra, Hiandra da Silva Pereira,
Cícero Cleber Brito Pereira, Jenifer Kelly Pinheiro e
Lara Belmudes Bottcher

- 109 -

BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO FUNCIONAL E DE RESIS-
TÊNCIA EM MULHERES NA PRÉ-MENOPAUSA:
REVISÃO INTEGRATIVA

Cícero Cleber Brito Pereira, Ana Priscila Jorge Gomes,
Marcos Antônio Araújo Bezerra, Gabriela Gomes de Oliveira Bezerra
e Lara Belmudes Bottcher

- 121 -

SOBRE OS ORGANIZADORES

- 133 -

SOBRE OS AUTORES

- 135 -

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: REFLEXÕES E APONTAMENTOS

Evandro Nogueira de Oliveira

Érika Suyanne Souza Silva

Edna Ferreira Pinto

Júlio Ribeiro Soares

RESUMO

Este artigo discute acerca do processo de formação de professores, especificamente no que concerne à Educação Física. As reflexões analíticas e debates aqui apresentadas foram desenvolvidos a partir da análise da literatura já existente. São abordados aspectos relacionados ao modo como a Educação Física se desenvolveu enquanto ciência, especificamente no campo educacional. Nesse sentido, evidenciando-se que, embora existam diversas teorias, abordagens e perspectivas, a formação de professores em Educação Física necessita estar atenta a realidade objetiva.

Palavras-Chave: Educação Física. Formação de professores. Educação.

INTRODUÇÃO

Diversos são os aspectos e enfoques que têm nos auxiliado a entender o processo de formação de professores. Entretanto, nesta pesquisa, nos orientamos guiados por aqueles que nos permitem entender os contextos diversos, os dilemas e as (des)construções que são inerentes à área. Assim, é na tentativa de pensar o professor como ser único e singular, porém multideterminado, que concentramos nossos esforços neste estudo.

Nesta perspectiva, temos a intenção de costurar, ou melhor, de entrelaçar, afinando os laços da formação de professores com a especificidade da formação de professores em Educação Física. Talvez, essa necessidade tenha surgido porque esta área de conhecimento é marcada, historicamente, por momentos que a distingue de outros cursos de licenciatura, que igualmente formam professores para a Educação Básica.

A Educação Física manteve-se, durante muito tempo, alicerçada à bases acrílicas de conhecimento. Esses períodos ficaram

conhecidos e marcados, especialmente pelos movimentos militaristas, higienistas e esportivistas, cujos têm em comum práticas que privilegiam “o fazer pelo fazer”. A organização do conhecimento, nestas perspectivas, partem de áreas advindas das ciências médicas, privilegiando conhecimentos ligados à fisiologia, anatomia e biologia.

Contudo, não fazemos um julgamento que negue a importância desses conhecimentos produzidos e reproduzidos, respectivamente, por estas perspectivas. Pois, pensamos como Soares (2011, p. 14) que, ao desenvolver sobre a importância da transmissão das aquisições culturais ao longo da história, afirma: “sem transmissão cultural, sem a educação o movimento da história humana é praticamente impossível, senão totalmente impossível”. Assim, para pensar o processo de constituição da Educação Física enquanto área de conhecimento, é preciso analisar os contextos históricos, políticos, sociais e culturais, os quais historicamente foi constituída.

Considerando os pressupostos teóricos que conduziram a Educação Física, os quais vão desde as perspectivas acríticas até às concepções que dispõem de ligações com estudos nas áreas das Ciências Sociais, Filosofia e Pedagogia, que por sua vez consideram os aspectos históricos e culturais como condutores de suas práticas, essas áreas de concentração configuram-se como um passo importante no que tange ao desenvolvimento das pesquisas no campo da Educação e Educação Física, pois, iniciam um processo de despertar para uma diversidade de correntes e abordagens teóricas que, além de contribuir de forma exponencial para a sua implantação e reconhecimento como área de conhecimento no âmbito educacional, especificamente na escola, tem nos possibilitado estudar a Educação Física em seus diversos aspectos.

Deste modo, objetivamos, neste estudo, refletir acerca do processo de formação de professores em Educação Física, avançando para um entendimento crítico da realidade.

EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO: PERCURSO HISTÓRICO

Antes de adentrarmos no processo propriamente dito da formação de professores em Educação Física, pensamos ser necessário conhecer a sua história como ciência no campo educacional. Segundo Darido (2003), nos períodos que antecederam à sua confi-

guração como conhecimento pedagógico predominava-se os hábitos de higiene e saúde com fins à assepsia social, este período ficou conhecido como Educação Física Higienista. Já noutra vertente, passou a contribuir para a formação de uma geração capaz de suportar a guerra, preparar-se para a luta e o combate, esse período é marcado pela Educação Física Militarista. Na década de 70 o governo com a pretensão de tornar o Brasil uma potência mundial no esporte, orienta quase exclusivamente que a Educação Física assuma esse conteúdo como hegemônico, valorizando o esporte com suas regras institucionalizadas, nesta fase instaurou-se o binômio Educação Física/Esporte, ficando conhecida como Educação Física Esportivista.

Essas tendências, no entanto, reproduzem em suas práticas processos excludentes dos mais diversos tipos de sujeitos, por exigirem um modelo de sujeito difícil de ser alcançado. Tais práticas, desconsideram os fracassos, as individualidades e as interações sociais como condições essenciais na construção do conhecimento. Oliveira (2002, p. 54), ao considerar esse conjunto de elementos, reforça nosso entendimento, ao afirmar que a Educação Física tinha a função, neste período, de “reprodução do ideário oficial, calcado na ideologia da segurança nacional e do Brasil grande”, assim, a Educação Física, nesse período, consistia em atender os interesses do Estado.

Como já adiantamos, a sistematização dos conhecimentos em Educação Física centrava-se, predominante, em torno das perspectivas higienistas, isto é, “nela, a preocupação central é com os hábitos de higiene e saúde, valorizando o desenvolvimento do físico e da moral, a partir do exercício” (DARIDO e RANGEL, 2008, p. 03). Ainda, segundo as autoras, outra abordagem bastante presente foi a militarista, cujos objetivos eram vinculados à formação de uma geração capaz de suportar a batalha e preparar o corpo para a guerra. Para isso, predominou a seleção de indivíduos considerados “perfeitos” do ponto de vista físico.

Segundo Darido (2003), ambas as concepções Higienista e Militarista da Educação Física possuíam, eminentemente, caráter prático e instrutivo, ou seja, nenhuma utilizava-se de fundamentações teóricas para subsidiarem as suas práticas. Nesse direcionamento, nas palavras da autora, “não havia distinção evidente entre a Educação Física e a instrução física militar. Para ensinar Educação Física, não era preciso dominar conhecimentos e sim ter sido um ex-praticante” (p. 03).

Já na década de 70 o esporte entra em cena e passa a ser o conteúdo predominante na Educação Física escolar. Darido e Rangel (2008), afirmam que esse movimento ganha força a partir do momento em que a seleção brasileira de futebol consegue seu tricampeonato na Copa do Mundo em 1970, no México. Nesse período, “observou-se uma ascensão do esporte em razão do Estado e a inclusão do binômio Educação/Esporte na planificação estratégica do governo, muito embora o esporte de alto nível estivesse presente no interior da escola desde os anos 20 e 30” (DARIDO e RANGEL, 2008, p. 04). Com isso, o esporte passa a ser conteúdo hegemônico nas aulas de Educação Física tendo como principal objetivo formar atletas, partindo do desejo de transformar o país em uma potência dos esportes.

Contudo, a prática pedagógica da Educação Física que priorizava os mecanismos de seleção em detrimento dos aspectos sociais e culturais passou a ser contestada a partir de meados da década de 80, em virtude dos movimentos educacionais que ganharam força nessa mesma época, os quais em sua maioria passaram a questionar os modelos tradicionais de ensino, dava-se início ao movimento das pedagogias críticas da educação.

EDUCAÇÃO FÍSICA E CAMPO CRÍTICO: REFLEXÕES

Com a efetivação da Educação Física no campo educacional através de políticas públicas e movimentos renovadores da educação, começaram a surgir diferentes abordagens pedagógicas específicas desta área de conhecimento, as quais foram sistematizadas e pensadas a partir desse novo momento. Entre os inúmeros propósitos dessas abordagens, algumas têm em comum o objetivo de romper com as práticas pedagógicas tradicionais. Sobre esse marco, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física descrevem:

O campo de debates se fertilizou e as primeiras produções surgiram apontando o rumo das novas tendências da Educação Física. As recém-criadas organizações da sociedade civil, bem como entidades estudantis, sindicais e partidárias, somaram-se setores do meio identificados com as tendências progressistas. Simultaneamente, a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física, o retorno de professores doutorados que estavam fora do Brasil, as publicações de um número maior de livros e revistas, bem como o aumento do número de congressos e outros eventos dessa natureza foram fatores que contribuíram para esse debate (BRASIL, 2001, p. 22).

Há aqui, a priori, uma tentativa de possibilitar outros caminhos para a Educação Física, ou seja, pensar a área para além da reprodução de gestos motor-mecanizados. Este momento, desperta para a necessidade de produzir teorias específicas da área, bem como discuti-las e conhecê-las sobre diferentes perspectivas. Em síntese, há uma tentativa de reconciliar aspectos da teoria e da prática.

Darido e Rangel (2008) apontam para três fatores que foram cruciais para dar início a essa renovação/mudança na concepção de ensino da Educação Física escolar. Para as autoras momentos como: a) participação direta da sociedade civil no processo eleitoral; b) liberdade acadêmica para pesquisa, inclusive temas opostos ao regime de governo; e c) encontros acadêmicos para discutir diferentes concepções e teorias da área, se constituem como momentos importantes no que se refere a uma nova concepção desta área de ensino.

Assim sendo, em oposição à vertentes tecnicistas, esportivistas e biologicistas, surgem movimentos educacionais na Educação Física inspirados, principalmente no novo momento histórico social brasileiro. Neste aspecto, atualmente, coexistem diferentes teorias, perspectivas, concepções e abordagens que têm auxiliado professores no processo educacional, especialmente no que se refere a sua atividade docente. Entretanto, debateremos aqui acerca de três conceitos que se destacam no que tange as suas abordagens teórico-metodológicas por considerarem a cultura e o social como meio para se pensar a ação pedagógica, são eles: Cultura Corporal, Cultura do Movimento e Cultura Corporal de Movimento.

O termo Cultura Corporal, debatido pelo Coletivo de Autores (1992), na obra “Metodologia do Ensino da Educação Física”, destaca a importância de se trabalhar com os conteúdos danças, jogos, ginástica, esportes e lutas. Esta perspectiva está materializada na abordagem Crítico-Superadora, a qual tem sua pedagogia ligada ao trato das questões de poder, interesse, esforço e contestação da realidade, por entender, também, que a pedagogia mais apropriada não está focalizada apenas nos processos de aprender e de ensinar, mas também sobre como se adquire esse conhecimento, valorizando a questão da contextualização dos fatos e do resgate histórico (DARIDO, 2003).

Já a Cultura do Movimento tem como maior representante no Brasil o professor Elenor Kunz. O autor escreveu sobre a aborda-

gem pedagógica denominada de Crítico-Emancipatória. Essa perspectiva questiona o movimento concebido como fenômeno meramente físico. Ou seja, este conhecimento entende que o movimento humano é produzido historicamente e culturalmente. Assim sendo, essa proposta problematiza, principalmente concepções “mecanicista de corpo e de movimento, na qual o corpo está separado do mundo, buscando fundamentos na concepção fenomenológica de corpo e de movimento, ou seja, na ideia de que o ser humano é inseparável do mundo em que vive” (NÓBREGA e MENDES, 2009, p. 03). Assim, busca através da competência objetiva, da competência social e da competência comunicativa, formar cidadão críticos e co autonomia para a transformação (ou não) da sociedade.

No que se refere à Cultura Corporal de Movimento, os estudos dos professores Mauro Betti e Valter Bracht servem de base teórica, esta teoria, mais tarde foi adotado na sistematização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de Educação Física, transformando-o em proposta pedagógica. Segundo Kravchychyn et al (2013), dizem que essa corrente nos permite repensar a Educação Física Escolar, pois passamos a entendê-la “como disciplina que visa oferecer a apropriação crítica da cultura corporal de movimento, para formar o cidadão que usufrua, compartilhe, produza, reproduza e transforme os modos culturais da motricidade humana” (idem, 2013, p. 15).

Ao narrar esse pequeno giro pela história, queremos ressaltar a importância da compreensão do desenvolvimento do conhecimento tratado na Educação Física, bem como as manifestações da cultura corporal de movimento como processos históricos e socialmente construídos e por isso não devem ser negados, ao contrário, devem ser explorados de forma que a produção do conhecimento possa fazer surgir novas propostas.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO FÍSICA: APONTAMENTOS

Nessa direção, o exercício feito neste estudo nos fornecerá possibilidades para compreender o processo de formação docente a partir de uma perspectiva crítica. Todavia, as reflexões aqui tematizadas irão considerar os processos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos como condições essenciais no que se refere à

temática. A formação docente, nesta conjuntura, pode ser entendida como um processo mediado por afetações, multideterminado pela realidade e que, em seu curso, pode configurar o modo de pensar, sentir e agir do professor.

As complexidades que envolvem a atividade educativa nos fazem pensar e refletir acerca das constantes transformações que são gestadas pelos docentes no seu processo formativo. Nesta perspectiva, devemos compreender que o processo de formação de professores é um movimento contínuo cujo ambiente educacional é elemento mediador e potencializador da atividade docente.

No que diz respeito à formação de professores, encontramos em meio aos debates e pesquisas no campo educacional pensamentos hegemônicos amplamente divulgados que defendem a tese de que é na prática, no movimento direto da sala de aula, nas relações estabelecidas durante a atuação, que o professor vai se formando e formando os outros. Isto é, o professor se forma com base na sua experiência prática, no fazer pedagógico, “colocando a mão na massa”.

De acordo com Nóvoa (1992), é preciso reconhecer as deficiências dos atuais programas de formação e ir além desenvolvendo projetos que provoquem mudanças educativas para “produzir a vida do professor” (resgatando suas histórias, experiências e saberes) e “produzir a profissão docente”, nas quais possam ser valorizados os educadores e as políticas educacionais.

Prosseguimos pensando, especificamente sobre a formação do professor de Educação Física. Para esse exercício, tomaremos os seguintes autores como base: Borges (1998); Benites, Souza Neto e Hunger (2008); Soares Júnior (2010); Quelhas e Nozaki (2006) e Taffarel (2012). Embora esses estudos não trabalhem com o mesmo enfoque, eles são aqui citados porque nos possibilitam pensar sobre a formação docente em Educação Física.

O livro da professora Cecilia Borges (1998), traz, em toda sua discussão, aspectos relacionados à formação de professores de Educação Física. A autora foca sua pesquisa no trabalho de dois professores, reunindo elementos que vão explicar as trajetórias escolares e profissionais sobre a escolha de ser professor.

O trabalho de Benites, Souza Neto e Hunger (2008) lança olhares diretamente para o processo histórico que perpassa pela

implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais, especificamente as dos anos 2002 e 2004. Para os autores, esse momento aponta para os ideais que submetiam à formação dos professores de Educação Física no Brasil, para isso, apresentam como ponto forte uma análise das políticas públicas que enfocam na formação de professores dessa disciplina.

Soares Júnior (2010) vai ao encontro dos estudos de Pimenta (2005) e Ghedin (2005), cujo entendimento do processo de formação de professores é alicerçado no movimento crítico-reflexivo. O trabalho intitulado “O professor reflexivo e a produção sobre formação de professores em Educação Física”, dialoga com autores como Pimenta, Contreras, Schön, afunilando para especificidades da área da Educação Física. Soares Júnior (2010), neste estudo, elabora uma crítica no que se refere ao conhecimento produzido especificamente na Educação Física, quando afirma que alguns autores desta área não guardaram a fidelidade ao movimento do professor-reflexivo. Na pesquisa, o autor tece a seguinte análise: “em relação ao processo de reflexão, entendo como necessária uma superação da perspectiva reflexiva de Donald Schön, principalmente por ela desprivilegiar o papel da teoria e do conhecimento científico” (idem, 2010, p. 313). Dessa forma, podemos inferir a necessidade de uma produção teórica na área da Educação Física que supere a produção de conhecimento alicerçada nos saberes produzidos apenas na prática.

Os trabalhos de Quelhas e Nozaki (2006) e Taffarel (2012) fazem uma análise das mudanças que ocorreram no interior da Educação Física, tendo como ponto de partida a crítica à fragmentação dessa área de conhecimento em licenciatura e bacharelado. Os autores defendem a tese de que a Educação Física é uma só e por isso necessita ser retomada a sua unificação no que se refere à unidade licenciatura e bacharelado. As análises dos professores podem ser compreendidas por um receio – legítimo – do sucateamento e esvaziamento da profissão docente.

É importante relatar que as primeiras escolas de formação de professores de Educação Física surgem nas duas primeiras décadas do século XX (QUELHAS e NOZAKI, 2006; BORGES, 1998; BENITES, SOUZA NETO e HUNGER, 2008). Essas escolas sofreram a influência das ideologias escolanovistas e das instituições

militares. Quelhas e Nozaki (2006) dizem que a primeira escola foi fundada na Seção de Educação Física da Força Pública de São Paulo e que, em 1914, formou os primeiros mestres de ginástica e mestres de esgrima.

Nessa mesma linha de pensamento, Borges (1998) adverte que nesse mesmo período foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) que compreendia cursos como Letras, Pedagogia, Filosofia e uma seção especial de Didática. Assim, “os alunos que completassem o curso ordinário de três anos e, após, concluíssem o curso de didática, de um ano, receberiam o diploma de licenciado” (BORGES, 1998, p. 26). Para a autora é de causar estranheza que duas unidades de formação implantadas em períodos tão próximos possuam finalidades de formação de professores tão antagônicas.

Observando esse panorama, outro problema apontado pelos autores são as inúmeras habilitações coexistentes em Educação Física. Segundo Borges (1998, p. 26), é possível citar os seguintes níveis: “técnicos, especialistas, monitores e professores, sendo que estes últimos eram procedentes de escolas militares, cursos de 2º grau, licenciatura curtas e programas de treinamento para leigos”. Essa particularidade na formação fez a Educação Física seguir um caminho próprio, como afirmam Benites, Souza Neto e Hunger (2008, p. 345):

As suas diretrizes curriculares sempre ocorreram de forma paralela aos normativos da Educação, quando comparada com as demais áreas de formação de professores, pois ela assumiu um caminho próprio, sendo que muitas das deliberações foram incorporadas no “seu ritmo”, mas não no mesmo “tempo” das demais licenciaturas.

Assim, é possível, a partir das leituras realizadas, inferir que o modo como se constitui a formação de professores em Educação Física forneceu elementos para a sua desvalorização enquanto área de conhecimento, entretanto, entendemos que o nosso papel situa-se em refletir sobre os processos formativos no intuito de produzir um novo modelo para se pensar a profissão docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesses escritos é possível afirmar que o processo de constituição do professor exige do sujeito atenção aos dilemas contemporâneos da educação, ou seja, requer que o sujeito esteja apto às exigências cotidianas, agindo com desenvoltura sobre os pro-

blemas que permanecem expostos. Deste modo, lidar com aspectos da realidade objetiva, tais como: falta de estrutura, escassez de material didático e pedagógico, má remuneração e condições de trabalho, bem como o mal estar docente gerado por alguns professores, se constitui como fatores que implicam, sobremaneira, no processo de constituição do professor.

REFERÊNCIAS

BORGES, C. M. F. O professor de educação física e a construção do saber. Campinas/SP: Papyrus, – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). 1998

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 2001.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. SãoPaulo: Cortez, 1992.

DARIDO, S, C. RANGEL, I, C, A. Educação física na escola – Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koo- gan, 2008.

DARIDO, S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003

MENDES, M. I. B. de S.; NÓBREGA, T. P. da. CULTURA DE MOVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE CORPO, NATUREZA E CULTURA. Pensar a Prática, [S. l.], v. 12, n. 2, 2009.

NÓVOA, A. Vidas de professores. Portugal: Porto Editora, 1992.

OLIVEIRA, M, A, T. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-19850): história e historiografia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002.

QUELHAS, A de Z. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES FRENTE AOS AVANÇOS DO CAPITAL. Motrivivência Ano XVIII, Nº 26, P. 69-87 Jun./2006

SOARES, J. R. Atividade docente e subjetividade: sentidos e signifi-

cados constituídos pelo professor acerca da participação dos alunos em atividades de sala de aula. TESE (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo. 2011.

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUANTO A SUA ATIVIDADE DOCENTE

Thainá Bezerra Batista
Evandro Nogueira de Oliveira
Maria Vanessa Lima Delfino
Erika Suyanne Sousa Silva

Resumo

A Educação Física, por muitas vezes, é vista como uma atividade complementar para outras disciplinas, e em algumas situações, considerada como um momento de distração. O presente estudo buscou analisar a percepção dos profissionais de Educação Física quanto a sua atividade docente na escola, para tal, foi utilizada a abordagem qualitativa, valendo-se do método dialético, dispondo ainda da ordem exploratória e descritiva, sendo a amostra composta por Professores de Educação Física, atuantes da Rede Municipal de Ensino Fundamental na Cidade de Icó-CE. A coleta de dados aconteceu por meio de uma entrevista por videoconferência, sendo ela norteada por um roteiro semiestruturado, contendo perguntas voltadas ao tema do estudo. A análise se deu através da interpretação dos relatos dos professores, utilizando-se da análise do discurso do sujeito coletivo.

Palavras-chaves: Educação Física. Atividade Docente. Percepção do Professor.

INTRODUÇÃO

Dentro da área de conhecimento Educação Física, existe um fator conhecido como reconhecimento social, que está relacionado ao sentimento de satisfação com o trabalho e com a profissão (FARIA,2012). Este fator faz parte das seis dimensões da teoria do reconhecimento social estudado por Axel Honneth (2008), que é usado para compreender o processo de construção da identidade do professor. No entanto, esse reconhecimento social acaba sendo influenciado pelo fato da Educação Física muitas vezes ser vista como uma atividade complementar para outras disciplinas, sendo considerado nas escolas como um momento de distração, fator esse, que influencia diretamente no reconhecimento como professor.

Atualmente, o motivo dos professores se sentirem prejudicados quanto ao seu espaço dentro das escolas, é um fator histó-

rico-social, que reflete na compreensão do profissional de Educação Física como um docente de fato (MACEDO, 2006). Com base nisso, podemos elencar algumas ações que poderiam minimizar essa situação, como a implementação de ações de formação continuada, a fim de romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional, objetivando o reconhecimento como devido professor, assim como mais políticas ou projetos de leis, que torne obrigatório o ensino da Educação Física em todas as etapas escolares, inclusive na educação infantil, sendo elas ministradas pelo próprio professor de Educação Física, e não mais por professores polivalentes.

É de extrema relevância, pesquisar sobre o professor de Educação Física, como o mesmo desenvolve um papel tão importante dentro da escola, assim como professores de outras disciplinas, que também utilizam dos meios de pesquisas e especializações, buscando proporcionar um ensino de qualidade, trabalhando os princípios de inclusão, respeito, igualdade e diversidade, não ficando restrito apenas ao ensino dos esportes, mas sim, utilizando o mesmo, como ferramenta para desenvolver todos esses princípios, assim como também proporciona condições de aprendizagem e desenvolvimento, baseado nos conteúdos básicos da Educação Física, como jogos, danças, lutas, esportes e ginástica, com o objetivo de desenvolver o aluno de forma integral (SILVA, 2018).

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais de Educação Física quanto a sua atividade docente na escola, apontando as influências histórico-sociais que contribuíram para o entendimento sobre a disciplina nos dias de hoje e compreendendo a evolução da Educação Física como disciplina e como profissão. Diante das informações expostas acerca da pesquisa, surgiu o seguinte questionamento: atualmente os profissionais de Educação Física ainda sofrem exclusão? São valorizados como devidos professores?

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, valendo-se do método dialético, dispondo ainda da ordem exploratória e descritiva (Lakatos e Marconi 2017). A amostra foi composta por professores de Educação Física, atuantes da Rede Municipal de Ensino Fundamental da sede de Icó- Cear

rá, com idade entre 22 e 60 anos, totalizando 4 professores. A seleção desses sujeitos se deu através de uma pesquisa prévia na Secretaria de Educação do município de Icó, com o intuito de saber a quantidade exata de professores de Educação Física em exercício no Ensino Fundamental na Zona Urbana. O estudo não necessitou de cálculo amostral, por se tratar de uma amostra que contempla o total de professores atuantes na rede municipal de ensino fundamental da zona urbana atualmente.

Em virtude da pandemia causada pela covid-19, as entrevistas foram realizadas por videoconferência utilizando-se da plataforma *Zoom Video Communications*, visto que os profissionais da educação, neste momento específico, estão fazendo uso desta mesma plataforma para lecionar. Os encontros com os sujeitos aconteceram de forma virtual, respeitando as medidas de distanciamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esses encontros foram agendados respeitando as preferências de data e horário de cada participante. Para assegurar o anonimato dos entrevistados, foi atribuído aos mesmos nomes fictícios.

A entrevista foi norteadada por um roteiro semiestruturado, o qual contemplou 07 perguntas, todas voltadas ao tema do estudo. O tempo estabelecido para as entrevistas foi de 10 a 30 minutos. Para a análise foi utilizado o método análise do discurso do sujeito coletivo (DSC), o qual tem como principal objetivo teórico o discurso do sujeito estudado, centrando-se na língua e na escrita para a explicação. Esse estudo obedeceu a quatro etapas: 1º Escolha do tema; 2º Definição e organização do corpus; 3º Análise; 4º Escrita da análise (SOUZA, 2014).

DESENVOLVIMENTO

Os quadros a seguir correspondem aos dados coletados através da entrevista, contemplando as perguntas do pesquisador e as respostas dos participantes. Devido a desistência de um dos participantes, seguimos a pesquisa com 75% da amostra. Abaixo, encontram-se as 07 temáticas respondidas.

Percepção quanto a liberdade de planejamento

PERGUNTA 01:	Qual a sua percepção quanto ao seu espaço dentro da escola? Sente que tem liberdade em planejar e lecionar sua aula? Explique.
Resposta Márcia	A escola dar liberdade e até mesmo cobra a condição de você está presente no seu horário de planejamento, como também planejar as suas aulas e assim vir a realizá-las.
Resposta Jony	Tenho liberdade para elaborar, planejar e escolher os conteúdos a serem desenvolvidos, porém nem sempre há material e suporte necessário para tal. Nesse caso fico um pouco limitada.
Resposta Marcela	Muitas vezes a Educação Física é deixada de lado, pois muitas pessoas ainda tem uma visão ultrapassada da disciplina. Sim, a gente tem a liberdade para planejar, mas também ficam algumas questões, a gente sente dificuldade com relação à materiais didáticos e esportivos. Isso também representa um empecilho, quanto aos conteúdos que são efetivamente colocados em prática.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Como podemos observar, a percepção dos professores quanto a essa questão é bastante semelhante. Ambos relatam ter liberdade em criar e planejar suas aulas, bem como realizá-las. No tocante ao planejamento, notamos na fala da Professora Márcia que os gestores cobram dos mesmos a presença na escola no horário definido para a realização desse planejamento. Outro ponto também é abordado pelos professores, como a questão dos materiais, embora não tenha sido esse o foco da pergunta. Os professores demonstraram uma angústia com relação à falta dos materiais, como podemos observar nas falas dos professores Jony e Marcela, os mesmos relatam ter liberdade para planejar e dar aula, porém se sentem atraídos com a escassez desses materiais, resultando em um planejamento limitado.

Para Silveira (2015), o planejamento é um instrumento de possibilidade para uma visualização de uma ação que venha a se tornar realidade, e através do mesmo é possível ainda avaliar e solucionar problemas decorrentes dos alunos. Lopes (2014), complementa esse pensamento dizendo que o planejamento é um processo educacional, que indica prioridades, determina os meios e os recursos para atingir as metas educacionais, e ainda acrescenta que é a garantia dos resultados, uma vez que utiliza dos meios de organização das atividades, raciocínio e criticidade.

Visto isto, consideramos que o ato de planejar é fundamental e extremamente necessário no ambiente escolar. Ao realizar

o planejamento, o professor utiliza-se de estratégias e alternativas para agir de acordo com as características individuais de cada aluno, fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma integral. O professor de Educação Física, ao planejar, define objetivos para suprir a necessidade de seus alunos, obedecendo a sequência lógica dos conteúdos e da disciplina. Além disso, ao planejar, o professor seleciona recursos e procedimentos para facilitar a aprendizagem, resultando em um maior rendimento escolar (GUIRRA, 2017).

Recursos e materiais

PERGUNTA 02:	A escola oferece recursos e materiais para a realização de suas aulas? Se sim, que materiais? São suficientes? Esses materiais encontram-se em bom estado?
Resposta Márcia	É, fica até difícil de dizer por que os materiais utilizados às vezes chegam a passar de um ano para outro sendo utilizado, ou seja, é rara a oferta, entendeu?! A condição de material para as aulas de Educação Física é um pouco escassa. Na maioria das vezes, são materiais esportivos e se resumem em bolas, em alguns casos a gente tem acesso a cones, cordas, algumas argolas, mas não é sempre. Às vezes acontece a condição de que o ano passado foi dado, talvez esse ano a gente não tenha, a gente tem que manter e preservar aquele material para que ele venha a durar o maior tempo possível. Os materiais não são suficientes e não se encontram em bom estado.
Resposta Jony	Recursos e materiais limitados. Alega-se não ter dinheiro para tanto. Disponibilizam bolas, cones e cordas. Quando as bolas acabam, nem sempre se compram em tempo hábil.
Resposta Marcela	Sim, a escola disponibiliza, mas muitas vezes esses materiais se mostram insuficientes. Algumas vezes eu até comprei materiais como bola no ano passado, e o material até agora que foi disponibilizado para a gente foi uma bola de futsal, e também com uma qualidade mínima.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Se tratando de materiais para a realização das aulas de Educação Física, podemos observar na fala dos professores que existe uma dificuldade muito grande, tanto pela falta de materiais, quanto pela quantidade e qualidade. Para mostrarmos isso, destacamos os seguintes trechos: “*A condição de material para as aulas de Educação Física é um pouco escassa*”. “*Muitas vezes esses materiais se mostram insuficientes*”. “*Com uma qualidade mínima*”. Esse tipo de situação é bem comum na realidade das escolas situadas nesta cidade, pois em sua maioria, realizam compras de materiais somente uma, ou no má-

ximo duas vezes ao ano, podendo também está suscetível à situações representadas pelas seguintes falas: “Quando as bolas acabam, nem sempre compram em tempo hábil”. “Às vezes acontece a condição de que o ano passado foi dado, talvez esse ano a gente não tenha”. Outro ponto é importante destacarmos, a restrição de materiais voltados para a realização de aulas de dança e ginástica, tendo em vista que os materiais fornecidos pela escola, se resumem em itens esportivos, tais como bolas, cones e cordas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) o Estado deve garantir “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínima por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem”. Com essa citação, fica claro que para que se obtenha um ensino de qualidade, e para que se atenda a necessidade dos alunos e se tenha uma aula estruturada, é indispensável o uso de materiais e recursos pedagógicos. Vale salientar que, esses materiais devem se encontrar em bom estado de conservação e em quantidade favorável, para que possam atender aos requisitos mínimos da educação (FREITAS, 2014).

A falta de materiais implica diretamente no desenvolvimento do educando, uma vez que o mesmo passa a ter uma vivência limitada dos conteúdos da Educação Física, por não ter à disposição os objetos essenciais para a sua prática. Essa vivência limitada pode ocasionar vários retardos na aprendizagem do aluno, no sentido de que o mesmo poderá chegar à adolescência ou até mesmo a fase adulta sem saber realizar movimentos motores fundamentais (LIMA, 2013).

Conquista do espaço na escola

PERGUNTA 03:	Na sua concepção, como os profissionais de Educação Física, historicamente conquistaram um espaço dentro da escola?
Resposta Márcia	Valorizando a sua disciplina, mostrando o nível de importância dela na construção do ser humano de forma completa, não só física, mas social, afetiva, espiritual, de todas as maneiras.
Resposta Jony	Através de muito trabalho e muita luta, até surgirem às leis que nos amparam.
Resposta Mar- cela	Eu acredito que naturalmente. Utilizando a ludicidade e atividades que são do interesse dos alunos.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Quando perguntamos aos professores como os profissionais de Educação Física conquistaram um espaço dentro da escola, obtivemos como uma resposta geral que esse espaço foi conquistado através de lutas, que podemos interpretar como os movimentos, as reformas, os consertos, e a criação de leis como cita o professor Jony: *“Através de muito trabalho e muita luta, até surgirem às leis que nos ampara”*. Esse espaço também foi conquistado através da valorização conforme observamos na fala da professora Márcia: *“Valorizando a sua disciplina, mostrando o nível de importância dela na construção do ser humano de forma completa, não só física, mas social, afetiva, espiritual, de todas as maneiras”*.

Dentre esses pontos de vista, observamos no discurso da professora Marcela, a crença de que esse espaço se deu de forma natural, e que aos poucos a disciplina foi um gerando interesse por parte dos alunos. De fato, essa disciplina chegou até o âmbito escolar porque muitos profissionais da área reconheceram a sua importância nesse meio, lutaram e buscaram se consolidar como disciplina obrigatória nas escolas.

E com a criação da LDBEN, a Educação Física ganhou uma maior visibilidade como disciplina, principalmente após a publicação do decreto 69.450/71, que assegurou a existência da disciplina em todos os níveis de ensino. Esse decreto, culminou para a sua regulamentação e com essa regulamentação, a Educação Física passa a desenvolver nas escolas a promoção da saúde, através dos conteúdos dança, ginástica, lutas, jogos e esportes (SILVA,2014).

PREJUÍZOS CAUSADOS POR OUTRAS ATIVIDADES

PERGUNTA 04:	Em algum momento, você sentiu que sua aula foi prejudicada para favorecer outras disciplinas? De que maneira?
Resposta Márcia	Já existiu! Já existiram momentos em que isso aconteceu, mas é raro diante as condições que eu sempre me coloco à escola, que eu não abro mão da minha aula, não abro mão da minha disciplina, da aplicação da Educação Física no contexto escolar em relação às demais, por que a Educação Física já vem sendo prejudicada de forma geral, a quantidade de aula oferecida, ou seja, que a escola oferece aos alunos, é bem reduzido em comparação às outras. A aula já foi prejudicada por causa de provas e avaliações externas, por exemplo, simulados, revisão para uma prova que vai acontecer no dia seguinte, a utilização daquela aula para fazer e tal, foi nesses aspectos.

Resposta Jony	Sim. A Educação Física nunca é uma prioridade dentro da escola e a importância dada a ela é sempre em segundo plano.
Resposta Marcela	Com certeza! Principalmente, quando a gente usa um espaço comum da escola, que a gente faz alguma atividade diferente sempre vem algum professor reclamar, sempre vem o núcleo gestor. Mesmo a gente sentindo o apoio, a gente sabe que está incomodando, então, em algumas vezes em que a gente tem a 5ª aula, precisa passar conteúdo e muitas vezes usam essa aula para outras atividades da escola, quando tem algum evento. A gente também é discriminado na questão da carga horária, pois muitas vezes a gente tem uma gama de conhecimentos de conteúdos para passar e aquela aula a gente sabe que é insignificante, tanto na teoria como também na aula prática.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Conforme observamos nas respostas, os professores afirmam que suas aulas já foram prejudicadas em função de outra disciplina, ou até mesmo em função de eventos, de simulados e avaliações externas. Essa situação, em tese, pode ocorrer devido às influências históricas sofridas pela Educação Física, onde se atribui à disciplina um rótulo de “menos importante” (DARIDO, 2015). O pensamento da autora faz jus a resposta dada pelo professor Jony: *“A Educação Física nunca é uma prioridade dentro da escola e a importância dada a ela é sempre em segundo plano”*.

Ainda no que se refere à análise, observamos nas respostas, que além do prejuízo causado para favorecer outras disciplinas e outras atividades referentes à escola, as aulas são prejudicadas pela pequena quantidade de horas destinadas para a sua aplicação, como observamos nas seguintes falas: *“A Educação Física já vem sendo prejudicada de forma geral, a quantidade de aula oferecida, ou seja, que a escola oferece aos alunos é bem reduzido em comparação às outras”*. *“A gente também é discriminado na questão da carga horária”*. Dentre todos esses pontos, podemos perceber o quanto a disciplina ainda é marginalizada no cenário escolar.

É notório que o professor de Educação Física, enfrenta muitas dificuldades no meio escolar, principalmente quando se trata em escolas públicas. Segundo Bertini Junior (2013) e Darido (2015), a disciplina desde o início da sua colocação na escola sofria o preconceito de baixo status, estando, portanto, em um patamar inferior em relação às outras disciplinas reconhecidas como de cunho mais intelectual.

Portanto, cabe ao professor expor sua importância nesse meio, justificando sua prática pedagógica, a fim de conquistar o respeito e o reconhecimento dentro da escola. É através de ações e posicionamentos, que conseguiremos mostrar que a Educação Física vai além da técnica, vai além de momentos de recreação, será por meio dessas colocações que a disciplina vai se consolidar, pois a partir do momento que o professor reconhece o seu devido valor, a escola também passa a reconhecer (ANTUNES, 2013).

Liberdade do fazer pedagógico

PERGUNTA 05:	Na sua concepção, a escola lhe permite criar ou realizar ações, assim como dá apoio investindo na sua ideia? Se sim, de que forma?
Resposta Márcia	Sim, sempre! Sempre que eu apareço com alguma ideia de realização, seja um projeto de pesquisa, seja um evento esportivo, seja um trabalho direcionado a uma temática que foge um pouco da Educação Física, mas são assuntos transversais, e a escola sempre apoia sim.
Resposta Jony	Dá apoio. Investimento, nem sempre.
Resposta Marcela	Permite sim, até certo ponto. Pois muitas vezes ao realizar um projeto, em que deve haver parcerias, a gente se ver sozinhos, a escola sem estrutura e sem material, isso faz com que a gente fique desanimado e sem motivação para implementar esses projetos.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Analisando as respostas, percebemos que a escola permite que os professores criem e realizem ações em prol dos alunos e da instituição, e apoia esse tipo de iniciativa, conforme observamos na seguinte fala: *“Sempre que eu apareço com alguma ideia de realização, seja um projeto de pesquisa, seja um evento esportivo (...) a escola sempre apoia”*. Esse tipo de incentivo é essencial, para que se obtenha sucesso no ensino da disciplina, pois o incentivo/apoio causa um impacto positivo no desenvolvimento de qualquer atividade e conseqüentemente no desenvolvimento escolar, fazendo com que toda comunidade (professores, gestores e alunos) se beneficiem (FLORES, 1998).

Contudo, quando se trata de investimento, evidenciamos nas respostas que as escolas nem sempre oferecem, não sabemos ao certo o motivo pelo qual o investimento não é ofertado aos professores de maneira correta, mas reconhecemos que há deficiência nesse sistema quando se obtém o tipo de resposta: *“Dá apoio. Investimento,*

nem sempre”. Também nos deparamos com a situação descrita pela professora Marcela: “*Muitas vezes ao realizar um projeto, em que deve haver parcerias, a gente se vê sozinho, a escola sem estrutura e sem material*”. Já abordamos neste estudo as implicações causadas pela falta de materiais e estrutura nas escolas, e compreendemos que essa situação limita o trabalho do professor de forma geral.

O investimento não se trata apenas de recursos financeiros, ele vai além, trata-se também de parcerias, junção de ideias e colaboração. Neste sentido, quando a equipe pedagógica se une e trabalha com um mesmo propósito, é possível solucionar qualquer problema decorrente da escola, bem como realizar ações educativas e projetos em função do corpo estudantil (MIZUKAMI, 2005).

Participação em atividades

PERGUNTA 06:	Quanto à sua participação em reuniões, eventos e planejamentos escolares, já sentiu que a sua presença seria dispensável? Como?
Resposta Márcia	Não. Por que isso depende muito do quanto você pode influenciar ou investir seus pensamentos na escola, suas colocações.
Resposta Jony	Sim. Português e Matemática sempre são as prioridades em tudo. Mas temos que participar de todos os planejamentos, porque isso faz parte da carga horária a qual temos que cumprir.
Resposta Marcela	Assim, quanto às reuniões, eventos e planejamentos a gente sempre participa, estou presente em mais de uma instituição e eu não percebo essa exclusão com relação à essas reuniões. O que a gente sente nas escolas é que algumas decisões que eles tomam, partem do núcleo gestor, e não leva em consideração a nossa opinião, então o que eu sinto é somente isso.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Quando levantamos esse questionamento, percebemos posicionamentos distintos. Enquanto as professoras Márcia e Marcela alegam não sentir que sua presença em reuniões e eventos seria dispensável por parte de outros profissionais, o professor Jony relata que já sentiu esse tipo de exclusão, quando fala: “*Português e Matemática sempre são as prioridades em tudo*”. Infelizmente, essa questão de “prioridade” entre disciplinas existe, como explica Ilha (2008), “no âmbito geral do ensino, as matérias mais valorizadas são o Português e a Matemática, deixando as demais disciplinas em segundo ou até terceiro plano, como no caso da Educação Física” (p.20).

Contudo, segundo a autora, esse cenário histórico discriminativo pode ser minimizado através da própria participação nessas ações (reuniões, conselhos de classe, planejamento pedagógico). É através dessa participação, que o professor de Educação Física mostra a sua importância no ambiente escolar, afinal, o mesmo tem a capacidade de desenvolver habilidades e competências para ampliar e melhorar as condições de ensino.

É importante abordarmos, o quanto a participação efetiva nessas atividades escolares é significativa para valorização da disciplina de Educação Física, visto que é por meio dessa exposição, que o professor mostra a comunidade escolar como a sua disciplina pode ajudar no desenvolvimento cognitivo, crítico, social, físico e motor dos alunos, podendo haver troca de experiências, vivências e saberes. É através dessa troca, ocorrida nos eventos, nas reuniões, nos planejamentos e conselhos de classe, que o professor de Educação Física reafirma sua identidade como docente (ANTUNES, 2013).

Valorização do profissional e da disciplina

PERGUNTA 07:	Se sente valorizado pela comunidade escolar (alunos, professores, coordenadores e gestores)? Explane.
Resposta Márcia	Sim, me sinto muito bem na escola, na Instituição. Mas, quando se trata de valorização, infelizmente, não me sinto valorizado. Não me refiro à escola, não estou falando do gestor escolar, entenda. A gestão municipal vem prejudicando muito os professores de forma geral, não só o professor de Educação Física.
Resposta Jony	Nem sempre. Alguns pais e alunos pensam que a disciplina de Educação Física é besteira e que não reprova.
Resposta Marcela	Essa questão da valorização é um ponto delicado, pois a própria Educação Física passa por um processo, e esse processo ainda não chegou ao final. Então, muitas pessoas ainda acreditam que a aula de Educação Física é aquela onde o professor simplesmente entrega a bola para os alunos, e marca o tempo. Eu sinto essa valorização maior dos alunos, porque alguns professores e coordenadores ainda não percebem a importância da disciplina, mas a gente sente que os alunos sabem que a gente está fazendo algo de diferente para eles, que é algo significativo. Então essa valorização muitas vezes a gente não espera, o reconhecimento e valorização vêm com o tempo.

Fonte: Dados Coletados Pelo Autor (2020)

Ao perguntar aos professores se eles se sentem valorizados pela comunidade escolar, nos deparamos com respostas bem am-

plas, que contemplem não só a questão da valorização por parte dos gestores, coordenadores, professores e alunos, mas também à esfera familiar e administrativa municipal. Então, para que possamos compreender o conteúdo manifesto pelos entrevistados nessa questão, vamos analisar por indivíduos:

- A professora Márcia, em sua resposta, diz que se sente valorizada pela escola e pelo corpo administrativo e docente, contudo, sente a desvalorização por parte da gestão municipal.

- O professor Jony, relata que nem sempre se sente valorizado, e acrescenta: *“Alguns pais e alunos pensam que a disciplina de Educação Física é besteira e que não reprova”*. Esse pensamento é contraditório ao que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o qual diz que a Educação Física é um componente curricular obrigatório.

A professora Marcela, levanta outra questão interessante, que se refere ao pensamento culturalmente associado à Educação Física, a ação de somente entregar a bola. *“Muitas pessoas ainda acreditam que a aula de Educação Física é aquela onde o professor simplesmente entrega a bola para os alunos, e marca o tempo”*. Segundo Darido (2005), esse pensamento é fruto do modelo recreacionista que atribuiu ao professor a qualidade de compassivo (aquele que guarda e entrega os materiais esportivos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Física passou por várias transformações, desde o período das tendências, das reformas, dos consertos, até chegar à regulamentação. Todos esses acontecimentos marcaram significativamente a visão e o entendimento sobre a disciplina e seus profissionais nos dias de hoje. Entre essas influências históricas sociais, destacamos o fator discriminativo ainda existente sobre a disciplina nas escolas, no sentido de que, muitas vezes a mesma é vista como disciplina complementar, ou até mesmo “menos importante”, ficando em segundo plano.

Conforme estudado, observamos nas discussões que, embora os profissionais de Educação Física tenham liberdade em planejar e escolher a forma de repassar os conteúdos, eles se sentem prejudicados quanto à falta de materiais, a falta de estrutura adequada para a prática e até mesmo a falta de recursos didáticos como livros.

Além disso, os mesmos relatam o prejuízo causado pela pequena quantidade de horas ofertadas para o ensino da disciplina. No que se refere ao fazer pedagógico, os professores expõem que têm liberdade em criar, em realizar ações, sejam eventos esportivos ou de cunho científico, contudo, nem sempre existem recursos suficientes, sejam financeiros ou humanos, no sentido de parcerias com outros professores e com os gestores da escola.

Este estudo mostra a realidade em que se encontram os professores de Educação Física da região estudada, suas principais dificuldades, anseios, conquistas e lutas diárias para promover um ensino de qualidade, e expor à comunidade escolar (alunos, professores, diretores e coordenadores) a importância da Educação Física na formação integral dos alunos, e no crescimento da instituição.

Todos os fatores descritos pelos pesquisados, nos levaram ao entendimento de que embora tenhamos tido muitos avanços e conquistado o título de disciplina obrigatória nas escolas, ainda existe uma discriminação antiquada, na qual muitas vezes o profissional de Educação Física não é devidamente valorizado.

Neste sentido, cabe a esses profissionais, demonstrarem de forma mais ativa, seus interesses, tanto no âmbito profissional, quanto na sociedade em geral, a fim de divulgar a importância desta profissão para a educação e a saúde, buscando novos conceitos, se envolvendo em pesquisas, em políticas públicas educacionais que venham a somar e melhorar suas condições de trabalho e ensino.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Fabiana Ritter; KRONBAUER, Carla Prado; KRUG, Hugo Norberto. A valorização da participação dos professores de Educação Física nas reuniões pedagógicas escolares. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, v. 12, n. 1, 2013.

BERTINI JUNIOR, Nestor; TASSONI, Elvira Cristina Martins. A Educação Física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 27, n. 3, p. 467-483, 2013.

DARIDO, Suraya Cristina. *Educação Física na Escola*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FARIA, Bruno de Almeida et al. A inovação e o desinvestimento pedagógico na Educação Física Escolar: uma leitura a partir da teoria do reconhecimento social. Rio Claro: Revista de educação física, 2012.

FLORES, Maria Assunção; FLORES, Manuel. O professor: agente de inovação curricular. 1998.

FREITAS, Hebrayn Bezerra. A importância do espaço físico e materiais pedagógicos para as aulas de educação física na escola pública do município de Unaí - MG. 2014. 36 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Buritis-MG, 2014.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad. MOURÃO, Rainer Luís Campos. A importância do planejamento para a educação física escolar repensando novas metodologias, debatendo velhas práticas. Ensenada, pcia. de Buenos Aires, 13 a 17 de noviembre de 2017.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: uma tentativa de redefinição. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008.

ILHA, Franciele Roos da Silva. Professor de Educação Física e sua participação na gestão escolar: contribuições para a formação profissional. 2008.

LIMA, Anna Caroline Moura. Motivação nas aulas de educação física. 2013.

LOPES, Ângela Tenilly Ribeiro. A importância do planejamento para o sucesso escolar. UNILAB: Redenção, 2014.

MACEDO, Roberta et al. Valoração da educação física: da produção acadêmica ao reconhecimento individual e social. Pensar a Prática, 2, 65-83, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Aprendizagem da docência:

professores formadores. Revista E-Curriculum, v. 1, n. 1, 2005.

SILVA, Eduardo Marczwski da; FRAGA, Alex Branco. A história da Educação Física na educação profissional: entrada, saída e retorno à Escola Federal de Porto Alegre. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 28, n. 2, p. 263-272, 2014.

SILVA, Gabriela Simões; SOUZA, Cindy Valim de; CELY, Elizângela. A importância do professor de educação física e das atividades lúdicas na educação. Rio de Janeiro: Revista Temas em Educação Física Escolar, 2018.

SILVEIRA, Diulian de. Diálogo com professores da rede pública estadual de ensino de Porto Alegre: o planejamento nas aulas de educação física escolar. UFRGS: Porto Alegre, 2015.

SOUZA, Augusto Freire de. Análise de Discurso: roteiro sugerido para a elaboração de trabalho de análise. Campinas: UNICAMP, 2014.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES MOTORAS BÁSICAS

Edilânia Alcides Freires
Erika Suyanne Sousa Silva
Augusto Pedretti
Evandro Nogueira de Oliveira
Naildo Santos Silva

Resumo

O objetivo deste trabalho foi identificar e relatar as dificuldades motoras dos alunos observadas pelos estagiários do curso de Educação Física e descrever a importância das aulas práticas no ensino fundamental I para o desenvolvimento motor destes. A pesquisa foi realizada através de aulas ministradas duas vezes na semana, com duração de 100 minutos, durante três meses com observações, semi regência e regência. Foi possível identificar por meio de observação as dificuldades motoras básicas dos alunos, principalmente nos aspectos manipulativos e locomotores. Esta experiência apresentou resultados positivos diante as atividades propostas para o desenvolvimento das habilidades motoras de locomoção e manipulação observada no início do estágio onde os alunos apresentavam dificuldades.

Palavras-chave: Ensino fundamental. Destreza motora. Educação Física.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um campo de conhecimento formativo onde o acadêmico tem a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos pedagógicos aprendidos ao longo da graduação. É durante esta fase que o acadêmico cria sua identidade enquanto professor e onde é construída no decorrer da sua profissão (BARREIRO, 2015). Entende-se que é no ambiente escolar que as crianças têm a possibilidade de desenvolver suas habilidades motoras fundamentais, pois, é nesse ambiente que elas passam por processo metodológico, sendo assim usados os conteúdos propostos na BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN – Lei nº 9.394/96 define a obrigatoriedade da educação física escolar no currículo escolar da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), mas em algumas escolas o professor que realiza as atividades infelizmente

te não é da área específica, pois, são professores de outras áreas do conhecimento. Em algumas escolas há estagiários de educação física, ou seja, alunos de graduação que por obrigatoriedade têm uma carga horária a cumprir no campo de estágio. É nesse momento nas aulas de educação física que os alunos são estimulados.

O estágio é de suma relevância para o desenvolvimento motor da criança como um todo, tendo em vista que o movimento é importante para o ser humano (SILVA, et al, 2018). O desenvolvimento motor e a educação física têm um papel fundamental na educação infantil, por dá oportunidade às crianças experimentarem o meio em que vivem, como o criar, descobrir movimentos e reelaborar (GUIMARÃES, 2013). Por isso, o quão importante um profissional de Educação Física no fundamental I, para que as crianças possam ter uma aquisição das habilidades motoras básicas (HMB) bem trabalhadas.

Nesse sentido, as experiências constituídas durante o estágio ao acadêmico possibilitam a proximidade entre a realidade da sala de aula e da escola (ALMEIDA, 2012). O estágio vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, além de ser um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade. Sendo assim o objetivo deste trabalho foi identificar e relatar as dificuldades motoras dos alunos observadas pelos estagiários do curso de Educação Física e mostrar a importância das aulas práticas no ensino fundamental I para o desenvolvimento motor destes.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um relato de experiência realizado por meio da aplicação de regências do estágio supervisionado I (ensino fundamental I). A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública municipal, localizada na área urbana do município de Icó, estado do Ceará. Os sujeitos da pesquisa foram alunos de duas turmas do quarto ano. Foram avaliados um total de 54 alunos (34 meninas e 20 meninos). Até a chegada dos estagiários, os alunos não tinham aulas de Educação Física de forma regular.

As aulas foram ministradas duas vezes na semana com duração de 100 min durante três meses. Na turma da manhã as aulas

ocorriam no horário das 09h00 às 11h00 e as aulas da turma da tarde ocorriam das 13h00 às 15h00, dentro do período da grade curricular. Neste trabalho relatam-se os resultados obtidos durante os meses de setembro a novembro de 2018. O trabalho foi realizado em conjunto com a professora da sala, a coordenação pedagógica e a direção da unidade. Os alunos tinham aulas diferenciadas a cada dia. As aulas ocorriam na própria sala de aula.

O planejamento foi elaborado visando à aquisição de habilidades e capacidades motoras, bem como as questões observadas nas abordagens da Educação Física e era feito em conjunto com a professora de sala de aula. Os conteúdos propostos seguiram as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2016) que aborda os blocos de esportes, brincadeiras e jogos, lutas, ginástica e dança. Através das atividades desenvolvidas, tivemos a preocupação em fomentar atitudes de empenho, perseverança, esforço e autodisciplina, que são imprescindíveis para o desenvolvimento integral (físico, social, emocional, cognitivo, afetivo e pessoal) do aluno. O comportamento foi avaliado com base na conduta do aluno perante seus colegas de classe, em situações de jogo e competição e na solução de problemas.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Ao longo do estágio os estagiários passaram por fases em que tiveram o primeiro contato com a escola, diretores e professores, e o acesso juntamente com a direção da escola ao PPP (Projeto Político Pedagógico), seguindo sempre um cronograma elaborado de acordo com os dias letivos e a disponibilidade da escola.

Quadro 1: Descrição do estágio.

Número de aulas	Conteúdos
10h/a	Semi Regência
10h/a	Coparticipação
50h/a	Regência em sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir de normas e orientações propostas pela disciplina de estágio, os estagiários iniciaram a sua prática docente por meio da Semi Regência. Esta é a fase em que são observadas as aulas do

professor tutor. Nesta fase os estagiários têm o primeiro contato com os alunos por meio da observação, onde os professores observaram o comportamento dos alunos, e algumas dificuldades motoras. Esta é uma etapa que sucede em toda a evolução do estágio, sendo essencial para que o estagiário se sinta preparado para as demais fases (GODOY; SOARES, 2014).

Em seguida os estagiários iniciaram a coparticipação. Nesta fase há um maior contato com os alunos, pois nesta os estagiários têm a oportunidade de auxiliar o professor regente da sala participando em algumas atividades propostas, os primeiros contatos foram de medos, pois era o primeiro contato professor-aluno, tinha medo de errar, não dá de conta das crianças, deles não respeitarem, onde a maior dificuldade foi de ganhar a confiança como professor. Após observarem os comportamentos e terem os primeiros contatos com os alunos, foi chegada à fase da regência, momento em que os estagiários podem planejar, e ministrar suas próprias aulas com a supervisão do professor tutor, pondo em prática os conhecimentos adquiridos de acordo com as orientações propostas pela BNCC, e articulando teoria e prática do que foi aprendido na Universidade.

A experiência do estágio sempre foi muito esperada, pois foi o primeiro contato com a docência. A escola foi escolhida pelos estagiários porque sabia-se previamente que a mesma não oferecia a disciplina de Educação Física para os alunos. Entendeu-se então, que poderíamos oportunizar aulas de educação física para os alunos.

Foram observadas dificuldades nas habilidades motoras básicas dos alunos, principalmente nos aspectos manipulativos e locomotores. De acordo com as dificuldades encontradas foram propostas as seguintes atividades:

Quadro 2: Descrição dos conteúdos ministrados.

4ºano B/4ºano D	Locomoção-Manipulação
Brincadeiras e jogos	Pula corda/basquete
Esportes	Brincadeiras com balões
Ginástica	Morto-vivo
Dança	Gato e rato
Lutas	Adoleta ¹

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

1 Adoleta é uma brincadeira infantil brasileira onde os participantes fazem formação em roda, batem a mão do outro participante e cantam a música “Adoleta”.

As aulas práticas de Educação Física no ensino fundamental são de suma relevância, pois foi através destas que foram desenvolvidas e trabalhadas as habilidades motoras básicas de acordo com as dificuldades encontradas pelos estagiários do curso de Educação Física. Além disso, as aulas de Educação Física ocupam um lugar importante no desenvolvimento motor da criança, principalmente nos anos iniciais, pois, as habilidades motoras básicas são consideradas pré-requisitos para que o indivíduo possa atingir as metas determinadas (GALLAHUE, D. L. et al, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A aula de iniciação ao basquete que foi um dos esportes que os alunos não tinham muita familiaridade por se tratar de um jogo não popular no país, alguns até sabiam como se jogava por terem visto na televisão, mas outros nunca tinham ouvido falar. Mesmo assim, eles não tiveram vergonha tão pouco constrangimento. Por meio do basquete foram desenvolvidas a coordenação motora grossa, percepção temporal e espacial, lateralidade, locomoção e manipulação. Utilizamos a tecnologia como o notebook para que os alunos pudessem ver um jogo de basquete e como era a formação do time. Com o basquetebol também é trabalhada a socialização dos alunos contribuindo assim para a formação do indivíduo, tendo uma melhora positiva no convívio social dos mesmos (SILVA, 2018).

Na aula de iniciação a ginástica os alunos também confeccionaram os próprios materiais, neste caso a fita ginasta. Este foi o primeiro contato dos meninos com a modalidade, pois muitos tinham preconceito por serem informados erroneamente que ginástica é coisa de menina. Obtivemos êxito e até ao final do estágio as aulas de ginástica se tornaram divertidas para todos, inclusive os meninos. A ginástica trabalha o corpo inteiro podendo auxiliar no desenvolvimento da corporeidade dos alunos, proporcionando resultados positivos na forma física, afetivo-social e na cooperação (DALLA, et al., 2018). Já no conteúdo de dança, apesar de ser vista como para meninas, fomos surpreendidos pela turma, pois tivemos facilidade com o conteúdo proposto, apenas dificuldades nas escolhas das músicas. A turma preferia escutar e dançar músicas com conteúdos adultos em detrimento às músicas com conteúdos infantis infantis. A dança proporciona aos alunos uma qualidade de vida

mais ativa, tornando um sujeito mais crítico e suprimindo as síndromes e transtornos (VILELA, DE OLIVEIRA, 2017).

No conteúdo brincadeiras e jogos populares os alunos comentaram as quais conheciam e brincavam, foi uma gama de brincadeiras e jogos tanto antigos como atuais. Nestas aulas trabalhamos os princípios psicomotores, esquema corporal, tônus, lateralidade, organização espaço-temporal, ritmo, coordenação global ampla, coordenação fina e equilíbrio. As brincadeiras e jogos têm benefícios positivos para a aprendizagem tanto dos alunos como do professor facilitando na obtenção de objetivo tanto escolar quanto social (ROCHA, SILVA, 2017).

O conteúdo de lutas foi uma surpresa. Muitos estagiários têm o receio de ministrar esse conteúdo principalmente nas séries iniciais, por motivo de os alunos não saberem a diferença entre lutas e briga de rua. Não foi o nosso caso. Obtivemos o maior sucesso nas aulas, mostramos a diferença entre os dois e levamos uma das lutas mais praticadas em nossa região e país, a capoeira, eles conseguiram realizar todas as atividades propostas. No desenvolvimento do trabalho da esgrima foi pensando sempre no desenvolvimento motor dos alunos. De início os materiais utilizados foram confeccionados pelos próprios alunos, desenvolvendo assim a coordenação motora fina e noção espacial diante os golpes que eles utilizavam. A prática das lutas traz inúmeros benefícios principalmente no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo-social. Envolvendo uma melhora aos princípios psicomotores como lateralidade, tônus muscular, equilíbrio, coordenação global, tempo e espaço e noção de corpo, aumentando a concentração, atenção e raciocínio (FERREIRA, 2006).

Através dos conteúdos citados acima, podemos contribuir para o desenvolvimento motor das crianças. Além disso, a dificuldade em realizar e participar de atividades práticas foram amenizadas. Foram observadas melhoras também na timidez de alguns alunos, assim como a insegurança na participação das aulas. Foi por meio das atividades desenvolvidas que podemos ajudar os alunos nas dificuldades locomotoras e manipulativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas intervenções realizadas ao longo do estágio observamos que os objetivos das aulas foram alcançados. Os alunos interagi-

ram e desenvolveram suas habilidades motoras básicas por meio dos conteúdos aplicados nas aulas de Educação Física. No estágio teve-se a certeza de que quanto as aulas de Educação Física são importantes para o desenvolvimento motor e para a formação integral (físico, social, emocional, cognitivo, afetivo e pessoal) dos alunos em relação às atividades desenvolvidas.

Esta experiência apresentou resultados positivos diante as atividades propostas para o desenvolvimento das habilidades motoras de locomoção e manipulação observada no início do estágio onde os alunos apresentavam dificuldades. Para os estagiários, o estágio foi algo de suma relevância para a formação docente, pois oferece oportunidades aos futuros educadores tornando um ambiente em que tivemos um contato maior com a realidade da sala de aula.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. Formação do professor do ensino superior: desafios e políticas institucionais. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: Ensino Superior).

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96). Ministério da Educação e Cultura: Ed. Brasil, 1996.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

DALLA NORA, L. F.; TAUGEN, A. D. M.; PAIM, M. C. C. A importância da ginástica nas aulas de educação física escolar, na visão dos docentes. Anais do Seminário Internacional de Educação (SIEDUCA), v. 3, n. 1, 2018.

FERREIRA, H. S. As lutas na educação física escolar. Revista de Educação Física/Journal of Physical Education, v. 75, n. 135, 2006.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J.C.; GOODWAY, J.D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7º ed, Porto Alegre, 2013.

GODOY, M. A. B.; SOARES, S. T. Estágio supervisionado no curso

de Pedagogia. 2014.

GUIMARÃES, M. P. “A importância da Ed. Física no desenvolvimento motor no ensino fundamental das escolas municipais de Pov. de Umbuzeiro”. 2013.

ROCHA, R. P.; SILVA, F. H. M. Os jogos e as brincadeiras nas aulas de educação física escolar: possível contribuição para o desenvolvimento da ludicidade, cognição e a motricidade. 2017.

SILVA, C. G. L. S.; ANDRIEU, B.; DA NÓBREGA, T. P. A psicocinética de Jean Le Boulch e o conhecimento do corpo na educação física. Movimento (ESEFID/UFRGS), v.24,n.3,p.1041-1054,2018.

SILVA, R.M.L. O ensino do basquetebol para o desenvolvimento da socialização em escolares. 2018.

VILELA, N. M. R.; DE OLIVEIRA, E. S. A. Reflexões e contemplações conceituais a respeito da dança no ensino fundamental: práticas educativas e aspectos de prevenção. In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2017.

ENADE: FATORES ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DO ESTUDANTE

Ana Maria Gonçalves Félix
Evandro Nogueira de Oliveira
Marcos Antônio Araújo Bezerra
Erika Suyanne Sousa Silva

Resumo

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) avalia o desempenho do estudante em relação aos conteúdos programáticos determinados nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. O estudo teve como objetivo geral, esclarecer os fatores que influenciam no desempenho de acadêmicos no Enade. A metodologia dessa pesquisa se caracterizou em abordagem qualitativa, com natureza exploratória, de cunho bibliográfico, realizado por meio da revisão integrativa da literatura. Foram selecionados 8 artigos, todos disponíveis nas bases de dados Scielo e Periódico Capes. Observou-se que existem diversos fatores que podem vir a influenciar no desempenho acadêmico. Com isso, se faz necessário as IES procurarem meios que facilitem o desempenho dos estudantes, pensando principalmente no contexto que o indivíduo se encontra. De certa forma, esse contexto contribui para aumentar ou diminuir lacunas em meio ao desempenho acadêmico.

Palavras-Chave: Educação. Avaliação em Larga Escala. Estudantes.

INTRODUÇÃO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) avalia o desempenho do estudante em relação aos conteúdos programáticos determinados nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, suas habilidades e competências relativas a temas específicos da profissão e também temas externos à sua área de formação.

No Brasil, o desempenho estudantil do ensino superior é verificado por meio do Enade, que se constitui em um dos pilares do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 2004 pela Lei nº 10.861. O exame tem como objetivo o acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de gradua-

ção. Seus resultados poderão produzir dados pela Instituição de Educação Superior, categoria administrativa, organização acadêmica, município, estado, região geográfica e Brasil (LIMA *et al.*, 2019).

Rocha *et al.* (2018), esclarece que existem diversos fatores que podem influenciar no desempenho dos estudantes, e entender que os fatores que impactam no desempenho acadêmico deve ser uma preocupação primordial das equipes pedagógicas das Instituições de Ensino Superior (IES). Para Conceição *et al.* (2019) o despreparo pode levar ao fracasso nas situações de avaliação, e a partir das descrições das eventualidades que definiram o fracasso, o aluno passa a descrever seu desempenho como falho e a não acreditar em sua capacidade de obter sucesso. O comportamento fica sob o controle de crenças negativas sobre ele mesmo. Os alunos em geral, têm medo de realizar provas e isso atrapalha o desempenho, pois aspectos emocionais e de motivação também podem, por exemplo, influenciar no desempenho e conseqüentemente no resultado.

Cabe salientar, que um bom desempenho na prova não depende apenas de conhecer o sistema do exame em si. Entretanto, a combinação entre estudos, concentração e preparação para assegurar o conteúdo adequadamente é de extrema valia. A tranquilidade é outro fator importante, ou seja, o acadêmico deve se manter tranquilo e confiante quanto ao conhecimento adquirido (SCHÖNHOFEN *et al.*, 2020).

Trabalhar uma educação de qualidade requer um trabalho constante, recorrendo aos diversos instrumentos para garantir bons resultados da aprendizagem, ou seja, o importante hoje é encontrar caminhos para medir a qualidade do aprendizado. Para as IES, apostar em aprendizagem ativa significa transpor reconhecimento. Essa avaliação em larga escala, por exemplo, tem sido um importante recurso, tanto para alunos como para as instituições. Vale ressaltar que a resistência que se tem ao exame é muito grande, e pelo Enade ser um componente curricular obrigatório, muitas vezes causa receio nos discentes, e apesar das instituições incentivarem estes a realizarem o exame, sabe-se que ainda há uma grande parte de alunos que não concordam com esta metodologia avaliativa, gerando assim uma visão distorcida sobre o exame e o desvalorizando (LUIZ, 2019).

Devido a isso, tornou-se necessário um maior esclarecimento sobre este tema, já que muitos não têm um real conheci-

mento. Tendo em vista a obrigatoriedade da realização desta prova e de sua importância, é cada vez mais necessário que o desempenho acadêmico seja satisfatório. Diante disso, surge a necessidade de elucidar este instrumento avaliativo, pesquisando-se sobre o mesmo e seus fatores influenciadores no desempenho acadêmico.

Sabendo então que o Enade é um instrumento utilizado para verificar a eficácia do processo de ensino e aprendizagem em um curso de ensino superior, tais questionamentos nos possibilitam pensar sobre os fatores associados que geram impactos no desempenho de acadêmicos, e assim, a questão que orientou essa pesquisa foi: quais os reais fatores que influencia no desempenho de acadêmicos no Enade?

O estudo teve como objetivo geral, esclarecer os fatores que influenciam no desempenho de acadêmicos no Enade. Foi necessário no decorrer deste trabalho, por meio dos objetivos específicos, identificar conceitos sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e compreender como é realizado esse processo de avaliação em larga escala.

DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e natureza exploratória, de cunho bibliográfico, realizado por meio de revisão integrativa da literatura. A abordagem qualitativa tem como foco o caráter subjetivo do objeto analisado, permitindo compreender a complexidade e os detalhes das informações obtidas. Parte do fundamento que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva, entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (SILVA *et al.*, 2018).

A presente revisão integrativa da literatura compreendeu as seguintes fases: (i) elaboração da pergunta norteadora: essa fase é de extrema relevância, pois através da pergunta norteadora que se define quais os estudos incluídos; (ii) busca ou amostragem na literatura: nessa fase acontece o estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; (iii) coleta de dados: é a fase que acontece a definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; (iv) análise crítica dos estudos incluídos: nessa fase é feita a avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; (v) discussão

dos resultados: esta etapa corresponde à fase de interpretação dos resultados; (vi) apresentação da revisão integrativa: é a fase onde é feita apresentação da síntese do conhecimento, permite ao leitor avaliar criticamente os resultados (CUNHA *et al.*, 2014).

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas bases de dados Periódicos Capes e *Scielo*, considerando versões em língua portuguesa e de dois descritores, “Enade and Ensino Superior” e “Enade and Desempenho Acadêmico”. Este levantamento foi realizado no período entre abril e maio de 2021. Para a realização da busca dos descritores, foi feita pesquisa para validação dos mesmos em: <http://decs.bvs.br/>. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, artigos na íntegra, dos últimos 06 anos, artigos originais. Quanto aos critérios de exclusão: foram excluídos da pesquisa aqueles que se distanciaram da temática após a leitura dos títulos e resumos, que não se faziam públicos e artigos duplicados.

Por meio desse processo, a primeira busca realizada foi na base de dados *Scielo*, usando os descritores Enade and Ensino Superior, foram encontrados 47 artigos, após o filtro dos critérios de inclusão e exclusão, ficaram somente 19 e com a leitura dos títulos e resumos, restaram apenas 5 artigos. Posteriormente, na base de dados Periódicos Capes, usando os descritores Enade and Desempenho Acadêmico, foram encontrados 104 artigos, entretanto usando mais uma vez o filtro dos critérios, restaram 32 que após a leitura dos títulos e resumos, totalizaram 3.

Essa pesquisa teve como objetivo esclarecer através do estudo bibliográfico, realizado por meio de revisão integrativa da literatura, os fatores que influenciam o desempenho de acadêmicos no Enade. Dessa forma, foram reunidas compilações de informações a partir dos critérios de seleção estabelecidos. Sendo assim, foram selecionados trabalhos científicos para compor a presente revisão, tendo como base para análise 8 artigos, todos disponíveis nas bases de dados utilizados no estudo: *Scielo* e Periódico Capes. Abaixo segue quadro síntese, contendo: Autor, Título, Metodologia, Resultados e Ano.

QUADRO 1 – Síntese dos Estudos

ID	AUTOR	TITULO	METODOLOGIA	RESULTADOS	
A1	TOMÁS, Maria Carolina <i>et al</i>	Fatores associados à percepção de dificuldade da prova do Enade: uma análise a partir das características dos alunos e das instituições de ensino superior.	Trata-se de uma pesquisa descritiva, onde as informações foram analisadas por meio de técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, além de modelos hierárquicos lineares e logísticos.	Os resultados apontam que características individuais são importantes para a percepção de dificuldade da prova e somente o percentual de professores com título de doutorado é significativo dentre as variáveis das IES.	2020
A2	PAULA, Alisson Slider do Nascimento de	Avaliação da educação superior no Brasil e seus mecanismos de accountability: o Sinaes em foco.	O tipo de estudo corresponde a bibliográfico, qualitativo e documental. A técnica de análise corresponde à análise de conteúdo.	Observou-se nos resultados que a busca pelo melhor desempenho do aluno no Enade, evidencia o afinamento da política de avaliação da educação superior.	2019
A3	OLIVEIRA, Anandra Santos Ribeiro de e SILVA, Ivair Ramos	Indicadores educacionais no Ensino Superior Brasileiro: possíveis articulações entre desempenho e características do alunado.	Foi feito estudo empírico baseado nos dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).	As evidências encontradas no estudo apontam para a confirmação da Teoria proposta por Bourdieu (2001) sobre a forte relação entre desempenho acadêmico e características socioeconômicas.	2018
A4	PAGNAN, Celso Leopoldo, SOUZA, Márcia Cristiane Canguçu Rodrigues de	Competências leitoras no ensino superior.	O procedimento utilizado foi o bibliográfico, descritivo e exploratório, conjugado ao estudo de campo.	Os resultados indicaram que há que se possibilitar um aprofundamento da compreensão leitora, para que o aluno seja capaz de inferir os significados e estabelecer relações entre o que lê, e assim conseguir um bom desempenho nas avaliações.	2018

A5	PISSAIA, Luís Felipe <i>et al</i>	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade e o desenvolvimento de competências no ensino superior.	Esse estudo caracteriza-se como pesquisa reflexiva, fazendo-se uma reflexão proposta onde se relaciona o processo avaliativo do ensino superior, Enade em relação à formação de competências e habilidades.	Compreende-se através dos resultados que os processos avaliativos possuem limitações devido à diversidade de pensamentos e construção de conhecimento que observamos nas IES brasileiras.	2018
A6	CESSO, Marcus Vinicius e FERRAZ, Renato Ribeiro Nogueira	Utilização do Enade (exame nacional de desempenho de estudantes) como ferramenta de avaliação do desempenho de alunos de uma instituição de ensino superior paulistana.	Utilizou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa documental, em que foram analisados os últimos relatórios disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep.	Os resultados apresentados demonstram a eficácia no uso desta ferramenta, o Enade, de forma estratégica para que a IES possa, rapidamente, promover melhorias que impactem, positivamente, na qualidade de ensino aos discentes. Um ponto importante a ser ressaltado é que a análise foi feita em sua totalidade com base em documentos que estão disponíveis no site do Inep, de domínio público e acesso livre a toda a comunidade.	2017

A7	SANTOS, Marisa Aparecida Pereira	O impacto das avaliações disciplinares no ensino superior.	A modalidade da pesquisa foi configurada como um estudo de caso e os procedimentos adotados caracterizam-se como pesquisa exploratória.	Os resultados demonstraram haver com busca de melhorias no desempenho dos estudantes com investimentos institucionais, tendo como linha norteadora o Enade. E nesse sentido, destacou a importância da formação não ficar voltada apenas para a obtenção de resultados que venham somente enaltecer a instituição no ranking.	2016
A8	FELDMANN, Taise e SOUZA, Osmar de	A governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho De Estudantes – Enade.	Trata-se de um estudo teórico, onde se discute o Enade, como uma avaliação da Educação Superior brasileira. Através de dados históricos, reflexões e discussões, discute as consequências do exame para a Educação Superior no que diz respeito à forma com que o exame é tratado pelo Estado.	Por um lado, as avaliações nacionais parecem não cumprir este papel, pela crítica à lógica da economia e à competitividade. Por outro, reconhece-se a interpelação que as avaliações impõem a sujeitos e instituições, mas de efeitos difusos quanto à pretendida qualidade.	2016

Fonte: Elaboração própria (2021).

DISCUSSÃO

Existem diversos fatores que podem influenciar tanto de forma positiva quanto negativa no exame, como por exemplo aspectos ambientais, sociais, afetivos, psicológicos e principalmente socioeconômicos. O artigo A3, referenciado por Oliveira e Silva (2018) aponta que quando se identifica a presença de uma bagagem herdada socialmente no contexto de onde vem o estudante, as condições mais ou menos favoráveis surgirão diante da obtenção de boas notas.

Rodrigues *et al.* (2017) citados no A1 por Tomaz *et al.* (2020), deixa evidente que as características pessoais dos alunos

influenciam no desempenho do Enade, e que as características das instituições onde estudam são também importantes para uma boa obtenção de nota. Ainda no A1, observa-se que as características socioeconômicas possuem um papel relevante para se analisar o desempenho e a percepção de dificuldade dos estudantes quanto ao Exame.

Seguindo o A1, Crepalde e Silveira (2016) apontam a nota do Enade como um fator mediador das individualidades da IES. Os mesmos argumentam que a diferenciação por instituição de ensino tem um efeito reduzido na dimensão das desigualdades de gênero, raça e renda familiar, e que os resultados podem demonstrar que a apreensão das dificuldades de uma prova está mais relacionada com o indivíduo e suas trajetórias educacionais.

Acerca dos acadêmicos do ensino superior que trabalham e estudam ao mesmo tempo, Oliveira e Silva (2018) no A3 expõem que por estarem em condições socioeconômicas desfavoráveis, poderiam levar a piores resultados em provas, pelo fato de uma menor disponibilidade para se dedicar totalmente aos estudos. Todavia, Cardoso e Sampaio (1994) complexifica a circunstância, sustentando não ser possível restringir a explicação da dedicação do estudante quanto aos estudos a condicionantes socioeconômicos. No entanto, Lordêlo (2004) em seus achados, encontrou evidências onde mostra que a frequência de estudantes que trabalham e estudam vai diminuindo nas faixas de renda mais alta, e por essa frequência ser cada vez menor, logo os estudantes de renda alta têm uma disponibilidade para se dedicar aos estudos e assim conseguirem se destacarem em avaliações.

A desigualdade social é algo muito presente na nossa sociedade, e isso é um problema que afeta grande parte da população brasileira. Uma dessas causas no Brasil ocorre por falta de acesso a uma educação de qualidade. Não podemos desconsiderar que isso tem uma influência no desempenho dos estudantes em meios avaliativos. O Enade é um instrumento avaliativo muito importante, e as Instituições de Ensino Superior (IES), junto com o corpo docente, devem preparar os discentes para essa avaliação, pois o processo que vem sendo trabalhado antes com os estudantes é um fator que também influencia no desempenho dos mesmos.

A preocupação por uma qualidade de ensino ofertada nas instituições de Ensino Superior no Brasil tem se tornado cada vez

maior. No A5, Pissaia *et al.* (2018) deixam evidente que as instituições estão cada vez mais se preocupando com as estratégias de ensino e aprendizagem, pois isso acarretará em um bom desempenho aos estudantes no Enade. Para Guedes *et.* (2016) as instituições estão compreendendo que a aprendizagem de competências atravessa a reprodução do conhecimento tanto por parte do docente como do discente, onde se constrói a troca de conhecimento de emissor e receptor.

Para um melhor desempenho dos acadêmicos no Enade, se torna relevante um trabalho constante das instituições junto com o corpo docente. A prática docente precisa ser inovadora e ao mesmo tempo dialética. Para Pagnan e Souza (2018) no A4, as competências leitoras por meio do multiletramento devem ser contempladas como estratégia, já que muitos acadêmicos ingressantes no Ensino Superior precisam de atenção, pois suas ideias de leitura e escrita nem sempre são suficientes para um desempenho favorável nas práticas acadêmicas e nas avaliações internas e externas. Com isso, A4 esclarece que ingressantes sentem dificuldade em habilidades de leitura e escrita, e para Dionísio (2006) as instituições de ensino devem se atentar à promoção e desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita para que estudantes se tornem indivíduos mais aptos em avaliações que exigem interpretação textual.

O A2, descrito no quadro por Paula (2019) remete que a busca pelo melhor desempenho do aluno no Enade, elucida o aperfeiçoamento da política de avaliação da educação superior, e isso gera a globalização e expansão financeira do capital. Nessa linha, se faz necessário dar ênfase na dinâmica do Enade, pois se trata de um modelo de avaliação que predomina a técnica contábil avaliativa global que transpassa as instituições de ensino. Para Dias Sobrinho (2010) a qualidade do ensino educacional compreende-se como algo valorativo é constituído socialmente.

As instituições além de ofertarem ótimas instalações e ensino de qualidade, necessitam também pensar em meios de motivar as turmas Enade. Vale salientar que a desmotivação pode prejudicar o desempenho acadêmico dos estudantes, e apenas aplicando simulados com questões Enade não seria o suficiente para despertar a motivação nos estudantes, se faz necessário então, abrir caminhos para transpor o conhecimento real e a importância dessa avaliação.

O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Secretaria de Educação Superior (Sesu) tem por função planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior. Em A7, Santos (2016) e A8, Feldman e Souza (2016), é discutido o processo de aplicação de avaliação externa no Ensino Superior no Brasil, aderindo sua grande importância à partir da segunda metade da década 1990, quando surge o estabelecimento de indicadores de gestão pela Secretaria de Educação Superior (Sesu). É importante frisar que em A7, o autor cita Freire (1996) ressaltando que os modelos de avaliações são como um processo que se inclui em um sistema de ensino chamado por ele mesmo de “educação bancária”, onde o docente deposita conhecimentos prontos, e espera que os estudantes avaliados reproduzam os conhecimentos recebidos.

Com a Lei 10.861, de 2004, o Provão que foi substituído pelo Enade, estabelece o desafio de compartilhar com a comunidade universitária os resultados de projetos e atividades que foram desenvolvidas para qualificar processos educativos de gestão acadêmica e institucional. Autores como Covac (2010) citado no A8 resalta que as modificações das avaliações e implantações dos sistemas de avaliação em larga escala no Brasil, deram-se a partir da grande influência do reformismo do mundo contemporâneo.

No A6, Cesso e Ferraz (2017) expõem que com os resultados obtidos no Enade, as IES podem promover melhorias na qualidade do ensino e mudar metodologias e práticas educacionais em seus cursos de graduação. Em um cenário cada vez mais competitivo, é importante as gestões das instituições encontrarem maneiras de atender todos os públicos, melhorando o desempenho organizacional e mantendo o avanço sustentável financeiro (GALVÃO *et al.*, 2011).

Acredita-se ainda no A6, que os resultados referentes ao desempenho dos alunos por meio da nota média ou máxima na avaliação do Enade, impactam significativamente para as instituições onde estes alunos estão vinculados e também tem um impacto na carreira profissional dos acadêmicos. Com isso, as IES vêm buscando, de modo contínuo, ferramentas que consigam aprimorar e melhorar seus resultados. A ideia de Polidori *et al.* (2006) é exposta em A6 apresentando que os resultados do exame demonstram a eficácia

no uso da ferramenta Enade, e com os resultados das instituições, promovem melhorias que impactam positivamente na qualidade de ensino dos acadêmicos.

Em A7, ainda se destaca a importância do trabalho das instituições não ficarem somente a uma excelência nos resultados, pois é recorrente as IES apenas cogitarem no enaltecimento do ranking de competição e acabar esquecer que o Enade é uma ferramenta estimuladora de possibilidades de integração entre avaliação, desempenho e inovação, sendo muito importante em todos os sentidos e principalmente para continuar fortalecendo e garantindo a formação continuada. No que diz respeito à avaliação, o autor Antunes (2002) citando no A7 enfatiza que a avaliação é a coleta sistemática de evidências, onde se revela como é o que o estudante aprende, e dessa forma se determinam mudanças de processo no contexto educacional.

CONCLUSÃO

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um procedimento de avaliação que envolve os alunos de todas as instituições de ensino superior do país. O objetivo do exame é acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Essa avaliação em larga escala é um instrumento importante, pois com os resultados positivos e elevados, os acadêmicos tendem a olhar com maior confiança aos cursos da universidade, e diante disso, a própria instituição de ensino superior fortalece sua imagem perante a comunidade.

Observou-se na literatura, que existem diversos fatores que podem vir a influenciar no desempenho acadêmico, e um dos fatores que mais possui influência é o socioeconômico, que se correlaciona com a desigualdade educacional. Com isso, se faz necessário as IES procurarem meios que facilitem o desempenho dos estudantes, pensando principalmente no contexto que o indivíduo se encontra. De certa forma, esse contexto contribui para aumentar ou diminuir lacunas em meio ao desempenho acadêmico.

Nos achados, as competências tornam-se almeçadas devido a inúmeros fatores, sendo que a competência leitora chega a ser comprometido de todas as áreas, e o desenvolvimento a cargo do corpo

docente de uma instituição de ensino, já que muitos alunos chegam ao ensino superior com dificuldades tanto na leitura como escrita, e a leitura para uma prova Enade é muito além de apenas identificar o assunto, e sim, um processo que extrai significados. Seguindo esse raciocínio, a competência leitora de questões, mapas, infográficos, gráficos, tabelas, histórias em quadrinhos, tirinhas, charges, propagandas e etc, é algo necessário nessa avaliação, e também para a vida do estudante, pois viver na sociedade atual demanda de competência leitora.

Espera-se que este trabalho possibilite reflexões sobre os fatores que influenciam no desempenho de acadêmicos no Enade, e que com o reconhecimento, se construa caminhos com soluções cabíveis em determinada realidade, e assim potencializar o desempenho dos estudantes. O estudo traz informações e conhecimentos que podem possibilitar uma formulação de novas estratégias para melhor desempenho dos estudantes. A pesquisa contribui de certa forma para a comunidade acadêmica, profissional e sociedade em geral, visto que, tais estudos são necessários para uma conscientização acerca do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. Avaliação da aprendizagem escolar. ed.6. Petrópolis, RJ: fascículo 11. Vozes, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital nº 43, de 4 de junho de 2019. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (enade). Diário Oficial da União, Brasília, DF, jun. 2019, p.1.

CARDOSO, Rute; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 9, 1994.

CESSO, Marcus Vinicius; FERRAZ, Renato Ribeiro Nogueira. Utilização do Enade (Exame Nacional de desempenho de Estudantes) como ferramenta de avaliação do desempenho de Alunos de uma instituição de ensino superior paulistana. Revista de Gestão e Secretariado -GeSec, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 93-112, set/dez 2017.

CONCEIÇÃO, Ludmila de Souza et al. Saúde mental dos estudantes de medicina brasileiros: uma revisão sistemática da literatura. Ava-

liação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, SP, v. 24, n. 3, p. 785-802, dezembro de 2019.

COVAC, Junior et al. As políticas educacionais e seu impacto na gestão das instituições de Ensino Superior: a gestão vista por dentro. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 116-132.

CREPALDE, Neylson, João Batista Filho; SILVEIRA, Leonardo Souza. Desempenho universitário no Brasil: estudo sobre desigualdade educacional com dados do Enade 2014. Revista Brasileira de Sociologia, v. 4, n.7, p.211-238, Jan/ Jun 2016.

CUNHA, Pedro Luiz Pinto et al. Manual de revisão bibliográfica sistemática integrativa: a pesquisa baseada em evidências.ed.1.Belo Horizonte: COPYRIGHT, 2014.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao Sinaes. Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, SP , v.15, n.1, p.195-224, abril de 2010.

DIONISIO, Ângela et al. Gêneros multimodais e multiletramento. Lucerna, Rio de Janeiro, v. 2, n. 31, p.131-144,2006.

FELDMAN, Taise; SOUZA, Osmar. Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, SP, [s.l.],v.21, n.3, p.1017-1032, novembro de 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. ed. 25. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Henrique Martins et al. Modelo de avaliação de desempenho global para instituição de ensino superior. Rev. Adm. UFMS, Santa Maria, v.4, n.3, p.425-441, set/dez 2011.

GUEDES, Maria Denise et al. Políticas de avaliação da educação superior no Brasil de FHC a Lula: uma análise crítica dos seus pressupostos e fundamentos (p. 103-122). Revista de Ciências da Educação, v.1, n.34, 2016.

INEP. SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 2. ed. Brasília, DF: MEC. 2017.

LORDÊLO, José Albertino Carvalho. Perfil, desempenho escolar, exclusão e inclusão no curso de administração da UFBA: locus para ação afirmativa?. Revista Diálogos Possíveis, Salvador, v.2, p.199-217, 2004.

LUIZ, Fernando Teixeira. Quem tem medo do Enade? Um estudo acerca das habilidades de leitura configuradas na proposta de avaliação das provas de “formação geral”. Revista Leia escola, Campina Grande – PB, v.19, n.3, p.148-160, dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Anandra Santos Ribeiro de; SILVA, Ivair Ramos. Indicadores educacionais no Ensino Superior Brasileiro: possíveis articulações entre desempenho e características do alunado. Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba SP, v.23, n.1, p.157-177, abril de 2018.

PAGNAN, Celso Leopoldo; SOUZA, Márcia Cristiane Canguçu Rodrigues de. Competências leitoras no ensino superior. Research, Society and Development, v.7, n.8, p.01-22, abril de 2018.

PAULA, Alisson Silder do Nascimento de. Avaliação da educação superior no Brasil e seus mecanismos de accountability: o SINAES em foco. Pág. Educ. [online], v.12, n.2, p.59-71, julho de 2019.

PISSAIA, Luís Felipe et al. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e o desenvolvimento de competências no ensino superior. Research, Society and Development. Rio Grande do Sul, v.7, n.2, p.01-13, 2018.

POLIDORI, Marlis Morosini et al. Sinaes: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p.425-436, 2006.

ROCHA, Aline Lemes da Paixão et al. Fatores associados ao desempenho acadêmico de estudantes de Nutrição no Enade, Rev. bras. Estud. Pedagogo, Brasília, v.99, n.251, p.74-94, jan/abr 2018.

RODRIGUES, Daniele, Silva et al. Diferenças entre gênero, etnia e perfil socioeconômico no exame nacional de desempenho do estudante do curso de ciências contábeis. Revista Contemporânea de

Contabilidade - UFSC, Florianópolis, v. 14, n. 33, p. 101-117, set/dez 2017.

SANTOS, Marisa Aparecida Pereira et al. O impacto das avaliações disciplinares no ensino superior. Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, SP, v.21, n.1, p.247-261, 2016.

SCHÖNHOFEN, Frederico de Lima; NEIVA-SILVA, Lucas; ALMEIDA, Raimundo Bittencourt de; VIEIRA, Maria Eduarda Centena Duarte; DEMENECH, Lauro Miranda. Transtorno de ansiedade generalizada entre estudantes de cursos de pré-vestibular. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, São Paulo, v.69, n.3, p.179-186, julho de 2020.

SILVA, Raimunda Magalhães da et al. ESTUDOS QUALITATIVOS: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações, Sobral- Ce: Edições UVA, 2018.

TOMÁS, Maria Carolina et al. Fatores associados à percepção de dificuldade da prova do Enade: uma análise a partir das características dos alunos e das instituições de ensino superior. Educ. ver, Belo Horizonte, v.36, 2020.

A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES SOBRE SUXUALIDADE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Vanessa Araújo Alcântara Rodrigues
Evandro Nogueira de Oliveira
Maria Mariana Ferreira Gonçalves
Edna Ferreira Pinto
Erika Suyanne Sousa Silva

Resumo

Atualmente, a temática sexualidade é um assunto que não pode ficar alheio às discussões sociais. Traça-se como objetivo geral deste trabalho investigar por meios de estudos bibliográficos, como os professores de Educação Física abordam em suas intervenções pedagógicas, temas afetos às relações de sexualidade. Foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa com ênfase à revisão integrativa da literatura. Por meio desse processo, obteve-se 07 artigos para discussão. É preciso garantir que, na prática docente, para romper com o discurso sexista provocado pelo senso comum, seja útil tratar essa temática a fim de que indivíduos que não atendam aos padrões hegemônicos sejam naturalizados historicamente e culturalmente.

Palavras-Chave: Educação Sexual. Educação Física. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a temática sexualidade é um assunto que não pode ficar alheio às discussões sociais, pois é pertinente à formação humana e principalmente por se tratar de assunto emergente quando se pensa em preconceitos, normas de papéis masculinos, exclusão e outros. Neste século, onde a globalização se faz presente e, de certa forma, necessária na vida dos seres humanos, essa relação assume papel importante dentro dos debates pautados na sociedade, refletindo sobre a sexualidade, principalmente nos campos educacionais.

Um dos primeiros contatos com a diversidade de indivíduos, acontece no ambiente escolar, por isso que, para que a escola se constitua verdadeiramente democrática e justa, é de suma importância que a educação de alunos e alunas sobre sexualidade seja retratada nesse ambiente, para que assim, a sociedade possa ser desenvolvi-

da com base em igualdade de gênero e livre de preconceitos quanto a diversidade sexual (PESSOA, 2012).

A escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores e crenças, permitindo que os indivíduos estabeleçam relações sociais entre seus pares. Para melhor compreensão histórica, em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), garantindo a toda população o direito à educação, e esta deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNS (BRASIL, 1998), publicados em 1998, cujo principal objetivo é orientar as escolas na reformulação de propostas pedagógicas, visando à melhoria das práticas e à coerência dos investimentos no sistema educacional brasileiro.

Ademais, foi implementada em lei a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo e obrigatório que define o que deve ser ensinado nas escolas. Com receio que temáticas sobre gênero e sexualidade fossem ameaçadoras para a sociedade, e que pudessem causar muitas contestações, o Ministério da Educação (MEC), retira da terceira versão os termos gênero e orientação sexual, sendo assim garantido ser exposto em nota, em um momento posterior, um documento orientativo sobre os temas.

Em uma sociedade tão machista e patriarcal, encontra-se esporadicamente na BNCC a temática transversalizada nos componentes, habilidades e competências, discutindo ideias em compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais despertados na puberdade, como exemplo (BRASIL, 2015, p,182). O respeito, a diversidade, as questões gênero e sexualidade, aparecem, não de forma notória e específica, mas são lembrados. Na sua última versão, a temática foi reduzida ainda mais à disciplina de ciências e apenas no oitavo ano, com foco na reprodução e doenças sexualmente transmissíveis, engloba discussões sobre a temática. Modesto MA (2018) diz que, independente do que prega a BNCC é imprescindível que os documentos escolares contemplem essas questões, devido a sua relevância e urgência no contexto escolar, principalmente para a formação de professores na área.

A escola é o espaço no qual os indivíduos acessam a sua subjetividade, ela é tida como um lugar privilegiado na construção dos sujeitos. Assim o ambiente familiar e a escola, norteiam os indivíduos a aprenderem e a reconhecerem a sexualidade (FERREIRA,

AGUIAR; 2018). Por isso, diversas pesquisas são desenvolvidas no campo da sexualidade no ambiente escolar, pois estas discussões críticas e reflexivas necessitam ser mais visíveis.

Acredita-se, de acordo com Figueiró (2010) e Louro (2008) que a dificuldade em trabalhar educação sexual está relacionada com a própria constituição histórica da sexualidade. As práticas higienistas e a repressão da liberdade de expressão sexual, alinhadas a algumas crenças religiosas, caracterizaram o início da educação sexual no Brasil, valorizando as relações heterossexuais, o patriarcado e a visão da sexualidade como um tabu.

A questão da sexualidade continua incorporada no meio escolar, social e familiar, embora essa temática já tenha espaço para discussões, ainda existe grande necessidade de serem construídas práticas pedagógicas coerentes, para que ocorram reflexões e mudanças. As práticas discursivas são atravessadas muitas vezes por práticas não-discursivas, ou seja, relações de poder e saber que exercem controle sobre o que pode ou não ser dito.

Para Foucault (1996), não se pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar, justamente pelo que, historicamente, o trânsito desses discursos, por vezes acabam escapando ao padrão heteronormativo, principalmente quando as instituições querem ser preservadas por valores morais impostos pela sociedade.

Essas relações heteronormativas são reforçadas por discursos neoconservadores e por práticas não-discursivas constituídas por relações de poder e saber. Essa cultura que a sociedade historiciza, influencia até hoje a dificuldade de diálogo sobre sexualidade na escola, resultando esses debates somente em práticas preventivas (SILVA et al, 2020).

Mesmo existindo documentos oficiais que abordam questões sobre sexualidade, professores, principais responsáveis pela educação sexual na escola, não têm acessado com frequência, nem recebido outros meios de formação sobre determinados assuntos (NARDI; QUARTIERO, 2012; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). Alguns docentes temem discutir sobre tal, pois fomentam que o diálogo sobre sexualidade possa antecipar os comportamentos sexuais dos seus alunos, além do receio de provocar conflitos com as famílias.

A partir disso, surge a necessidade de investigar práticas discursivas e não-discursivas estabelecidas sobre a sexualidade na es-

cola. É necessário também compreender questões de gênero, porém, poderá ser feito em pesquisas futuras, visto que esse carece de muitos embasamentos teóricos epistemológicos, em um estudo específico. Sabendo que as questões de sexualidade ainda integram muitos desafios educacionais, traça-se como objetivo geral deste trabalho: Investigar por meios de estudos bibliográficos, como os professores de Educação Física abordam em suas intervenções pedagógicas, temas afetos às relações de sexualidade.

Tendo em vista dificuldades de abordagem no âmbito escolar, faz-se necessário investigar suas significações. Por isso surge a indagação: Como os professores de Educação Física abordam em suas aulas temas relacionados à sexualidade?

O TRATO DA SEXUALIDADE NA ESCOLA E NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA ACERCA DOS MECANISMOS PEDAGÓGICOS UTILIZADOS

A questão da sexualidade no ambiente escolar, pode ser entendida como o que se esconde por trás de grupos e/ou religiosos, gerando assim estereótipos. Com isso, compreende-se que os projetos de lei voltados à proibição do que chamamos de “ideologia de gênero” interferem cada vez mais nesse processo de contextualizar a temática no ambiente escolar (FERREIRA; AGUIAR, 2018).

A escola é lugar de questionamentos e todos merecem ser respondidos. Ela oferta conhecimentos que tem como objetivo incentivar o interesse dos alunos através de suas diversidades de estratégias pedagógicas. Seffner e Picchetti (2016), expõem que configurando o que se chama de cultura escolar, subentende-se que as formas de avaliações e como são realizadas as atividades permitem reconhecer as funções sociais e conhecer os limites e as possibilidades da comunidade escolar.

Junqueira (2018), aponta que promover o conhecimento da sexualidade na escola, pode ameaçar os valores morais e religiosos, onde consequentemente ameaçaria assim também o padrão “normal” imposto pela sociedade, bem como a família moderna, e as identidades masculinas e femininas. Assim, são utilizadas estratégias vistas como uma falsa compreensão.

A escola é um espaço de socialização, não esquecendo que o ambiente escolar compõe uma diversidade em vários sentidos, in-

clusivo em sexualidade, e que, como instituição, se apresenta como lugar restrito, sendo influenciada por mecanismos sociais, religiosos e políticos. Por essas razões, não cumpre seu papel como um espaço propício às diversidades por conta de regras e normas. Sendo assim, muitos defendem que a escola não deve trabalhar essas temáticas (SILVA; LEITE JUNIOR, 2016).

Existem vários mecanismos ofertados como propostas para instrução dos professores, considerados como respaldos teóricos e práticos para trabalharem a temática sexualidade com os seus alunos. Existe uma necessidade de o educador estar preparado para tratar do tema, desmistificando tabus e preconceitos para contribuir com uma educação sexual que vise liberdade e autonomia por meio de uma formação continuada.

O processo de aprender e ensinar está presente na história da humanidade, na tentativa de preparar as novas gerações para continuidade da cultura de um determinado povo. O ensinar e o aprender pode ser visto de várias formas. A Lei n. 9.394 de 1996 intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) criou normativas para educação em âmbito nacional e, especialmente, legitimou o texto constitucional abrangendo a escola como um espaço amplo, plural e democrático. Além disso, a lei menciona que a escola deve ser eficaz na garantia do direito ao acesso e a permanência dos alunos (BRASIL, 1996). Nesse aparato, vê-se os PCNS, como uma forma de orientar os professores a desenvolverem uma prática pedagógica que abrange diversos conteúdos, o que se chamam de “temas transversais” trabalhando assim esses temas para uma boa convivência em sociedade (BRASIL, 1997).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), apresentados para a educação brasileira como documento orientativo, carregam em seu texto uma compressão social, bem como seus direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nesse aspecto, é que foram incorporados como temas transversais às questões da Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. O desafio que as escolas enfrentam, é de incluir esses debates. Ao propor uma educação comprometida com a cidadania, os PCNS orientam a educação escolar de forma a respeitar os direitos humanos, em relação a discriminação de qualquer tipo, exigindo respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas (BRASIL, 1997).

Estes, ainda indicam como objetivos para o ensino fundamental, que os alunos possam ser capazes de reconhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997).

Segundo os PCNS, o tema Orientação Sexual, tratado como Tema Transversal na escola deve ser entendido como um processo de intervenção pedagógica, tendo como objetivo problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se, para nortear a intervenção do professor(a), três eixos fundamentais: corpo humano, relações de gênero e prevenção às DST e HIV/Aids (BRASIL, 1997).

Enquanto nos PCNS se faz presente o tema transversal, orientação sexual, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deixa a temática obscura. Para Monteiro e Ribeiro (2020 p.11) “a sexualidade é essencial em nossa sociedade, principalmente na escola, com isso entende-se que seja primordial que este tema faça parte do currículo escolar.” Neste sentido faz-se necessário verificar como a BNCC refere-se sobre a sexualidade avaliando a sua dificuldade de abordagem.

Aprovada no ano de 2017 com orientações para a educação infantil e o ensino fundamental, em 2018 recebe orientações para o ensino médio. Este documento promove de forma obrigatória que todos os alunos possuam acesso aos conhecimentos fundamentais educacionais. Ao buscar pelo termo “sexualidade” na BNCC encontra-se sua primeira menção relacionando-se com a reprodução humana na área de ciências da natureza, conteúdo esse para 8º ano do ensino fundamental.

“Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que re-

presentam autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimentos à saúde da família e comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde” (BRASIL, 2018, p. 327).

Para Seffner (2016), o professor é um indivíduo que domina o conhecimento de uma determinada disciplina, atuando assim como “adulto referência”, e é através dessa experiência do professor e da convivência com o outro que alunos e alunas constroem seu saber sobre dada situação. Nesse segmento, a escola surge como papel de desmistificação. O professor(a) necessita perceber a heterogeneidade presente em suas aulas, elaborando conhecimentos sobre educação sexual (SILVA; PESSOA; BARROS, 2011).

O processo de construção da sexualidade, sempre esteve presente nas instituições de ensino. Muitas são as pessoas e organizações que buscam políticas públicas e intervenções que incluam essas temáticas para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Contudo, o tema sexualidade, ainda não é bem exposto em muitos contextos escolares. Os profissionais da educação temem expor o conteúdo por preceitos religiosos e/ou julgar como uma manifestação contrária à sociedade (BALESTRIN; SOARES, 2015).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), possui indicações para o trabalho com a orientação sexual dentro dos chamados Temas Transversais. Na abordagem desse “tema transversal”, segundo o MEC, é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. “O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo-se, portanto, num espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual” (MENEZES, sp. 2001).

É certo que a sexualidade é um tema que traz grandes desafios para se trabalhar no cotidiano escolar e suas manifestações no

espaço educacional são desafiadoras de modo geral, tendo em vista como a sociedade e a família abordam essa temática em seu meio como algo completamente ilícito. Na escola, a utilização de filas que separam meninos e meninas, ainda se faz presente. Nas aulas de educação física, os meninos brincam de futsal e as meninas de amarelinha, queimada ou pula corda. Os autores Gonçalves e Tortola (2015), refletem que a educação física ao longo dos anos passou por diferentes mudanças, porém nos dias atuais, ainda existem imposições sobre a separação obrigatória entre alunos e alunas nas aulas. Mesmo após essa condição ter sido superada em algumas práticas, ainda existem escolas que utilizam o afastamento de meninos e meninas desde a fila para seu deslocamento, como nas aulas e atividades.

Para muitos, as meninas são seres frágeis em direção a vivências cotidianas, além da prática de esportes no qual os meninos ainda predominam. Soares (2011) mostra que a educação física apresenta um contexto de separação de gênero (meninos e meninas), podendo observar essas características até hoje. Isso é entendido por muitos profissionais como parte de uma realidade da criança, onde os meninos considerados mais habilidosos, se sentirão envergonhados em fazer atividades de meninas, pois para eles as meninas são mais frágeis e possuem menos habilidades e que poderão se machucar ao realizar atividade em conjunto com eles.

Existe preconceito em relação a menina que sabe jogar e que tem espírito competitivo, assim como, menino que não é habilidoso com esportes. Segundo Goellner et al (2011.p 82), “quando meninas apresentam um perfil de habilidade e comportamento mais agressivo para o jogo, muitas vezes, sua feminilidade é colocada em suspeição”, a autora ainda diz que, “o menino que não se adapta ao esporte, sobretudo às práticas coletivas, também tem colocado em dúvida a sua masculinidade” (p 82).

Para falar sobre sexualidade, é preciso saber diferenciá-la de sexo e gênero. Sexo é algo relacionado a elementos do corpo, tais como os órgãos genitais, o que diferencia o homem da mulher; gênero é o termo usado para intitular a construção social do seu sexo e a sexualidade é vista como o desejo sexual do ser humano. O sexo é a descrição de características anatômicas e fisiológicas que especificam homem e mulher; Gênero é estabelecido como a condição social através do que identifica-se como masculino e feminino; e por

fim sexualidade é desejo e prazer que os rodeiam, de acordo com suas preferências, suas predisposições ou a sua experiência sexual na descoberta da sua identidade (GOELLNER, 2009).

A introdução da Educação Sexual aconteceu a partir do final dos anos 1920, apenas como uma ação preventiva da medicina higiênica, sendo destacada somente na década de 80, com o avanço da AIDS e a gravidez na adolescência (SAYÃO, 1997); Porém, conforme Sayão (1997), “até aquele momento, as discussões e os trabalhos sobre sexualidade na escola limitavam-se a iniciativas pontuais, esporádicas e assistemáticas” (p. 111).

Ao contemplar práticas voltadas à cultura corporal do movimento, a Educação Física para BRASIL (1998a, p. 56), transforma-se em uma importante ferramenta de expressão e significado de afeto, sentimentos e emoções, propiciando meios de conseguir satisfação e prazer baseado no corpo.” Entretanto, Santos e Matthiesen (2012, p. 206) dizem que cada aluno manifesta seus valores e princípios nas aulas de Educação Física, cabendo aos professores buscar e explorar meios para abordar a temática, para que possa assim, existir uma convivência compreensiva e diversificada.

DESENVOLVIMENTO

Foi realizada pesquisa de abordagem qualitativa, sendo esta aplicada para aprofundar o conhecimento do social, a qual vai propiciar a descoberta de particularidades do objeto de estudo, sendo um método mais abrangente, podendo extrair um maior número de informações subjetivas do fenômeno (MINAYO, 2014).

Esse estudo aplicou-se à revisão integrativa da literatura, que possibilitou focar nos principais pontos dos trabalhos encerrados e com isso conseguir conclusões sobre a temática escolhida. Para que a revisão fosse claramente executada, foram exigidos padrões de rigor, clareza e replicação empregados nos artigos de origem. Na preparação desta revisão, foram aplicadas as seguintes etapas, primeiro: seleção das questões temáticas; segundo: estabelecimentos dos critérios para a seleção da amostra; terceiro: representação das características da pesquisa original e organização dos dados; quarto: análise dos dados; quinto: interpretação dos resultados (BEYEA E NICOLL, 1998).

O repertório de informações em meios eletrônicos, segundo Brevidelli (2008) é um grande avanço para os pesquisadores,

democratizando o acesso e proporcionando atualização frequente. O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico, auxiliando nas fundações de um estudo significativo.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se duas buscas na base de dados Lilacs e Scielo, considerando versões em língua portuguesa e três descritores, a saber, “Educação Sexual” e “Educação Física” e “Sexualidade”. Este levantamento foi realizado no período de março de 2021. Para a realização da busca dos descritores, foi feita pesquisa para validação dos mesmos em: <http://decs.bvs.br/>. Na busca de Educação Sexual, encontra-se como nota de escopo no site, educação que aumenta o conhecimento dos aspectos funcionais, estruturais e comportamentais da reprodução humana. Na busca de Educação Física, programa de instruções para o cuidado e desenvolvimento do corpo e em Sexualidade, declaração aberta da própria sexualidade.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: últimos 06 anos, artigos originais, em língua portuguesa e que se aproximam da temática após leitura dos títulos e resumos. Foram excluídos da pesquisa aqueles não gratuitos e duplicados.

Por meio desse processo, obteve-se 07 artigos para discussão. Após o processo de seleção e identificação dos artigos que obedeceram aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foi realizada leitura na íntegra de todos os artigos. Após a releitura de cada um dos artigos, preencheu-se um quadro com as seguintes informações: identificação, ano, título e questão problema. Irão ser ponderados os benefícios do mesmo para futuras leituras e discussões acerca da temática. A relevância social da pesquisa, e a garantia da igual consideração dos interesses envolvidos também será destacada. Será refletido ainda sobre o processo de inclusão na sociedade, podendo ampliar olhares sobre a visão de si e do outro.

Teve como objetivo investigar por meio do estudo bibliográfico, através da revisão integrativa da literatura, como os professores de Educação Física abordam em suas intervenções pedagógicas temas afetos às relações de sexualidade. Desse modo, foram reunidas informações a partir dos critérios de seleção estabelecidos. Sendo assim, foram selecionados trabalhos científicos para compor a presente revisão, tendo como base para análise 7 artigos, todos disponíveis na base de dados utilizados no estudo: Scielo e Lilacs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É realizado um balanço sobre a temática sexualidade na escola sempre incluindo as questões de gênero em todos os artigos, onde permanecem interligados, por meio de um conjunto social, principalmente nos trabalhos que compõem entrevistas como meio metodológico. Em seus resultados pode-se observar sempre a indisociabilidade das temáticas nas falas dos entrevistados. Se discutir sexualidade junto à orientação sexual é complexo, pode-se presumir que discutir gênero é muito dificultoso, porém sendo necessário ir além.

A sexualidade que é discutida no ambiente escolar, enfrenta grandes desafios educacionais. Inicialmente, Garbarino (2021), remete que ainda quando a orientação sexual era um tema transversal do currículo, gerava grandes conflitos quando se abordava sobre a temática, e que mesmo apesar dessas críticas, a orientação sexual conquistava um importante avanço. O eixo “orientação sexual” em 1997, foi incorporado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) desde o ciclo I do ensino fundamental, a partir da sua inserção no currículo, porém em 2019 a menção sobre essa temática foi retirada da nova Base Nacional Comum Curricular, fato esse que envolve muitas críticas atualmente.

De acordo com os autores Vasconcelos e Ferreira (2020), para se romper barreiras de estereótipos e diferenças, a educação apresenta-se como um caminho que possibilita a todo corpo escolar (professores, alunos e comunidade) a criarem novas percepções sobre padrões existentes, diminuindo possivelmente os conflitos entre os padrões binários, que quer dizer, sexo em duas formas distintas e opostas, tal como feminino e masculino. Destarte, expondo Rosa (2004), as experiências educativas sobre discussões relacionadas à sexualidade ou educação sexual podem resultar em uma melhor convivência entre meninas e meninos, mulheres e homens, em práticas esportivas, apontando possibilidades diferentes daquelas tão destacadas por muitos professores, que, de antemão, acreditam que os papéis, lugares e possibilidades estão postos pela ordem social e são imutáveis.

Brandão e Lopes (2018), remetem que a falta de discurso sobre gênero e sexualidade nas escolas, aumenta as desigualdades e discriminações sociais no espaço escolar e/ou em outros ambientes

sociais, visto que é na escola que deve-se partir este entendimento a luz de novas teorias incentivando os alunos a conhecerem os movimentos sociais. Além disso, tratar no ambiente escolar sobre a sexualidade diminui o preconceito, conduzindo por meio do aprendizado a lidar com a diversidade sexual e diferenças socioculturais.

Machado e Pires (2016), expõe que socialmente são construídas as identidades de gênero e sexuais, e que a escola contribui para esse processo formativo. Não sendo diferente na Educação Física, que se tornou em 1996 componente curricular, e lida diretamente com o corpo em movimento, devendo ser o berço das discussões sobre o corpo e sua sexualidade. No entanto, existe um distanciamento dessa temática por parte dos professores da referida disciplina.

Historicamente, no espaço escolar, disciplinas como sexo são restritas à análise apenas do ponto de vista biológico, e sexo ainda é tabu. Ao contrário da crença popular, na sociedade contemporânea existe um discurso inflamatório, como explica Foucault (1988), que é sempre considerado um “segredo”. Este artigo também aponta que entender as relações de gênero a partir das classificações existentes em todas as ordens sociais pode não só compreender a condição das mulheres, especialmente como subordinadas, mas também compreender a relação entre “poder” sexual. O termo “gênero” não pode ser usado em certas áreas porque se recusa a ceder. A hierarquia é baseada principalmente na racionalidade biológica, como força muscular masculina, fertilidade feminina e capacidade de cuidar da família. Esses argumentos têm sido usados há muito tempo para manter a desigualdade de gênero.

Sabatel et al. (2016) apontam que trabalhar sexualidade na Educação Física Escolar requer progressos, principalmente na formação inicial dos futuros docentes, a fim de que superam em suas aulas, argumentos sexistas de caráter biológico que se encontram embutidos em uma cultura machista e preconceituosa, na qual a superioridade masculina é tida -como padrão.

Matos et al. (2016) apontam que a Educação Física continua reproduzindo a educação sexista em todas as turmas, pois os professores continuam a formar aulas baseadas no gênero, e fortalecem seus papéis sexuais na divisão de meninos e meninas para as atividades, auxiliando-os na escola. Sendo assim, é necessário que haja uma nova discussão sobre este tema, pois a escolha dos professores

de Educação Física na seleção das turmas não deve ser diferente, mas deve-se optar por construir uma escola verdadeiramente justa, igualitária e democrática junto a todos os demais professores.

Vale destacar que existe uma grande diferença nas relações de gênero na sociedade, o que se reflete diretamente na educação física, pois esta é marcada pela divisão de meninos e meninas, independentemente de se pensar que as meninas são vulneráveis ou os meninos são mais qualificados. Também foi apontado que um estudo realizado por Altmann, Ayoub e Amaral (2011) sobre as relações de gênero nas aulas de educação física provou que em algumas palestras de professores, os meninos eram mais proficientes na prática de esportes e jogos em grupo, e a maioria das meninas não participavam desses exercícios com a mesma intensidade porque não queriam suar e queriam manter-se limpas.

Para enfrentar essas questões relacionadas à dificuldade de debater o comportamento sexual nas escolas, Oltramari (2019) apontou que pesquisas sobre temas de formação de professores que visem e defendam gênero e comportamento sexual são essenciais para resolver esses problemas e construir tolerância. Segundo Graupe (2013), a formação de professores deve ter como foco o combate ao comportamento discriminatório, e deve haver cursos de formação de professores baseados nesses temas para a construção de uma escola mais democrática e inclusiva. Para a autora, esse é um dos grandes desafios da escola e da formação de professores. Ela destacou que “gênero e diversidade” no currículo escolar é uma dessas estratégias importantes.

Em relação às questões relacionadas à identidade de gênero e suas reflexões acerca da presença de homossexuais nas aulas de educação física, centra-se sobre a postura do professor em sua sala de aula esta responsabilidade, onde este pode desempenhar um papel conversador ou crítico. Nesse caso, o que precisa ser entendido é que a escola é um espaço de identidades, ou pelo menos deveria ser, e a Educação Física, como prática docente, faz parte desse processo. As atitudes, conceitos e práticas dos professores da disciplina influenciam na formação da identidade principal da escola, sejam ou não homossexuais.

O professor de educação física precisa compreender seu papel na construção social da identidade sexual. O silêncio, a rejei-

ção do aluno à homossexualidade, confirma a supremacia da heterossexualidade. Diante da realidade da descoberta, é urgente perceber que o conhecimento difundido ou escondido em sala de aula é um meio de poder que pode ser transformado.

CONCLUSÃO

Sem a pretensão de encerrar aqui a discussão sobre a temática, constatou-se que mesmo com os avanços dos estudos relacionados sobre o assunto, levando em consideração aqueles que dialogam sobre como os professores de Educação Física abordam em suas aulas temas relacionados à sexualidade, pressupõe-se que essas discussões sobre sexualidade sejam conduzidas durante a formação inicial dos futuros professores da área de Educação Física. É preciso garantir que, na prática docente, para romper com o discurso sexista provocado pelo senso comum, seja útil tratar essa temática a fim de que indivíduos que não atendam aos padrões hegemônicos sejam naturalizados historicamente e culturalmente.

Embora o ambiente escolar seja o fator básico das (des) construções estereotipadas, é possível perceber a naturalização que existe com os preconceitos. Assim sendo, entende-se que é preciso que haja reflexões que contribuam para a construção social e política de disciplinas fundamentais para a quebra do paradigma da concretização social, ilustrando o quão importante e necessária é a formação de professores de qualidade.

O professor de educação física precisa compreender seu papel na construção social da identidade sexual. O silêncio, a rejeição do aluno à homossexualidade, confirma a supremacia da heterossexualidade. Diante da realidade da descoberta, é urgente entender que o conhecimento difundido ou escondido em sala de aula é um meio de poder que pode ser transformado.

Enfim, este estudo não deve-se esgotar por aqui, vê-se a necessidade de mais pesquisadores engajarem-se nesta discussão, buscando estratégias que possibilitem e ampliem o debate sobre a questões da sexualidade, especialmente na Educação Física, uma vez que a partir do estudos realizado, nota-se a carência e a necessidade de mais produções nessa área.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação Física: “meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, maio/ago.2011.

BALESTRIN, P. A.; SOARES, R. F. R. Gênero e sexualidade nas práticas educativas. Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 16, jun. 2015.

Beyea S.C., Nicoll E.L.H. Writing an integrative review. Aorn J, 1998; 67(4):877-80.

Brandão, E. R., & Lopes, R. F. F. (2018). “Não é competência do professor ser sexólogo”: o debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação. Civitas - Revista De Ciências Sociais, 18(1), 100-123.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas Transversais: Orientação Sexual. 1997.

BRASIL. Constituição (2016). Lei nº 55, de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 13. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2016.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. 2015. Nota Técnica n. 24/2015. Brasília: Ministério da Educação.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, 3º e 4º ciclos. Brasília, DF, 1998.

BREVIDELLI, M.M.; DE DOMENICO, E.B. Trabalho de conclusão de curso: guia prático para docentes e alunos da área da saúde. 2a ed.

São Paulo: Iátria; 2008.

FERREIRA, C. C.; AGUIAR, M. M. “Ideologia de gênero”: pânico morais, silêncios tagarelas e a (re)produção de normas binárias de gênero. *Revista Ñanduty*, [s.l.], v. 6, n. 8, 28 set. 2018. Universidade Federal de Grande Dourados.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 19ª ed. Rio de Janeiro, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1996.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*.

3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

GARBARINO, Mariana Inés. Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2021, vol.26, e260011. Epub Mar 19, 2021. ISSN 1809-449X.

GARBARINO, M. I. Crenças sobre a origem dos bebês em crianças de 4 a 9 anos: uma abordagem a partir da psicogênese piagetiana e da psicanálise freudiana. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L.; PANISSON, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, 2015.

GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade – educando para a diversidade. In: *Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão a prática*. Amauri Aparecido de Oliveira e Gianina Lepre Perim (Orgs.). Maringá, Pr. Eduem, 2009.

GOELLNER, S. V.; GUIMARAES, A. R.; MACEDO C. G. Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais: reflexões a partir de uma experiência em sala de aula. In: *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação [recurso eletrônico]*/ Fabiane Ferreira da Silva, Elena Maria Billig Mello (orgs.). – Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011.

GONÇALVES, B. H.; TORTOLA, E. R. C.. Dificuldades de professores/as de Educação Física para o trato com o tema sexualidade no

contexto escolar, Paraná. Disponível em:<<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/639.pdf>> Acesso em: 21 de março de 2021.

GRAUPE, Mareli. “Gênero, diversidade e sexualidades: formação continuada de professor@s.” In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis, Instituto de Estudos de Gênero. Anais... Florianópolis: IEG, 2013.

GUTIERRES SABATEL, G. M., ALVES, S. DE S., FRANCISCO, M. V., & CANHOTO DE LIMA, M. R. (2016). GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM BALANÇO DA PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS NO PERÍODO ENTRE 2004-2014 NAS BASES DO LILACS E SCIELO. *Pensar a Prática*, 19(1).

JUNQUEIRA, R. D. (2018) A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43).

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Proposições*, Campinas, v. 19, n. 2, 2008.

MACHADO, Aline Gomes; PIRES, Roberto Gondim. Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física. *Motrivivência*, [S.L.], v. 28, n. 48, 21 set. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

MATOS, Naiara da Rocha; BRASILEIRO, Geisa Silva; ROCHA, Roldolfo Teixeira; CAVALCANTE NETO, Jorge Lopes. Discussão de gênero nas aulas de Educação Física: uma revisão sistemática. *Motrivivência*, [S.L.], v. 28, n. 47, 25 maio 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

MENEZES, E. T. Verbete educação sexual. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/educacao-sexual/>>. Acesso em 17 mai 2021.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed.

São Paulo: Hucitec, 2014. Nacionais: Educação Física. Brasília: Imprensa Oficial, v.7, 1997.

MODESTO MA. BNCC, transversalidade, meio ambiente e ensino

de história: elementos para um diálogo entre história e a pedagogia. *Boletim Historiar*, 2018; 05(3): 14-28.

MONTEIRO, S. A. de S., & Ribeiro, P. R. M. (2020). Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. *Pesquisa E Ensino*, 1, e202011.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 11, 2012.

OLTRAMARI, Leandro Castro and GESSER, Marivete. Educação e gênero: histórias de estudantes do curso Gênero e Diversidade na Escola. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2019, vol.27, n.3, e57772. Epub Oct 21, 2019. ISSN 1806-9584.

PESSOA, E. R. de A. Políticas públicas, a atuação docente e o desenvolvimento de habilidades: gêneros e sexualidades na educação básica. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, n. 12, p. 35-47, 2012.

ROSA, M. V. da. Educação Física e homossexualidade: investigando as representações sociais dos estudantes do Centro de Desportos/UFSC. 2004. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

SANTOS, I. L.; MATTHIESEN, S. Q. Orientação sexual e Educação Física: sobre a prática pedagógica do professor na escola. *Revista da Educação Física/Uem*, [S.L.], v. 23, n. 2, 28 jul. 2012. Universidade Estadual de Maringá.

SANTOS, J. C. O. Das diferenças às desigualdades: reflexões em torno das relações de gênero e sexualidade na escola. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, n. 4, dez. 2017.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

SEFFNER, Fernando. *A QUEM TUDO QUER SABER, NADA SE LHE DIZ: UMA EDUCAÇÃO SEM GÊNERO E SEM SEXUALIDA-*

DE É DESEJÁVEL?. Reflexão e Ação, [s.l.], v. 24, n. 1, p.61-81, 28 abr. 2016. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul.

SEFFNER, F.; PICCHETTI, Y. P. A QUEM TUDO QUER SABER, NADA SE LHE DIZ: UMA EDUCAÇÃO SEM GÊNERO E SEM SEXUALIDADE É

DESEJÁVEL?. Reflexão e Ação, [s.l.], v. 24, n. 1, 28 abr. 2016. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul.

SILVA, L. L. S.; LEITE JUNIOR, F. F. Homofobia na Escola: Problematizando Gênero e Sexualidade entre estudantes do Ensino Médio. Cadernos de Gênero e Diversidade, [s.l.], v. 2, n. 2, 19 fev. 2016. Universidade Federal da Bahia.

SILVA, P. E., PESSOA, E. B.; BARROS, A. P., RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE. Revistas Fiped, Remígio, v. 1, n. 1, nov. 2011.

SILVA, E. S. S. et al.. Gênero e sexualidade: debates e embates educacionais. Corpos dissidentes, corpos resistentes: do caos à lama... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 306-321. Disponível em <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65138>>. Acesso em: 21 de março 2021.

SOARES, C. L. Educação Física escolar: conhecimentos e especificidades. In: Revista Paulista de Educação Física, supl. 2, São Paulo, 1997.

VASCONCELOS, Camila Midori Takemoto; FERREIRA, Lílian Aparecida. A FORMAÇÃO DE FUTUR@S PROFESSOR@S DE EDUCAÇÃO FÍSICA: reflexões sobre gênero e sexualidade. Educação em Revista, [S.L.], v. 36, 08 maio 2020. FapUNIFESP (SciELO).

CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E PERFORMATIVIDADE: DEBATES NA EDUCAÇÃO

Andreza de Souza Oliveira
Edna Ferreira Pinto
Érika Suyanne Sousa Silva
Evandro Nogueira de Oliveira

Resumo:

No presente estudo se faz uma reflexão acerca do papel gênero, corpo, sexualidade e performatividade no cenário atual, possui uma reflexão política acerca dessas questões que norteiam os debates educação. Por isso, se configurou como uma atividade que transpassou a dimensão do binarismo, isto é, pensar a sociedade para além da dualidade homem e mulher, masculino e feminino. Assim Pensar temáticas relacionada ao corpo, gênero, performatividade são, sobremaneira, importantes para que avancemos na construção de uma sociedade mais junta para todos os sujeitos.

Palavras-chave: Gênero. Corpo. Sexualidade. Performatividade

INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como proposta um olhar acerca das temáticas de corpo, gênero e performance e performatividade. Estes elementos/temas produzem e carregam marcas enraizadas histórico e culturalmente em nossas produções de subjetividades e, de modo particular nos ajudam a compreender a Educação como espaço e campo de debate.

A inscrição dos gêneros masculino ou feminino nos corpos são determinadas pelas culturas, sendo assim, as expressões de gênero são formuladas também a partir do social, deste modo, quando nos referimos a esta temática consideramos também a dialética do indivíduo/sociedade, essa construção é complexa e está em constante movimento criando e recriando novas formas de ser e pensar (PAULINO-PEREIRA, SANTOS, MENDES, 2017).

Deste modo, as sexualidades são entendidas como as formas de expressar, desejos e prazeres que são socialmente instaladas e codificadas. Já as identidades de gênero e sexuais são definidas por suas relações sociais, que são formuladas pelas redes de poder de uma sociedade, tais como os veículos midiáticos, por exemplo (LOURO, 2000).

Nesse sentido, a performatividade de gênero é marcada por representações que são socialmente construídas e que são mostradas de forma externa ao corpo (BUTLER, 2011). Assim, o corpo não é apenas uma matéria (objeto) existente no mundo, mas um elemento que produz e carrega histórias de vida que fazem e se refazem ao longo do tempo, mostrando suas marcas através da expressividade (NÓBREGA, 2010; NUNES, 2019).

A partir dessa leitura, podemos entender que os papéis de gênero se constituem social, histórico e culturalmente e são reproduzidos muitas vezes de forma compulsória, na qual os sujeitos são conduzidos (social e culturalmente) a se encaixarem num modelo binário normativo. De acordo com Butler (2003), papel de gênero pode ser entendido como a união de preceitos, isto é, as formas consideradas adequadas de comportamento, de um dado meio social. Assim sendo, por muito tempo, foi considerado normal dizer que existem funções/ obrigações específicas para homens e para mulheres. Este fato, implica diretamente nas relações do convívio social das pessoas, conseqüentemente em todas as fases da vida humana.

Deste modo, pensamos que o gênero e suas performatividades, quando são inteiramente ligados com o sexo biológico, criam-se fatores que limitam as descobertas do próprio, colocando os sujeitos dentro de padrões a serem seguidos, os quais aprisionam os corpos e reduzem as possibilidades de ser e agir no mundo.

Refletir acerca das temáticas relacionadas ao gênero e sexualidade são uma atividade que requer que transpássemos a dimensão do binarismo, isto é, pensar a sociedade para além da dualidade homem e mulher, masculino e feminino. Para Beauvoir (2014), esse conceito binário de gênero não está de todo errado, pois, a mesma destaca que gênero é uma construção social e cultural, enquanto o sexo é apenas o traço biológico. Contudo, a sociedade incorporou as performatividades, determinando assim os papéis de gênero, ou seja, o que mulher e homem devem fazer de acordo com o sexo biológico.

Assim sendo, nossa questão problema situa-se em: como questões relacionadas ao gênero e sexualidade podem contribuir na produção de subjetividades a partir das diversas possibilidades de pensar, sentir e agir, segundo a performance e performatividade de gênero? Deste modo, enquanto objetivo de pesquisa, busca refletir sobre o fenômeno do corpo, gênero, sexualidade e performatividade

no cenário educacional, entrelaçando com uma discussão política que nos permita pensar o processo de emancipação.

DESENVOLVIMENTO

CORPO E EDUCAÇÃO

A Educação com o passar dos anos, tem despertado para a necessidade de tornar o processo educacional um espaço para a aprendizagem mútua. Falamos aqui, especificamente, dos esforços produzidos pelas tendências críticas, as quais possuem a interpretação em comum, de que o processo de aprender e ensinar são pertencentes a um universo dinâmico, conjunto, que buscam tornar-se o ambiente educacional propício ao diálogo e a troca de conhecimento.

A Educação Física não difere no que se refere ao movimento de transformação e mudança. A sua história é marcada, especialmente, por uma prática pedagógica que desvaloriza a fundamentação teórica, em detrimento as práticas esportivas. Valorizou-se também, os hábitos de higiene e saúde, com o objetivo de formar uma geração capaz de suportar a guerra, a luta, o combate. Essas práticas eugênicas marcaram por muito tempo a história da Educação Física no Brasil. Nesse sentido, Oliveira (2002, p.54) afirma que a Educação Física escolar tinha a função de “reprodução do ideário oficial, calcado na ideologia da segurança nacional e do Brasil grande”. Portanto, o ensino deste componente curricular, neste momento, consistia em atender aos interesses do Estado.

Contudo, essas práticas começaram a ser contestadas a partir de meados da década de 80, com o movimento de transformação da pedagogia no Brasil. Foi este momento em que começaram a surgir outras abordagens, agora, pensadas didática e pedagogicamente com o objetivo de superar essas práticas hegemônicas. Como bem afirma Brasil (2001, p.22):

O campo de debates se fertilizou e as primeiras produções surgiram apontando o rumo das novas tendências da Educação Física. As recém-criadas organizações da sociedade civil, bem como entidades estudantis, sindicais e partidárias, somaram-se setores do meio identificados com as tendências progressistas. Simultaneamente, a criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física, o retorno de professores doutorados que estavam fora do Brasil, as publicações de um número maior de livros e revistas, bem como o

aumento do número de congressos e outros eventos dessa natureza foram fatores que contribuíram para esse debate.

Atualmente, coexistem algumas concepções de ensino, que são norteadoras no desenvolvimento da Educação Física escolar. Para Darido e Rangel (2008), todas essas concepções possuem em comum a tentativa de romper com o modelo mecanicista, esportivista e tradicional, as quais estão enraizadas a Educação Física. Entretanto, entre elas, os autores destacam as abordagens: crítico-superadora; crítico-emancipatória e a baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Esse destaque deve-se por tais conhecimentos possuírem como eixos norteadores, a historicidade; a cultura; e as relações sociais.

Neste contexto, compreendemos que é preciso imergir, no intuito de refletir sobre uma Educação que sinta, ouça, viva. Pensamos nesta construção teórica, num modelo educacional pautado na sensibilidade, ou seja, em uma educação que faça sentir, considerando o indivíduo como ser que produz, ao mesmo instante que é produzido pela realidade. Um ser que é corpo, que traz consigo histórias escritas na pele, que sente e é sentido, que toca e é tocado.

Estamos compreendendo por educação sensível uma educação que considera a religação dos conhecimentos lógicos, analógicos, simbólicos, estéticos; que considera a inscrição corporal do conhecimento e como tal redimensiona o próprio ato de conhecer como um processo contínuo e inconcluso. Essa educação sensível é também entendida como aquela que retoma a experiência do corpo, sua natureza sensível, como significativa para a leitura do mundo. Inclui a memória do corpo, a sua história, a sua criatividade, abrindo-se à inovação, à mudança, à amplificação dos sentidos e ao diálogo com os outros corpos e com o mundo, porque neles também se constitui. (TIBÚRCIO, 2005, p. 32-33)

Com isso, acreditamos que a Educação Física necessita, aproximar-se do aluno, possibilitando o pensamento, a reflexão e a buscar no seu corpo a sua identidade. Precisamos, contudo, romper com a visão mecanicista e dicotômica do corpo que ainda permanecem nas aulas de Educação Física, a qual “compreende esse corpo a partir do modelo da máquina regido por leis de regularidade, simplificação e ordenamento, negando a história que ele traz, as dinâmicas culturais e sociais que ele revela.” (TIBÚRCIO, 2005, p. 40). Portan-

to, a Educação sensível, nos permite pensar conteúdos que abracem os sujeitos, considerando-os como elementos do mundo.

A educação, marcada pela estesia, busca contribuir a partir das experimentações, a qual através do que se é vivido, é possível atribuir significações. Assim, consideramos que “não há tempo reservado especialmente para se aprender, e sendo a existência um ato corporal, os processos educativos acontecem no movimento da própria vida.” (NÓBREGA, 2005, p. 12). Isto é, nos constituímos no movimento da realidade, nas relações sociais, numa troca constante.

Como podemos perceber, não pensamos numa educação em que o sujeito é apenas um objeto para a intervenção pedagógica. Compreendemos que o sujeito que é ser no mundo, recria-o a todo o momento, o subjetivo de modo particular. É, portanto, ator, aquele que faz do mundo uma extensão do seu próprio corpo, que reconhece-se como ser e que relaciona-se com todas as outras coisas do mundo, às significando.

Pensamos a Educação dos sentidos como uma possibilidade de buscar nas relações (sujeito/social; sujeito/objeto) sentidos e significados para a sua existência. Nóbrega (2010, p.114), nos explica que neste processo educacional “as aventuras pessoais, os acontecimentos banais ou históricos, a linguagem do corpo precisa ser considerada no ato de ensinar”. Deste modo, enquanto professores, devemos considerar que o aluno traz em si significações que precisam ser pensadas e despertadas por meio de uma educação viva, uma de educação para a vida.

GÊNERO E SEXUALIDADE

O conceito de gênero, neste estudo, é entendido como um conjunto de sistemas existentes entre os contextos sociais, familiar e religioso, que juntamente com o sexo biológico formam a ideia de gênero. Entretanto este conceito não diretamente ligado e/ou determinado pelo sexo, e vice versa, de modo que este também não se configura como determinante da sexualidade do indivíduo. (BUTLER,2003; LOURO, 2003; SCOTT, 1995).

Quando nascemos somos incluídos em “moldes”, e a partir destes, o indivíduo é educado e estimulado a seguir certos padrões performáticos da sua categorização de gênero que lhe foi determinado ao nascer; e tais categorizações binárias, ou seja, dois extremos:

homem e mulher, masculino e feminino, hétero e homo. (BUTLER, 2003)

Ainda, para Butler (2003), o molde binário em homem e mulher é limitado, pois as identidades são fluidas e não há repetição ou padrão, e para Scott (1995) essas categorias são ambíguas, transitórias impostas direta ou indiretamente por um contexto social, cultural, econômico e político.

Wharton (2005) afirma que a sociedade tende a esperar um comportamento e reações específicas em relação as pessoas, baseando tais comportamentos em sua categoria de sexo, ou seja, a sociedade heteronormativa presume que os indivíduos terão as mesmas reações comportamentais baseando-se apenas no sexo biológico e conseqüentemente nos preceitos do que homem e mulher devem ou não fazer.

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. (ALVES; PITANGUY, 2007, p. 55).

Compreendemos que gênero não é algo determinado e/ou de escolha do indivíduo. Gênero, assim como a cultura, se constitui de nuances que irão agir de forma construtora sob o sujeito que está inserido na sociedade. Sexualidade e gênero tem um conversar próprio entre si mas não deixam de estarem ligados com o corpo (biologicamente); a sexualidade e gênero recebem muito peso advindos da cultura o que torna o processo ser também histórico e relacional. A formação do gênero e da sexualidade tem forte ligação com o corpo, prazer, proibições, fugas, saberes e poderes (FERRARI, 2014).

Sendo assim, podemos dizer que gênero e sexualidade não são definições permanentes, mas sim históricas e mutáveis. É notório que na maioria das sociedades estes conceitos possuem algum tipo de distinção entre feminino e masculino e que normalmente é ligada diretamente ao corpo, mas não quer dizer que os corpos estão sendo compreendidos da mesma maneira em todas as partes do mundo e ao mesmo, ou que estejam sendo atribuído importâncias semelhante entre os corpos nas diversas culturas existentes (LOURO, 2003).

HETERONORMATIVIDADE

A heteronormatividade é reproduzida a partir dos meios sociais que nos cercam, seja na escola ou nas nossas próprias casas. Essa mesma sociedade “fabricam” corpos-homens e corpos-mulheres e a partir desses corpos são cultivados os sexos diferentes com aparências “naturais” e conseqüentemente disposições sexuais opostas, ou seja, o corpo-mulher sente-se atraído pelo corpo-homem e vice-versa (BENTO, 2006).

Bento (2006), acerca desse assunto, afirma que a heterossexualidade não surge de modo natural, pelo contrário, passa a fazer parte dos corpos a partir de situações que são reproduzidas por outros indivíduos que se identificam como heterossexuais. Tal concepção é um complemento para o corpo-sexuado, com inúmeros significados, sendo organizada de maneira intencional, condicionada e demarcadas pelas convenções históricas.

Como a sexualidade e o gênero são identidades, Hall (2000) nos mostra o conceito de identidade, mostrando que não são erguidas fora das diferenças e sim por meio delas. Assim, somente, com a interação com o outro, do que não é, e do que falta com o exterior constitutivo a identidade pode ser construída. A construção da identidade pode ser entendida como um processo de autoconhecimento, também lida-se com o reconhecimento de segundos e terceiros que não compartilham dos mesmos atributos que possuímos que ocorrem nos lugares sociais que ocupamos (LOURO, 2010).

A inclinação *straight* (heterossexual) é imposta para as mulheres, as vezes por meio de violência física e material, também por meios ideológicos, simbólicos e políticos; e a partir de todos esses fatores citados possivelmente chegará ao nível de sobrevir uma série de dispositivos que podem ir desde a pornografia até a psicanálise. A heterossexualidade, quando obrigatória, será utilizada como um meio para a constância do capitalismo, pois a partir do mesmo cria-se a cultura heterossexista forjada por homens que criam ideias e ideais de como deve ser uma mulher, desde seu modo de comportar-se, vestir-se e até mesmo pensar (FALQUET, 2012; MARTINS 2019).

A heterossexualidade não é dada a priori, mas sim, socialmente construída e utilizada como uma base para a opressão patriarcal das mulheres e constantemente renovada graças as diferenças dos

sexos, tais diferenças são marcadas com frases do tipo “isso não é coisa de mulher”, “mulher tem que se dá ao respeito” e entre outras frases que se é comum as mulheres escutarem desde a primeira infância (FALQUET, 2012).

Sendo assim, as heterossexualidades quando tidas como natural, terão diferentes ordens dentro das diferenças dos gêneros. E a repetição dos papéis de gênero torna garantido os discursos das heterossexualidades; e quando esta ordem social torna-se natural, é chamada de heteronormatividade (PINHO, PULCINO, 2016).

PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE

A performatividade é marcada por gestos, atos e representações socialmente construídos e que são mostrados de forma exteriorizada ao corpo. Deste modo, performar não pode ser compreendido como “um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 1999, P. 111).

Para Butler (2011), o corpo não é apenas existencial, mas uma contínua materialização de oportunidades. Os indivíduos não são apenas a sua forma exteriorizada, mas sim uma essência, ou seja, o corpo é histórico, se reinventa, o mesmo não será igual aos seus antecessores ou aos seus sucessores.

O gênero é construído perante as performances ditas pela sociedade. Esta sociedade acredita que o sexo biológico é o gênero, tornando assim o gênero essencialmente feminino e masculino e, de modo permanente, tem tonando difícil nossas configurações de gênero, cujos processos que não estejam ligadas a heterossexualidade compulsória. (BUTLER, 2010).

A performatividade é expressa nos sujeitos, pois, a mesma destaca inúmeras formas de expressões formativas de identidade, como por exemplo: atos, gestos e desejos. Assim, concordamos com Butler (2003):

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como

causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (p. 194).

O corpo deve ser entendido a partir de sua historicidade, e, que desde antes do seu nascimento, já possui marcas culturais, isto é, um conjunto de preceitos fixados a partir do gênero que lhe foi determinado e juntamente com isso vêm as expectativas alheias e as funções sociais que estão de acordo com o gênero do indivíduo.

Os conceitos acerca do gênero são construídas de maneira interna, e, são uma fabricação que reluzem a superfície dos corpos, sendo assim, o gênero não é falso, mas também não é verdadeiro, no entanto são discursos sobre uma identidade primária e estável (BUTLER, 2010). Desta forma, podemos compreender que o corpo é histórico, construído e performado de maneira social. O ser homem e ser mulher e o não pertencer são regidos de maneira dialógica.

Opor-se-á não a interpretação verdadeira à falsa, mas 1) interpretação plural e interpretação dogmática (esta que não se reconhece como interpretação sob o fundo de uma pluralidade, mas se apresenta como verdade única e absoluta do texto); 2) interpretações fortes e fracas, rápidas e pacientes, pobres e ricas, superficiais e genealógicas, inocentes e profundas. Se não há a única interpretação verdadeira, há, todavia, interpretações abusivas". (BLONDEL, E., 1986, p. 207)

A vivência é inerente ao sujeito mesmo que que seus atos performáticos não sejam intrínsecos, esses fatos não tornarão suas vidas menos verdadeiras ou falsas, mostrará apenas que cada indivíduo constrói sua narrativa e por meio desta torna visível suas performances, o que causa estranhamento para a sociedade heteronormativa, cujo é adepta apenas ao binarismo de gênero imposto a partir do órgão sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa em gênero, visões binárias são imperativas, tais como: homem e mulher, feminino e masculino, delicado e grosseiro, quando, na verdade, transitamos de uma ponta a outra

dos polos. Estudos acerca do gênero nos permitem pensar, mostrar e transmitir esse sentimento de pertencimento e também o não-pertencer, deste modo, para Butler (1999), o gênero deve ser compreendido como uma expressão performativa e não como algo inerente ao sujeito. Assim, podemos refletir que, quando indivíduos fogem ao padrão heteronormativo, estes desafiam as normas socialmente construídas/impostas aos papéis de gênero, e, por isso, passam por constantes julgamentos, isto é, vivem em um permanente vigiar e punir (FOUCAULT, 1991).

Este estudo apontou para as dificuldades, quer sejam dos tabus enraizados, preconceitos e estereótipos que a social nos impõe. Pensar temáticas relacionada ao corpo, gênero, performatividade são, sobremaneira, importantes para que avancemos na construção de uma sociedade mais junta para todos os sujeitos.

Deste modo, outros estudos com os mais diversos enfoques teóricos e metodológicos podem somarem-se a estes estudos, inclusive, com pesquisas acerca de práticas e fazeres de professores e professoras na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BLONDEL, E. Nietzsche: le corps et la culture, Paris: PUF, 1986.

BENTO, Berenice. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITOS, 7., 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.fazendogenero7.ufsc.br>>. Acesso em: 16.Dez. 2020.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1949). 2014

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In G. Louro (Org.), O corpo educado: pedagogias da sexualidade (pp. 110-125). Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). Gênero, cultura visual e performance. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.

FALQUET, J. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. Cadernos de Crítica Feminista, ano Vol. I, N. 5, 2012.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 8a ed., Petrópolis, Vozes, 1991.

HADDAD, Maria Irene Delbone; HADDAD, Rogério Delbone. Judith Butler: Performatividade, constituição de gênero e teoria feminista. Enlaçando, São Paulo, v. 072, n. 1, p.0-0, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA3_ID559_17072017160232.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista (6ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. 2001

MOURA, F. P. “Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 189 f. Dissertação – (Mestrado Profissional em Ensino de História) Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NÓBREGA, Uma Fenomenologia do Corpo. São Paulo. Editora Livraria da Física. 2010.

NÓBREGA, T.P da, Merleau-Ponty: O filósofo, o corpo e o mundo

de toda a gente! XV CONBRACE E II CONICE, Trabalho Completo. 2007.

SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

PAULINO-PEREIRA, F. C. SANTOS, L. G. MENDES, S. C. C. Gênero e Identidade: Possibilidades e Contribuições Para Uma Cultura de Não Violência e Equidade. *Psicol. Soc.* vol.29 Belo Horizonte 2017 Epub Dec 18, 2017.

PINHO, R. PULCINO, R. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTTI. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v.42, n. 3, p. 665-680, 2016.

TIBÚRCIO, L. K. de O. M. A POÉTICA DO CORPO NO MITO E NA DANÇA BUTÔ: POR UMA EDUCAÇÃO SENSÍVEL. Natal - 2005. Tese (doutorado) apresentada à ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. 2005.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

CONDIÇÕES DE USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E LAZER NA CIDADE DE ICÓ-CE

Marcos Antônio Araújo Bezerra
Géssica de Oliveira Rolim
Cícero Cleber Brito Pereira
Jenifer Kelly Pinheiro
Lara Belmudes Bottcher

Resumo

O objetivo da pesquisa foi identificar as condições de uso dos equipamentos de esporte e lazer da cidade de Icó-CE. O presente estudo trata-se de uma pesquisa observacional, do tipo descritiva, de amostragem não probabilística e intencional. Diante do exposto apresentado foram avaliados 13 equipamentos de esporte e lazer do município de Icó-CE. Os resultados da pesquisa demonstram a ausência de: sinalização, ponto de transporte público, área verde, locais de descanso, policiamento, movimentação de outras pessoas, visibilidade, banheiros, bares/restaurantes e bebedouros. Conclui-se que os espaços destinados às práticas não correspondem como possibilidade a determinada vivência de atividades físicas e lazer devido à má conservação, falta de equipamentos acessíveis e falta de segurança.

Palavras-chave: Equipamentos Esportivos. Atividade Física. Lazer

INTRODUÇÃO

Os equipamentos de esporte e lazer são componentes dinâmicos de uma política pública, estando em constante transformação para que assim, haja um bom desempenho nas práticas com esses equipamentos, tendo como benefício a execução de atividades física, esportivas e de lazer para a população de um município (UNGHERI; ISAYAMA, 2020). No entendimento de Pintos *et al.* (2018) o lazer é composto por um conjunto de ocupações nas quais a população se entrega a realizar atividades recreativas de lazer, sendo adequado para os habitantes do município se distraírem nas horas vagas. O esporte é entendido como prática espontânea que transmite respeito às regras e limite a quem está praticando (ROJO *et al.*, 2019). Por sua vez, a atividade física é compreendida por todo e qualquer movimento da rotina diária associando-se a um gasto energético acima do nível de repouso (SILVA *et al.*, 2020).

Se faz importante que o município proporcione equipamentos de esportes e lazer em estado de segurança aos indivíduos, em vista que tais equipamentos geram uma série de valores tais como: inclusão, coletividade e bem-estar aos praticantes de esportes, atividade físicas e de lazer, devendo assim possibilitar maior acessibilidade da população e de socialização por conseguir aproximar indivíduos com o mesmo propósito (IGNÁCIO; MYSKIW 2020).

Os espaços de esporte e lazer no Brasil são ambientes que possibilitam diferentes emoções por meio das vivências lúdicas práticas esportivas e relações sociais, os espaços públicos, então, podem ser assimilados como locais legítimos de sociabilidade, palco de transformações sociais e de resistências é através de práticas de atividades de lazer e esportiva que as cidades obtém um eixo norteador sobre cada demanda de equipamentos se estão em constante estabilidade para ser acessível aos indivíduos. (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Os equipamentos de esporte e lazer de uma cidade são de extrema valia para a sociedade em geral, no tocante de saúde pública, o ambiente construído pode influenciar os níveis de atividade física dos indivíduos daquela região, no que se refere ao direito formal, o tema está incluído como direito na Constituição Federal de 1998, pois no Art. 217 deixa claro que é dever do estado fomentar práticas desportivas e de lazer formais e não formais, como direito de cada um (CONCEIÇÃO, 2019).

Esse estudo se torna relevante em consequência da explicitação das condições de uso desses equipamentos, uma vez que, o poder público é o responsável pela manutenção dos equipamentos bem como, a publicação de agir como agente fiscalizador das ações do poder público, os resultados aqui apresentados poderão servir como base para pesquisas futuras, bem como de relatório técnico científico para a esfera municipal da cidade (KOSTULSKI *et al.*, 2019). O presente estudo teve o objetivo realizar um diagnóstico das condições de parques e praças do município de Icó-CE no que se refere à prática de atividades físicas e de lazer.

MÉTODODO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa observacional, do tipo descritiva, de amostragem não probabilística e intencional, o processo de seleção dos equipamentos se deu por amostragem do

tipo conveniência. O estudo foi realizado no município de Icó, localizado na Região Centro-Sul do estado do Ceará.

Para seleção dos equipamentos foram adotados os seguintes critérios de inclusão: praças, arenas esportivas, academias populares, parque de diversão, teatro, quadras esportivas, museus, casas de cultura, foram atendidos os seguintes critérios de exclusão: equipamentos de esporte e lazer da zona rural do município.

Para realização da coleta de dados, o pesquisador direcionou-se aos equipamentos munidos de um questionário semiestruturado produzido pelo mesmo, com o objetivo de identificar as condições de uso dos equipamentos de esporte e lazer da cidade em questão. O instrumento de coleta era composto por questionamentos acerca do acesso, estética, segurança e estrutura física. Iniciou-se o trabalho de coleta de dados, realizando o registro no questionário de acordo com as situações assim observadas dos equipamentos, a pesquisa foi realizada durante o mês de maio de 2021.

Para fins de análise dos dados as respostas de cada questionamento foram dicotomizadas em “possui” e “não possui”. Utilizou-se o software JASP, na sua versão 0.0.9.1 para realizar a análise estatística através da distribuição de frequências absolutas e percentuais.

RESULTADOS

Diante do exposto apresentado foram avaliados 13 equipamentos de esporte e lazer, consistindo em: praças (5); academias populares (2); arenas esportivas (1); quadra esportivas (2); teatro (1); parque de diversão (1) e museu de música (1).

Após a análise da pesquisa observacional desempenhada nos equipamentos de esporte e lazer, observou-se, que quanto a faixa de pedestre, os espaços possuem esse item em boas condições. Muitos espaços não possuem boa pavimentação de acordo com o processo observacional. A maioria dos componentes não possuem estacionamento. O ponto de transporte público foi identificado como fator não ausente pois grande parte desses espaços possuem esse item. Os locais analisados não possuem acesso apropriado para melhor conforto as práticas de esporte e lazer como: pavimentação, rampas, estacionamento e sinalização. (TABELA 1).

Tabela 1 – Condições de uso de equipamentos de esporte e lazer quanto ao acesso.

CLASSIFICAÇÃO	ITEM		n	%
Quanto ao Acesso	Faixas de pedestres	Sim	12	92.3
		Não	1	7.7
	Pavimentação	Sim	4	30.8
		Não	9	69.2
	Rampas	Sim	6	46.2
		Não	7	53.8
	Estacionamento	Sim	5	38.5
		Não	8	61.5
	Sinalização	Sim	7	53.8
		Não	6	46.2
	Ponto de transportes público	Sim	11	84.6
		Não	2	15.4

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Os dados do estudo de Bezerra *et al.* (2020) corroboram com a presente pesquisa pois foi verificado que 70,4% dos equipamentos possuem faixa de pedestre próximo a sua localização. No entendimento de Stein (2019) as faixas de pedestres são elementos significativos para a segurança das pessoas, tornando essencialmente nas regiões que obtêm alta fluência de pessoas.

Quanto a pavimentação, Figueiredo *et al.* (2018) encontraram em seu estudo resultados discordantes da presente pesquisa, onde 85,2% dos equipamentos analisados possuem pavimentação adequada. Barbosa e Nardes (2020) salientam que a pavimentação é relevante para melhor conforto, condições de uso, limpeza e principalmente para as práticas que nelas são inseridas.

Na pesquisa realizada por Carlos (2018) foi identificada que 60% dos espaços destinados à prática de atividade física e de lazer possuem rampas de acesso ao equipamento. Cárdenas *et al.* (2020) destacam que as rampas são elementos necessários para a realização das práticas esportivas bem como o lazer, porque proporcionam bem-estar e segurança à população.

No que se refere ao item estacionamento, Fernandes (2018) identificou que 55,6% dos equipamentos possuem estaciona-

mento próximo. De acordo com Martins (2020) o estacionamento tem como pressuposto de garantir a segurança do transporte de cada cidadão e através disso garantir o acesso fácil à prática de atividade física e lazer.

Quanto à sinalização dos equipamentos e em relação às proximidades da sinalização junto aos equipamentos. Felisberto e Biasi (2021) retratam que 72,2% dos equipamentos analisados em sua pesquisa possuem sinalização nos equipamentos ou em sua proximidade. Tal fato deve ser levado em consideração, uma vez que a segurança dos indivíduos depende, em tese, de uma boa sinalização no ambiente em questão. Corroborando com tal afirmativa, Silva (2018) relata que a sinalização se torna fundamental para instruir e alertar os indivíduos que irão transitar, evitando a ocorrência de acidentes.

Nessa pesquisa analisada, o ponto de transporte público decorreu em resultados discordantes da pesquisa atual, onde o mesmo obteve resultados equivalentes a 88,9% dos itens em falta (COSTA, 2018).

Costa (2018) relata em sua pesquisa que 88.9% analisados não têm transporte público próximo aos equipamentos, fato esse que discorda dos resultados da presente pesquisa, devido à falta de ornamentação, gestores de uma política pública. Santos (2017) explica que o equipamento ponto de transporte público é fundamental nas regiões, uma vez que promove a melhoria da qualidade de vida urbana e segurança para os transportes dos indivíduos.

Quanto à estética, a presente pesquisa destaca que a área verde, iluminação e limpeza não possuem espaços adequados para uma prática de esporte ou lazer. A iluminação é um dos componentes em que não possui este equipamento, os locais de descanso como bem identificados nos ambientes analisados possuem este item, entendendo que a limpeza não possui acesso para uma demanda de práticas correlacionada ao esporte e lazer. Vale salientar que os dados analisados não estão em boas condições devido à falta de equipamentos acessíveis e estruturas para o bem-estar dos usufruidores. (TABELA 2).

Tabela 2 – Condições de uso de equipamentos de esporte e lazer quanto a estética.

CLASSIFICAÇÃO	ITEM		n	%
Quanto a estética	Área verde	Sim	4	30.8
		Não	9	69.2
	Iluminação	Sim	1	7.7
		Não	12	92.3
	Equipamentos	Sim	13	100.0
		Não	(-)	(-)
	Locais de descanso	Sim	13	100.0
		Não	(-)	(-)
	Limpeza	Sim	7	53.8
		Não	6	46.2

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Os dados encontrados na pesquisa de Ruckert *et. al* (2018) demonstram que 53,7% dos equipamentos não possuem áreas verdes. De acordo com o estudo de Melo *et al.* (2018) a área verde e a iluminação são dois componentes importantes porque apresentam melhoria na estética e segurança para as pessoas, além de deixar o ambiente bonito, acesso a natureza e iluminado, tendo a possibilidade de impedir a inexistência de assaltos, acidentes, falta de desmotivação por se tornar um ambiente escuro, desmotivador por não ter árvores por perto, e em constante insegurança para ambas as práticas.

Quanto à iluminação, Ximenes *et al.* (2020) identificaram em seu estudo que 75,9% dos equipamentos tem uma boa iluminação. Para Rodrigues (2018) a iluminação é um fator de extrema relevância, principalmente quando se fala das áreas verdes, sejam em ambientes públicos ou fechados, ainda demonstra que torna-se de grande utilização direta pela população, e que nesses locais a iluminação deve estar em ótimas qualidades para que assim, sejam atingidas a plena destinação das práticas de esporte e lazer.

Quanto aos locais de descanso, Segundo *et. al* (2020) identificaram que 94,4% dos equipamentos não possuem locais para

descanso. Para Echer (2017) os locais de descanso devem estar em ótimas condições para que o indivíduo possa ter ânimo e a energia para a próxima atividade a ser realizada.

Campos e Castro (2017) ressaltam em alusão ao item condições de limpeza que 9,3% dos equipamentos não possuem limpeza do local. Carasek *et. al* (2017) relatam que é importante que se obtenha limpeza sobre os equipamentos, porque, é através da limpeza que os espaços destinados às práticas de atividade física e de lazer podem atuar como componente essencial junto aos nos níveis de atividade física e lazer.

Quanto à segurança, foi observado que não possui policiamento no local, o que torna-se caracterizado como perigo para a população em si, diante do pressuposto a movimentação de outras pessoas são restritas devido à falta de segurança o que gera a não movimentação de outras pessoas pelos espaços, visto que, a visibilidade não está como equipamento acessível porque, não possui acesso visível a outras pessoas, no entanto os itens correspondentes ao policiamento, movimentação de outras pessoas e visibilidade não possuem acesso conveniente aos indivíduos. (TABELA 3).

Tabela 3 – Condições de uso de equipamentos de esporte e lazer quanto a segurança

Quanto à segurança	Policiamento	Sim	6	46.2
		Não	7	53.8
	Movimentação de pessoas	Sim	1	7.7
		Não	12	92.3
	Visibilidade	Sim	1	7.7
		Não	12	92.3

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Quanto ao policiamento Camargo *et. al* (2017) foram encontrados resultados que 87% dos espaços possuem este item. Bhering e Moraes 2019 relata que o policiamento é importante para a qualidade de vida urbana porque gera segurança pelos espaços livres de uso público.

No estudo de Sakata (2019) 55,6% dos espaços públicos possuem movimentação de outras pessoas para a realização de atividades recreativas e esportivas. A movimentação de outras pessoas

pelos espaços é importante para que haja desempenho nas atividades físicas e recreativas, possibilitando a movimentação das pessoas no ambiente (SOARES *et. al* 2019).

A pesquisa de Mendonça e Souza (2020) demonstra que 68,5% dos ambientes possuem itens de visibilidade. Brito e Rodrigues (2018) relatam que a visibilidade dos equipamentos é fundamental para a população como um todo ter total acesso ao espaço.

Quanto ao acesso à estrutura física analisada, na Cidade de Icó-ce, foi observado que possuem equipamentos tais como: banheiros, bares/restaurantes, bebedouros e bancos para a população, visto que os itens mencionados tem como importância proporcionar o bem-estar das pessoas por estarem em boas condições de uso. (TABELA 4).

Tabela 4 – Condições de uso de equipamentos de esporte e lazer quanto a estrutura física.

Quanto a estrutura física	Banheiros	Sim	11	84.6
		Não	2	15.4
	Bares/Restaurantes	Sim	12	92.3
		Não	1	7.7
	Bebedouros	Sim	12	92.3
		Não	1	7.7
	Bancos	Sim	13	100.0
		Não	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Gonçalves e Rechia (2015) realizou um estudo na Cidade de Curitiba-SC, onde os dados resultaram que 75,9% possuem os itens banheiros. Meneglado *et. al* (2021) ressaltam que os banheiros são oferecidos para contribuir com higienização e incentivo às práticas proporcionadas.

De acordo com o estudo realizado na Cidade de Montes Claro, Alves *et. al* (2019) explica que 20,4% dos espaços analisados não possuem os itens bares e restaurantes, devido ao não posicionamento de administradores do poder público. Segundo Santos *et. al* (2019) relatam que é importante que esses itens estejam em boas condições para as pessoas que irão ter acesso aos equipamentos.

Quanto aos itens bebedouros, Souza e Miron (2019) dizem que 96,3% dos espaços analisados não possuem este equipamento. Neto e Stephany (2019) ressaltam que os bebedouros têm por importância contribuir com as práticas de atividades físicas e recreativas, ajudando no desenvolvimento das pessoas que estarão a praticar qualquer atividade.

Na pesquisa de Meneses e Lima (2017) foi identificado que 74,1% possuem os itens bancos, onde os mesmos apresentam boas condições de uso. Ribeiro *et. al* (2019) explicam em seu estudo que os bancos são equipamentos fundamentais para o descanso de atividades ou para o momento de lazer.

CONCLUSÃO

Diante das observações realizadas nos espaços públicos de esporte e lazer da cidade de Icó-CE, conclui-se que esse espaços oferecem infraestrutura inadequada aos habitantes da cidade, pois, como bem analisado os equipamentos como: pavimentação, rampas, estacionamento, área verde, iluminação, limpeza, policiamento, movimentação de outras pessoas, não possuem acessibilidade determinada para a vivência das atividades de esporte e lazer, devido a falta de limpeza, visibilidade, má conservação, falta de segurança, estrutura física, iluminação. Por esses fatos que alguns eventos ficam impossibilitados de serem realizados.

Aponta-se como limitações da presente pesquisa, o período pandêmico no qual foi realizada, visto que a pandemia COVID-19 trouxe consigo a necessidade de remanejamento de recursos públicos para a área de saúde pública, o que pode ter causado um viés de pesquisa no presente estudo. Recomenda-se que outras pesquisas sejam realizadas por período pandêmico e que também consiga abranger as áreas das zonas rurais do município.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. O. T et al. Clube Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube Como experiência de lazer em bares da cidade de Montes Claros. Revista Brasileira de CIÊNCIAS DO ESPORTE, v.41, n. 4, p. 384-390, julho, 2018.

BHERING, I. G. A; MORAES, F. B. Qualidade de vida urbana: o que

isso significa como mensurar, cadernos de arquitetura e urbanismo, pucminas, v. 26, n. 38, 2019.

BARBOSA, M. S; NARDES, A. M. M. Características socioambientais dos espaços públicos: análise sobre a avenida dos Estudantes em Ronndonópolis/MT, Período técnico e científico cidades verdes, v. 8, n. 20, 2020.

BRITO, A. C; RODRIGUES, E. A. C. Um recorte acerca dos espaços públicos de lazer: uma revisão sistemática integrativa. Revista do programa de pós graduação interdisciplinar em estudos do lazer-UFMG, Belo horizonte, v. 23, n. 4, dez/2020

CONCEIÇÃO, E. N. Distribuição espacial dos equipamentos de esporte e lazer no município de castanhal- Pa. Disponível em:<<https://ww12.senado.leg.br>> acesso em 23 de outubro de 2019.

CARLOS, A. F. A. A condição espacial. 1. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2018.

CARDENAS, R. N et al. Análise dos espaços públicos de Esporte e Lazer. Revista do programa de pós graduação, v. 23, n. 3, setembro, 2020.

CARASEK, M., MELO, E. F. R. Q., & MELO, R. H. R. Q. Parques urbanos na promoção da qualidade de vida estudo de caso em passo fundo, revista nacional de gerenciamento de cidades, 5(35), 2017.

COSTA, M. M parques urbanos: uso e percepção de áreas verdes no Rio de Janeiro, bibliomundi, p.97, 2018.

CAMARGO, L. P et al. Relação público-privado nos usos das orlas dos municípios de serra e vitória- Es licere. Belo Horizonte, V.20, N.3, 2017.

CAMPOS, R. B. F; CASTRO, J. M. Áreas verdes: espaços urbanos negligenciados impactando a saúde. Sal. & Transf. Soc., 8 (1), pp.106-116, 2017.

ECHER, S. R. A formação de agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): a visão dos formadores. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia: Salvador.

P.123, 2017.

FELISBERTO, L. L; BIASI, J. A. Estudos dos equipamentos de sinalização turística da cidade de Videira (SC), Área das Ciências Exatas e Tecnológicas, v.6. 2021.

FIGUEIREDO, E. L et al. Perfil dos frequentadores das academias ao ar livre do município de Boa Vista // RR. III Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer XVII Seminário “o lazer em debate”, ISSN-2359-456X. Campo Grande, Ms. Abril de 2018.

FERNANDES, A. C. T. D. Metodologias de avaliação da qualidade dos espaços públicos. Universidade do Porto. Portugal. Dissertação. Mestrado em Engenharia Civil Especialização em Planeamento. Porto, Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68407/1/000154929.pdf>. Acesso em 27 de maio 2018.

GONÇALVES, F. S; RECHIA, S. Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz e suas formas de apropriação, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, n.3, p. 265-271, 2015.

IGNÁCIO, M. C; MYSKIW, M. A participação nas políticas públicas de esporte e lazer: análise de enfoques da produção acadêmica, revista pensar a prática, v. 23, 2020.

KOSTULSKI, C. A et al. Adolescência, violência e invisibilidade social: uma revisão crítica a partir da história de Sandro. Revista Sociais & Humanas, v.32, n.3, p. 161-172, 2019.

MELO, C. C et al. Práticas de gestão do conhecimento no programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Janeiro, 2018.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2020.

MENEGALDO, P. H. I et al. A teoria da Modernização Reflexiva como aporte para leitura das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, v.11, e10004, 2021.

MARTINS, G. N. Praças e parques urbanos: uma avaliação por meio

da percepção dos moradores da vila- Jaguaribe (Osasco ,SP) Como proposta de governança participativa, universidade nove de julho, programa ministério profissional em administração gestão ambiental e sustentabilidade, 2020.

MARCOS, A. B et al. Distribuição Espacial E Condições Do Uso De Equipamentos De Lazer Da Cidade D e Iguatu-CE. Revista biometriz, V. 14, N. 2, P.13-22, Junho, 2020.

MENEGALDO, P. H. I et al. A teoria da Modernização Reflexiva como aporte para leitura das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, v.11, e10004, 2021.

MENESES, A. V., & JUNIOR- L. L. C. Gestão dos espaços públicos urbanos para a prática de esportes. Espaço em revista. 19(1), 2017.

NETO, M. B. C; STEPHANY, C. I. Parque- equestre- um espaço de natureza na cidade. Revista web 2019-2. Dez/ 2019

OLIVEIRA, V. P et al. Adolescentes e conduta infracional espaços, equipamentos e conteúdos de esporte e lazer. movimento, porto alegre, v.26, p. 260, 2020.

PINTOS, A. C et al. O Ministério do Esporte, os Programas PELC e Vida Saudável e os primórdios do sistema MIMBOÉ. Monitorando e avaliando políticas de esporte e lazer no Brasil: a experiência dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS). Autores Associados: Campinas. p. 73 – 104, 2018.

ROJO, R. J et al. A produção do conhecimento sobre políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores. Podium sport, leisure and tourism review, universidade estadual do paraná, v.8, n.1, 2019.

RIBEIRO, L. A et al. Governança de áreas verdes e parques no município de são Paulo. Revista nacional de gerenciamento de cidades, 7(52), 2019.

RUCKERT, E. M. P et al. O parque municipal Henrique Luiz Roessler Como parte da história da cidade de Novo Hamburgo (rs, Brasil). Queremos espaços verde, v. 22, n. 1, p. 80-99, 2018

RODRIGUES, P. T. Relação entre as áreas verdes públicas urbanas e iluminação. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/1052> acesso em 26 de maio de 2018.

SEGUNDO, P. R et al. Condições físicas dos espaços públicos de lazer e esporte da cidade de Boa Vista-RR, ISSN (eletrônico), v. 7, n. 2, p.84-98, mai/ago. 2020.

SILVA, L. C et al. Pandemia e lazer: os reflexos da pandemia nos cotidianos de lazer das periferias urbanas, revista Augustus, v. 26, n.53, 2021.

SILVA, I. C et al. Prática de atividade física em meio a pandemia da covid-19 estudo de base populacional em Cidade do Sul do Brasil, ciência saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.25, n.11, 2020.

SILVA, J. L. Proposta de iluminação de faixas de pedestres para mitigação de acidentes: estudo de caso em avenida. 2018. Dissertação de Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina Centro Tecnológico Departamento de Engenharia Civil, Florianópolis, 2018.

STEIN, R; BORJESSON, M. Sedentarismo no Brasil e na Suécia: diferentes países, problema semelhante. Arquivos brasileiros de cardiologia. São Paulo. V. 112, n. 2, p.119-120, 2019.

SAKATA, F. Desafios para a gestão e a manutenção de praças e parques. Anais do 9º projetar, 2019

SANTOS, D. A. R. A segurança pública e o espaço urbano. Revista Formadores: vivências e estudos, Cachoeira - Bahia, v. 10, n. 3, p.31-45, jun. 2017.

SOARES, A. P et al. Importância dos parques urbanos para promoção da qualidade de vida urbanos para a promoção da qualidade de vida dos indivíduos. Disciplinarum Scientia sociais aplicadas, 15(2), p.243-257, 2019.

SOUZA, A. P. D; & MIRON, L. I. G. A gestão de parques urbanos e praças em Porto Alegre. Blucher design proceedings. Blucher, 2019.

SANTOS, E. S et al. Investimento na função desporto e lazer (FDL)

dos municípios de Pernambuco no ano de 2013 por níveis de dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Revista Brasileira de Ciência do Esporte, v. 41, (1), p. 34-40, 2019.

UNGHERRI, B. O; ISAYAMA, H. F. Esporte e lazer: reflexões sobre o não planejamento de políticas públicas, Motrivivencia, Florianópolis, v. 32, n. 63, p.01-12, jul/dez, 2020.

XIMENES, D. S. et al. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). Conexões urbanas, São Paulo, v. 10, n. 1, 2020.

EFEITOS DO MÉTODO PILATES NA FORÇA MUSCULAR DE IDOSOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Marcos Antônio Araújo Bezerra
Hiandra da Silva Pereira
Cícero Cleber Brito Pereira
Jenifer Kelly Pinheiro
Lara Belmudes Bottcher

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi analisar os efeitos do método pilates na força muscular de idosos. A revisão sistemática da literatura foi feita nas bases de dados eletrônicas Lilacs e Google acadêmico a partir dos descritores Idoso, Força muscular e Pilates. A seleção teve como critérios de inclusão artigos originais nas línguas inglesa e portuguesa. Todos os processos de seleção e extração de dados dos artigos foram feitos por pares. O ano de publicação variou de 2013 a 2020 e a amostra foi de 07 a 48 idosos, com idade mínima de 60 anos. Concluiu-se que o método pilates, de acordo com os trabalhos analisados, promoveu melhoras significativas na força muscular da região core, dos membros inferiores e nos membros superiores em idosos praticantes de pilates.

Palavras-chave: Idoso. Força muscular. Pilates

INTRODUÇÃO

A população idosa no Brasil vem crescendo consideravelmente, em decorrência da melhora da qualidade de vida da população. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Saúde (2017), integrante do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, elaborada para coletar informações de saúde da população, aponta que 14,6% da população brasileira têm 60 anos ou mais de idade, correspondendo a 30,3 milhões de pessoas. As estimativas para o ano de 2060, são de que aproximadamente um terço da população será de pessoas idosas.

Ao longo do processo de envelhecimento o corpo passa por diversas alterações fisiológicas, como a sarcopenia, que resulta na redução de massa magra e da força muscular (DA COSTA ROCHA, et al., 2013). Essas complicações, geram consequências no equilíbrio, no controle postural, na flexibilidade, no desempenho funcional, aumenta o risco de quedas, comprometendo a qualidade de vida das pessoas idosas (DE OLIVEIRA DIAS, et al., 2018).

As modificações fisiológicas resultantes do envelhecimento, podem ser atenuadas pela prática de atividade física (REIS et al., 2011). Dentre os tipos de exercícios físicos mais utilizados pela população idosa há o método Pilates. Possui combinações de exercícios focados na estabilização e no fortalecimento da musculatura lombo pélvica, bem como na ativação da musculatura profunda do tronco. O método tem grande aceitação pelos idosos, podendo incluir acessórios como bolas suíças e faixas elásticas (DE MAIO NASCIMEN-TO et al., 2019 e DOS SANTOS OLIVEIRA, et al., 2018).

Dentre os benefícios que o método pode promover, destacam-se a estimulação da circulação e oxigenação do sangue, alinhamento postural adequado e melhora da dor (KOVÁCH et al., 2013; PARENTE et al., 2015), aumento da força e resistência muscular, da flexibilidade, do equilíbrio e propriocepção, da coordenação e da consciência corporal (CRUZ-DÍAZ et al., 2015). Além de diminuir o risco de queda, proporciona benefícios psicológicos e melhora da qualidade de vida na população idosa (BULLO et al., 2015; HITA-CONTRERAS et al., 2016).

Diante do exposto, observa-se que a prática do método pilates promove melhoras na força muscular de idosos, o que pode auxiliar na realização das atividades da vida diária. Nesse sentido, o objetivo da revisão sistemática será analisar os efeitos do método pilates na força muscular de idosos.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada, com o intuito de integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO e MANCINI, 2007).

A revisão sistemática da literatura foi feita em bases de dados eletrônicas, com os seguintes critérios de inclusão: artigos originais com estudos experimental e quase experimental, estudos

publicados de 2010 a 2020, nos idiomas português e inglês, estudos com intervenção em Pilates e amostra de idosos de ambos os sexos, acima de 60 anos.

A busca eletrônica foi conduzida nas seguintes bases de dados: Google acadêmico e Lilacs. Os descritores usados (Pilates, Idoso e Força muscular). Os descritores foram usados com as seguintes combinações: Pilates and Idoso, Pilates and idoso and Força muscular.

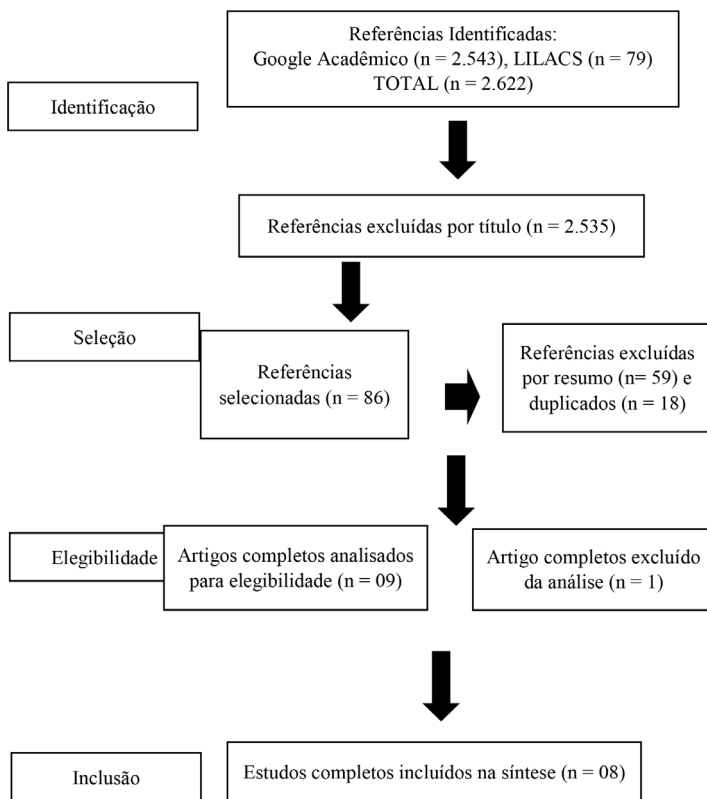
Inicialmente, foi feita uma análise nos títulos sendo que aqueles que não abordaram o Pilates foram excluídos. Logo após, foram analisados os resumos dos artigos e foram excluídos aqueles que não se relacionavam com os objetivos da revisão, como, por exemplo, não incluir sujeitos na faixa etária de interesse do estudo ou não realizarem intervenção. Posteriormente houve a exclusão dos artigos duplicados. Os artigos que permaneceram após a análise dos resumos foram lidos na íntegra e incluídos na presente revisão.

Com o intuito de assegurar que a totalidade dos dados relevantes fossem absorvidas, com redução do risco de erros na transcrição e garantir a precisão e checagem das informações, adotou-se o instrumento de extração de dados proposto por Souza, Silva & Carvalho (2010) que contempla: o periódico e ano que a pesquisa foi publicada, amostra, protocolo de avaliação e intervenção, método das análises, resultados e implicações. Todos os processos de seleção dos artigos foram feitas por dois pesquisadores com experiência na área de educação física, de forma independente e cega, em caso de dúvida, um terceiro autor foi consultado quanto à inclusão ou não do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a busca nas diferentes bases de dados, foram identificados 2.622 artigos. Desses, 2.535 foram descartados em função do título, 77 foram excluídos em função do resumo e por serem duplicados, 1 foi excluído após a leitura na íntegra por não relacionar o artigo aos objetivos da presente revisão. No fim do processo de seleção, 08 artigos preencheram os critérios de inclusão e compuseram a revisão sistemática, conforme mostra o fluxograma (fig. 1).

Figura 1 – Fluxograma da busca nas bases de dados.



A tabela 01, sintetiza as principais características dos artigos que compõem o estudo de revisão, bem como objetivo, procedimentos metodológicos e principais resultados. Dentre esses artigos, encontraram-se dois estudos experimentais (FLORES, A. P. J. et al., 2016 e DE MAIO NASCIMENTO, et al., 2019), e seis estudos quase experimentais (DA COSTA ROCHA, et al., 2013; PINHEIRO, et al., 2014; QUEIROZ, et al., 2017; DE OLIVEIRA DIAS, et al., 2018; DE ANDRADE PACHECO, et al., 2019 e DOS SANTOS, et al., 2020) com publicações que variaram de 2013 a 2020. A amostra dos estudos variou de sete a 48 idosos. A idade mínima relatada foi de 60 anos, havendo um estudo com amostra composta por ambos os sexos (DE ANDRADE PACHECO, et al., 2019) e sete restante somente por mulheres. O período de intervenção variou de 12 sessões a 36 sessões, com duração de 30 a 60 minutos.

Os principais efeitos do método Pilates relatados para a faixa etária estudada foram: o aumento da força muscular do deltóide, paravertebrais, abdominais, extensores do tronco, membros superiores e inferiores. Ns estudos encontrados com o método Pilates, não foi encontrado desfecho positivo para o aumento da força de prensão manual de idosos (DE ANDRADE PACHECO, et al., 2019) e para o aumento da força muscular nos membros inferiores (DE ANDRADE PACHECO, et al., 2019).

Tabela 1. Estudos com Objetivos, métodos e principais resultados de estudos relacionados com o método Pilates para idoso

Autor/ Ano	Objetivo	Tipo de estudo	Amostra	Duração da intervenção	Resultados
DA COSTA ROCHA, et al., 2013	Mensurar a força e a atividade muscular do deltóide anterior, no Pilates de solo em mulheres idosas	Quase experimental	N = 10 68,80 ± 6,11 anos mulheres	4 semanas, 3 vezes por semana, com duração de 30'	A intervenção proporcionou um aumento de 42% na força muscular do deltóide, com média de valores: pré (3,20 ± 0,10) e pós (5,52 ± 0,30).
PINHEIRO, et al., 2014	Analisar a influência do método Pilates na força e condutibilidade da estimulação elétrica dos músculos paravertebrais em mulheres idosas.	Quase experimental	N = 13 60 a 80 anos mulheres	12 sessões de exercícios de Pilates no solo com duração média de 50 minutos,	O método pilates mostrou aumento na média da força muscular dos paravertebrais: pré (18,20 ± 4,67) e após (27,18 ± 8,37).

<p>FLORES, A. P. J. et al., 2016</p>	<p>Verificar os efeitos do mat Pilates sobre a flexibilidade da cadeia posterior, flexibilidade dos membros inferiores e superiores, força dos membros inferiores e a qualidade de vida em mulheres idosas.</p>	<p>Experimental</p>	<p>GC = 12 GE = 20 60 e 75 anos mulheres</p>	<p>15 semanas, 2 vezes por semana com duração de 50'</p>	<p>Após o método, os integrantes GE saíram posições das 8 muito fraco; 6 fraco; 0 regular; 5 bom; 1 muito bom. Para – 0 muito fraco; 5 fraco; 0 regular; 11 bom; 4 muito bom. Enquanto não mostrou muitas alterações: GC pré - 6 muito fraco; 1 fraco; 0 regular; 5 bom; 0 muito bom. Pós - 4 muito fraco; 1 fraco; 1 regular; 4 bom; 2 muito bom</p>
<p>QUEIROZ, et al., 2017</p>	<p>Analisar a influência dos exercícios de Pilates no solo sobre a força da musculatura abdominal, postura e dor lombar de mulheres idosas.</p>	<p>Quase experimental</p>	<p>N = 43 60 a 88 anos mulheres</p>	<p>12 semanas, 3 vezes por semana, com duração de 40'</p>	<p>A média da força abdominal pré intervenção, foi de 31,51±15,12. Após a intervenção, o número de repetições variou de zero a 73, com média de 35,58±17,21.</p>
<p>DE OLIVEIRA DIAS, et al., 2018</p>	<p>Demonstrar os benefícios do método Pilates de solo na capacidade funcional e na promoção dos níveis de flexibilidade da cadeia muscular posterior das idosas.</p>	<p>Quase experimental</p>	<p>N = 07 61 a 72 anos mulheres</p>	<p>8 semanas, sendo 2 vezes por semana com duração de 1 h</p>	<p>A força da cadeia muscular posterior mostrou mudanças positivas após o método Pilates, com médias pré 12 ± 2.4 e pós 15.1 ± 2.6.</p>

<p>DE AN- DRADE PACHE- CO, et al., 2019</p>	<p>Verificar a influên- cia do Pilates de solo na aptidão física e força de preensão manual de idosos.</p>	<p>Quase experi- mental</p>	<p>N = 11 homens 2 mulheres 9 68,73 ± 6,06 anos</p>	<p>17 semanas, 2 vezes por semana com duração de 60'</p>	<p>O método não mostrou resul- tados positivas para a força de preensão man- ual (kg/f) Direita = pré 26,7 (7,4); pós 26,7 (7,4). P= 0,414 Esquerda= pré 25,4 (8,5); pós 26,4 (8,7). P= 0,074. No entanto, pode-se obser- var resultados positivos para os membros inferiores, com os valores das médias: pré 15,5 (3,9); pós 20,0 (3,9). Bem como para os membros su- periores com os valores de média pré 14,1 (3,8) e pós 20,4 (2,5).</p>
<p>DE MAIO NASCL- MENTO, et al., 2019</p>	<p>Determinar os efeitos de 16 se- manas do método Pilates Mat sobre o desempenho de mulheres idosas em testes de flexi- bilidade, marcha, mobilidade funci- onal, equilíbrio e força de membros inferiores.</p>	<p>Experi- mental</p>	<p>N = 48 GE = 34 GC=14 60-79 anos mulheres</p>	<p>16 semanas, 2 vezes por semana com duração de 60'</p>	<p>O método não mostrou valores positivos força dos membros inferiores para o GE, com valores: pré: de 15,00 (me- diana -13,00 -18,00) e pós: 7,97 (mediana 7,07-10,39). Enquanto GC manteve os valores de força pré: 9,05 (mediana 8,15- 11,88) e pós: 9,54 (mediana 8,62-10,38).</p>

DOS SANTOS, et al., 2020	Avaliar os efeitos do Método Pilates no equilíbrio, na força muscular e na flexibilidade em mulheres idosas	Quase experimental	N = 19 Acima de 60 anos mulheres	3 vezes por semana, com duração de 60'	O método mostrou uma melhora de 53,0%, força muscular extensores de tronco com valores, pré: 38,00 e pós:58,16. Também mostrou melhora de 94,6% na força muscular abdominal, com valores, pré: 1,95 e pós: 3,79.
--------------------------	---	--------------------	--	--	--

DISCUSSÃO

Vários estudos que compuseram a presente revisão apontaram que a prática do método Pilates teve efeito positivo no aumento da força muscular de idosos.

Da Costa Rocha, et al., 2013, avaliaram a força e a atividade muscular do deltóide anterior, antes e após quatro semanas de exercícios de Pilates, em 10 mulheres idosas. No qual, os autores encontraram desfechos positivos para o ganho de força muscular no deltóide, a intervenção com método Pilates também proporcionou uma aprendizagem motora adquirida, que provocou mudanças positivas na funcionalidades das idosas.

Segundo Queiroz, et al. (2017), a prática do Pilates está intimamente ligada a fatores que influenciam a qualidade de vida de idosos. Em seus estudos buscou analisar a influência de 12 semanas de exercícios de Pilates, sobre a força da musculatura abdominal de 43 mulheres de 60 a 88 anos de idade. E pode concluir que a prática do Pilates é eficaz para o fortalecimento da musculatura abdominal, diminuição da dor lombar e melhora da postura de idosas.

Corroborando com o estudo anterior Dos Santos et al. (2020), avaliaram a força muscular de extensores de tronco e a força muscular abdominal de 19 idosas, após 3 sessões de exercícios de Pilates por semana. Os autores concluíram que o Pilates exerceu efeito positivo melhorando o equilíbrio, a força muscular de músculos abdominais e de extensores de tronco bem como a flexibilidade de mulheres idosas.

Ainda no tocante a resultados no ganho de força na região *core*, com o método Pilates, Pinheiro et al. (2014), avaliaram a força

muscular dos paravertebrais, de 13 idosas, após 12 sessões de exercícios de Pilates. Os autores observaram uma melhora significativa da força muscular de estabilização lombar nas participantes, em decorrência do treinamento.

Quando se trata de avanços na autonomia pessoal, estudos relataram que os exercícios de Pilates promovem evolução significativa no desempenho funcional de idosas saudáveis (ENGERS, et al., 2016). Um desses fatores é o ganho de força nos membros inferiores, que podem auxiliar na prevenção de quedas.

Flores et al. (2016), em seu estudo experimental, avaliou a força dos membros inferiores em 22 idosas (GE: 20 e GC: 12), após 30 sessões de exercício de Pilates. Os pesquisadores observaram um efeito positivo sobre a flexibilidade e a força dos membros inferiores para as 20 mulheres idosas que praticam o método Pilates.

Em contrapartida, De Maio Nascimento et al. (2019), em um estudo experimental, avaliaram o equilíbrio e a força de membros inferiores, em 48 idosas (GE:34 e GC: 14). Após 32 sessões de exercícios de pilates com duração de 60 minutos, os achados do estudo mostraram que o treinamento não se revelou efetivo para a melhora da força muscular dos membros inferiores das 34 idosas que compunham o GE. Enquanto que, as 14 idosas do GC mantiveram os seus níveis de força dos membros inferiores. Os autores sugerem que uma possível explicação seria, pelo fato dos exercícios do protocolo priorizarem basicamente ações no solo, na posição deitada. Isso significa dizer que, com exceção da fase de aquecimento, as participantes do GE não realizaram grandes deslocamentos na sala de aula.

Outro estudo, de Andrade Pacheco et al. (2019), buscou avaliar a força de preensão manual, a força muscular dos membros superiores e inferiores de 11 idosos de ambos os sexos (masculino: 02 e feminino: 09). Após 34 sessões de exercícios de Pilates com duração de 60 minutos, verificou-se diferença significativa na força dos membros inferiores e superiores. Entretanto, o protocolo de Pilates desenvolvido neste estudo não resultou em melhoras da força de preensão manual.

Corroborando com o já evidenciado na literatura, De Oliveira Dias et al. (2018), realizaram um estudo com o objetivo de demonstrar os benefícios da prática do método Pilates na capacidade funcional e na promoção dos níveis de flexibilidade da cadeia mus-

cular posterior das idosas. Sete idosas participaram de 16 sessões de exercícios de Pilates, com duração de 60 minutos.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados do estudo, após o período de treinamento, constatou-se que para os testes de funcionalidade de membros inferiores, houve uma melhora significativa, comprovando os efeitos do Método Pilates como uma atividade útil para melhora da funcionalidade e, também, gerando melhora da prevenção de quedas e independência funcional nos idosos.

Destaca-se também que é imprescindível a realização de mais pesquisas científicas que validem técnicas a fim de influenciar positivamente a sociedade e promover uma maior independência dos beneficiários.

REFERÊNCIAS

BULLO, V.; BERGAMIN, M.; GOBBO, S.; SIEVERDES, J.C.; ZACCARIA, M.; NEUNHAEUSERER, D.; ERMOLAO, A. The effects of Pilates exercise training on physical fitness and wellbeing in the elderly: A systematic review for future exercise prescription. *Preventive Medicine*, n. 75, p. 1-11, 2015.

CRUZ-DÍAZ, D.; MARTÍNEZ-AMAT, A.; TORRECRUZ, M.J.D.; CASUSO, R.A.; GUEVARA, NML.; HITA-CONTRERAS, F. Effects of a sixweek Pilates intervention on balance and fear of falling in women aged over 65 with chronic lowback pain: A randomized controlled trial. *Maturita*, n. 82, p. 371-376, 2015.

DA COSTA ROCHA, Thaís Cristina et al. Análise de força e atividade muscular do deltóide em idosas submetidas a exercícios de Pilates solo. *ASSOCIATION POSTUROLOGIE INTERNATIONALE*, p. 561.

DE ANDRADE PACHECO, Luana et al. CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DE PILATES NA APTIDÃO FÍSICA E NA FORÇA DE PREENSÃO MANUAL DE IDOSOS. *Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR*, v. 23, n. 3, 2019.

DE MAIO NASCIMENTO, Marcelo; SILVA, Paloma Sthefane Teles; DE OLIVEIRA, Lucas Vinícius Ferreira Vieira. Efeitos de 16 semanas do método Pilates mat sobre o equilíbrio, marcha, mobilidade funcional e força de idosas, 60-79 anos. *Saúde (Santa Maria)*, v. 45, n. 1, 2019.

DE OLIVEIRA DIAS, Carlos et al. A influência do método Pilates solo nas atividades de vida diária em idosas. *Stevenson Gusmão*, p. 124.

DE OLIVEIRA, Laís Campos; DE OLIVEIRA, Raphael Gonçalves; DE ALMEIDA PIRES-OLIVEIRA, Deise Aparecida. The Pilates method improves the relationship agonist-antagonist flexor and extensor knee in elderly: a randomized controlled trial. *Manual Therapy, Posturology & Rehabilitation Journal*, p. 1-7, 2015.

DOS SANTOS OLIVEIRA, Mariana; MESTRINER, Régis Gemerasca. Efeitos do método Pilates sobre o equilíbrio, força muscular e ocorrência de quedas em idosos: uma revisão de literatura. *PERSPECTIVA (EREXIM)*, 2018.

DOS SANTOS, Mariana Barcelos Fabrício et al. Efeitos do Método Pilates no equilíbrio, na força muscular e flexibilidade em idosas. *PAJAR-Pan American Journal of Aging Research*, v. 8, n. 1, p. e34953-e34953, 2020.

ENGERS, Patrícia Becker et al. Efeitos da prática do método Pilates em idosos: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Reumatologia*, v. 56, n. 4, p. 352-365, 2016.

FLORES, A. P. J. et al. Efeitos de 30 sessões de mat Pilates sobre a flexibilidade, a força de membros inferiores e a qualidade de vida e idosas. *RPCD*, v. 16, n. 2, p. 30-48, 2016.

HITA-CONTRERAS, F.; MARTINEZ-AMAT, A.; DÍAZ, D.C.; PÉREZ-LÓPEZ, F.R. Fall prevention in postmenopausal women: the role of Pilates exercise training. *Climacteric*, p.1-5, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Manual: Pesquisa Nacional de Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/justica-e-seguranca/9160-pesquisa-nacional->

-de-saude.html?=&t=sobre. Acesso em: 27 out. 2020.

KOVÁČH, M. V. et al. Effects of Pilates and aqua fitness training on older adults' physical functioning and quality of life. *Biomedical Human Kinetics*, v. 5, n. 1, p. 22-7, 2013.

PARENTE, Y. S. et al. Análise da Amplitude de Movimento dos Membros Inferiores Antes e Após a Prática do Método Pilates. *Ensaio e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v. 19, n. 2, p. 48-52, 2015.

PINHEIRO, Kelma Regina Galeno et al. Influência de exercícios de pilates no solo nos músculos estabilizadores lombares em idosas. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v. 16, n. 6, p. 648-657, 2014.

QUEIROZ, Leliz Cristina Sampaio et al. Efeito do pilates solo na força abdominal e na postura de mulheres idosas com lombalgia. *Interfaces Científicas-Saúde e Ambiente*, v. 6, n. 1, p. 9-18, 2017.

DOS REIS, Luciana Araújo; MASCARENHAS, Claudio Henrique Meira; LYRA, Joalise Eliote. Avaliação da qualidade de vida em idosos praticantes e não praticantes do método Pilates. *Ciência & Desenvolvimento-Revista Eletrônica da FAINOR*, v. 4, n. 1, 2011.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, MICHELLY Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO FUNCIONAL E DE RESISTÊNCIA EM MULHERES NA PRÉ- MENOPAUSA: REVISÃO INTEGRATIVA

Cicero Cleber Brito Pereira

Ana Priscila Jorge Gomes

Marcos Antônio Araújo Bezerra

Gabriela Gomes de Oliveira Bezerra

Lara Belmudes Bottcher

RESUMO

O objetivo central do estudo consiste em verificar os benefícios do treino funcional e o treinamento de resistência para mulheres na pré-menopausa. A metodologia caracterizou-se como um “estudo bibliográfico e qualitativo. A pesquisa foi feita através das seguintes plataformas de dados eletrônicos: Periódicos CAPES, MEDLINE, PubMed, SciELO. De acordo com os estudos selecionados ressalta-se a grande importância dos treinos para saúde, em que seus benefícios são de suma importância para o cotidiano, principalmente para as mulheres na pré-menopausa. Onde alguns estudos visaram que por mais que seja uma significância não achou-se resultados preceptivos para apontar aos benefícios a saúde dessas mulheres. Concluiu-se que o Treinamento Funcional e o de Resistência, são benéficos para as mulheres, porém mais estudos devem abordar e retratar esta temática

Palavras chave: Treinamento Funcional. Pré-menopausa. Treinamento Resistido.

INTRODUÇÃO

Trabalhar o Treinamento Funcional requer o máximo de responsabilidade, conhecimento, e habilidades, principalmente compreender que os benefícios do treinamento funcional estão direcionados a algum grupo ou pessoas, sejam eles os que estejam praticando algum tipo de exercício físico, bem como treinamento funcional para mulheres.

Segundo Bossi et al. (2013), o termo treinamento funcional, surgiu há 50 anos atrás por trabalhos de especialistas com reabilitação de lesões de soldados da segunda guerra mundial e de atletas olímpicos dessa época. Esse treinamento trabalha vários grupos musculares, podendo ou não se utilizar de pesos, ou apenas a sobrecarga do corpo em formato de circuito, podendo trazer mudanças não só na imagem corporal, mas na saúde do indivíduo.

Boyle (2015), o treinamento funcional é caracterizado por uma variedade de exercícios oferta aos atletas as possibilidades de lidar com o seu peso corporal em várias situações de movimento. Vejamos isso como uma estratégia de usar seu peso corporal como resistência e inserir posições que tenham sentido para o participante. Pois veremos que ao usar essas estratégias, haverá mudanças significativas para a vida de cada atleta que pratica esse treinamento.

Entretanto o treinamento funcional está ganhando cada vez mais adeptos com o passar dos anos, podendo em larga escala se equiparar as academias. Além de aprimorar as aptidões físicas e motoras, o treinamento funcional retrata fatores ligados a saúde. De acordo com o ACSM (2016), há evidências científicas que demonstram os efeitos benéficos desta modalidade, sendo indiscutível que muitas vezes os seus benefícios acabam por superar os riscos na maioria dos adultos, logo um programa de treinamento de exercícios físicos é planejado tanto para alcançar objetivos de saúde como de condicionamento físico individual.

Com isso o treinamento funcional se aplica também a pessoas mais jovens, pois alguns não procuram com fins de saúde e sim para a manutenção da aparência e beleza do dia-a-dia. Pois com isso estudos comprovam que os efeitos do Treinamento Funcional em circuito são positivos para a perda de peso e melhora das capacidades funcionais (REIS; BIAGIOTTO; 2016, P. 414). Partindo desse pressuposto fazemos o seguinte questionamento: o TF e o TR traz rendimento benéfico na vida de mulheres na pré-menopausa?

Onde o treinamento funcional e o de resistência vem apresentando bons resultados como estímulos proprioceptivos, agilidade e coordenação, de uma forma geral trabalhando os grupos neuromusculares, ressaltando o quanto isso pode ser importante na vida de algumas pessoas que não o praticam, e que precisam muito sair da sua zona de conforto para melhorar sua saúde e autoestima.

Desse modo, o objetivo central do estudo consiste em verificar os benefícios do treino funcional e o treinamento de resistência para mulheres na pré-menopausa.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia caracterizou-se como um estudo bibliográfico e qualitativo o qual, de acordo com Medeiros (2010, p. 54), real-

ça-se o intuito de investigar e dar retorno ao problema desenvolvido a partir da análise interpretações formuladas por meio de produções de outros autores. Delimitou-se o período de investigação de 2010 a 2019, em detrimento dos expressivos avanços da ciência neste espaço de tempo.

A pesquisa foi feita através das seguintes plataformas de dados eletrônicos: Periódicos CAPES, MEDLINE, PubMed, SciELO. A estratégia da busca incluiu termos relacionados a qualquer tipo de intervenção no exercício. Esses termos de pesquisa foram modificados para uso com outros bancos de dados bibliográficos. Foram incluídos artigos da língua portuguesa e inglesa, que falavam a respeito da temática, na íntegra e disponibilizados online: contivessem os descritores “treino funcional” “treinamento de resistência”, mulheres na pré-menopausa”, no título, resumo ou palavras-chaves, e os que estavam atualizados nos últimos 10 anos. Já os critérios de exclusão foram quaisquer referências que não fossem artigos, que não tivesse disponibilidade online e na íntegra e que não tivessem sido publicados no período descrito.

O trabalho teve como objetivo a analisar o TF e o TR em mulheres na pré-menopausa. Desse modo foram reunidas informações a partir dos critérios de seleção estabelecidos 12 artigos científicos para compor a presente revisão, todos disponíveis nas bases de dados utilizados no estudo como SciElo, MadLINE, Caps e PubMed. Nas buscas teve como descritores “treino and resistência, treino and funcional, mulheres and pré-menopausa, treino and força”.

TABELA 1: Síntese dos resultados

AUTOR / ANO	TÍTULO	METODOLOGIA	RESULTADOS
SOUZA, et al. 2016	Estudo do perfil das qualidades físicas de mulheres praticantes do treinamento funcional do posto saúde da família de praia seca.	O método utilizado de análise de perfil de forma quantitativa por envolver variáveis de medidas precisas e qualitativas. O universo foi constituído por sessenta mulheres voluntárias atendidas no programa saúde da família – PSF da secretaria municipal de saúde do município de Araruama, ativas e praticantes do treinamento funcional. Fizeram parte da amostragem os indivíduos cadastrados e atendidos pelo PSF Praia Seca que fazem parte do programa HIPERDIA.	IMC – Kg/m 21.8±3.8 Peso Normal (%GORD) VO2máx – mL/Kg/min. Força – Kgf RML – Abdominal/min. 22.9±3.82 37±1.99 31±2.93 30±5.9 > Média Bom Média Excelente
TEXEIRA, et al. 2016	Short roundtable RBCM: treinamento funcional	O trabalho tem caráter bibliográfico, conduzido em formato de mesa redonda (Roundtable), no qual o autor principal foi o responsável pela elaboração de perguntas relativas à temática e o direcionamento das mesmas aos convidados (coautores), seguindo modelo proposto por Azevedo et al.4. Foram selecionados para participar da mesa redonda, autores de livros e artigos científicos publicados	Este presente estudo teve como resultados, quanto à ciência do TF, as pesquisas atuais parecem explorar as adaptações do treinamento sobre variáveis funcionais e estruturais, comparando sua eficácia com abordagens tradicionais.
JUNIOR, et al. 2017	A influência do acompanhamento nutricional para a redução de gordura corporal e aumento de massa magra em mulheres praticantes de treinamento funcional	Participaram desta pesquisa 11 mulheres com faixa etária entre 20 e 35 anos, praticantes de treinamento funcional, que foram divididas em dois grupos de 6 participantes. O acompanhamento dos grupos ocorreu por três meses consecutivos, com uma avaliação pré e pós período de estudo, ocorrendo simultaneamente.	Os dados analisados neste estudo, mostraram diferenças relevantes entre os grupos, podemos destacar as medidas que expressaram valores significativos, como a circunferência abdominal e da cintura e o percentual de gordura corporal

PEREIRA, et al. 2012	Efeitos do treinamento funcional com cargas sobre a composição corporal: um estudo experimental em mulheres fisicamente inativas	Trata-se de um estudo com delineamento experimental por aplicar tratamentos específicos em grupos de indivíduos, visando controlar a ação de fatores intervinientes e investigar graus de mudança em variáveis dependentes.	Os resultados encontrados no presente estudo indicam que mesmo havendo aumentos nos valores de ingestão de certos macronutrientes, o TFC promoveu reduções nos níveis de gordura corporal, demonstrando ser uma prática recomendada para os indivíduos que buscam alcançar esse tipo de resposta ao exercício físico.
GENTIL, et al. 2017	O treinamento intervalado de alta intensidade não prejudica os ganhos de força em resposta ao treinamento resistido em mulheres na pré-menopausa.	Dezesseis mulheres (26-40 anos) foram divididas aleatoriamente em dois grupos que realizaram RT ou CT. Ambos os grupos realizaram o mesmo programa de TR; no entanto, a TC realizou um treinamento intervalado de alta intensidade (HIIT) adicional em uma bicicleta ergométrica antes da RT.	A análise de variância revelou aumentos significativos na força corporal superior e inferior nos grupos TR e CT. Em outra parte, não teve diferenças significativas entre os grupos.
CINZA M. et al. 2013	Os efeitos do treinamento de força e força na densidade mineral óssea em mulheres na pré-menopausa.	O grupo de treinamento resistido realizou de 8 a 10 exercícios de fortalecimento do corpo inteiro com 70% de uma repetição máxima (1RM). Antes e após a intervenção do exercício, a DMO foi medida por absorciometria de dupla energia por raios X (DXA) para o corpo total, coluna lombar, colo femoral esquerdo e trocânter maior esquerdo.	Não houve diferenças estatísticas entre os dois grupos de treinamento para nenhuma das medidas da DMO.
LIANG MT, et al. 2012	Efeito do treinamento de resistência da parte superior do corpo a curto prazo na força muscular, marcadores metabólicos ósseos e DMO em mulheres na pré-menopausa	Vinte e dois indivíduos (22,1 ± 1,8 anos) foram aleatoriamente designados para um grupo de treinamento resistido (n = 12) ou sem controle de treinamento (n = 10).	A intervenção de 10 semanas no treinamento de resistência da parte superior do corpo resultou em melhor desempenho da força em flexões (treinamento resistido versus controle: P <0,05), pressas no peito (P <0,05) e pulldowns (P <0,05).

LIANG MT, et al. 2011	Efeito da aeróbica de alto impacto e treinamento de força na DMO em mulheres jovens de 20 a 35 anos.	Para avaliar os efeitos de uma intervenção de exercícios de 12 meses usando exercícios aeróbicos de alto impacto ou treinamento de força de intensidade moderada na densidade mineral óssea (aBMD), estudamos 51 mulheres não treinadas, com idades entre 20 e 35 anos, para este estudo.	As diferenças de grupo em aBMD, força do leg press e desoxipridinolina de ligação cruzada urinária (μ DPD) foram analisadas usando análise de variância.
THOMAS DT, et al. 2010	Efeitos do cálcio e do exercício resistido na composição corporal de mulheres na pré-menopausa com excesso de peso.	Ambos os grupos iniciaram o treinamento de resistência 3 dias por semana e receberam aconselhamento dietético para reduzir a ingestão de energia em 250 kcal por dia.	Os participantes tinham $36,8 \pm 4,8$ anos de idade, com um índice de massa corporal médio de $29,1 \pm 2,1$ kg / m ² . A massa gorda diminuiu significativamente ao longo do tempo (BAIXO = $3,8 \pm 4,1$ kg e ALTO = $1,8 \pm 2,1$ kg), mas não foi significativamente diferente por grupo
VANNI AC, et al. 2010	Comparação dos efeitos de dois regimes de treinamento de resistência nas respostas musculares e ósseas em mulheres na pré-menopausa.	Os sujeitos foram treinados três vezes por semana durante 28 semanas.	A DMO permaneceu inalterada nos dois grupos, apesar dos aumentos significativos na força muscular máxima (GLP, 37-73%; UPG, 40-70%) e submáxima (GLP, 82-114%; UPG, 70-102%).
FJELDS-TAD AS, et al. 2010	Efeitos do treinamento resistido na complacência arterial em mulheres na pré-menopausa.	Trinta e duas mulheres foram designadas para um grupo de treinamento resistido (n = 21) ou um grupo controle (n = 11).	A ANOVA medida bidirecional (grupo x tempo) repetida não detectou grupo significativo, efeitos no tempo ou interações grupo x tempo para pequena complacência arterial (P > 0,05). Houve um efeito temporal significativo para grande complacência arterial (P < 0,05), que aumentou nos dois grupos.

JENDRI-CKE P. et al. 2019	Peptídeos de colágeno específicos em combinação com O treinamento resistido melhora a composição corporal e Força muscular regional em mulheres na pré-menopausa: Um estudo controlado randomizado	No total, 90 mulheres na pré-menopausa com idade entre 18 e 50 anos com IMC entre 20 e 35 kg m-2 foram aleatoriamente designados para os grupos de estudo. Incluímos indivíduos não treinados, sem experiência em treinamento de resistência (TR) ou que não treinam há vários anos.	Nem o GT nem o GC diferiram significativamente em idade, altura, peso ou índice de massa corporal (IMC).
---------------------------	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto aos resultados obtidos com relação ao índice de benefícios do treinamento funcional e de resistência em mulheres na pré-menopausa, segundo Teixeira (2016), estudos futuros devem se ater a identificar a influência das variáveis, com o objetivo de diminuir a aglomeração entre competências biomotoras, tal como perceber a eficácia do TF na percepção da neurociência, no entanto ele quer ressaltar que a uma exploração futuramente em pesquisas sobre o TF.

Enquanto Junior (2017), percebeu uma diferença na prática do TF em que essa é de grande relevância na situação em que expressaram valores significativos, como a circunferência abdominal e da cintura e o percentual de gordura corporal, então com suas pesquisas viu os avanços do TF e avanços que se tornaram significativos para o futuro dos praticantes.

Pereira (2012), mesmo com o aumento da ingestão de macronutrientes, o TFC inquiriu em reduções de tecido adiposo, evidenciando ser uma prática preconizada para os indivíduos que buscam este tipo de resposta ao exercício físico. Por meio desta investigação sabendo assim que o TFC beneficia o indivíduo que pratica em que tem uma redução de GC.

Gentil (2017), em um de seus estudos ocorreu uma variação em que revelou aumentos significativos na força corporal superior e inferior nos grupos TR e CT. Então na maioria dos casos de Treinamento resistido com mulheres na pré-menopausa, teve uma manifestação benéfica no condicionamento físico, gerando forças que ajude futuramente em seu cotidiano.

De acordo com Cinza (2013), sobre os efeitos do Treinamento de força e resistido, trabalhou com cima de mulheres na pré-

-menopausa, e pra ele não teve uma variação dos grupos, no entanto ele relata que não houve uma variação precisa para que haja uma amostra de grande relevância futuramente. Deu-se então um confronto entre esses autores, em que uns tem um olhar e pesquisa diferente gerando grande significativa para o futuro do TF e TR, já CINZA falou que para a pesquisa dele não houve alterações em nada.

Liang (2012), ressalta que, a intervenção de 10 semanas no treinamento de resistência da parte superior do corpo resultou em um melhor desempenho de força em flexões. Isso então para ele teve significativa para a geração futuramente dos benefícios em mulheres no TF e TR. Para Thomas (2010), segundo os resultados dele em cima do TR em mulheres, a massa gorda diminuiu significativamente ao longo do tempo, mas não foi significativamente diferente por grupo. A redução média de energia da linha de base foi de 382 kcal (LOW) e 214 kcal (HIGH; $p = 0,14$). Já para VANNI 2010, segundo as pesquisas e análise dele, não houve tanta significativa, mais que teve uma modificação ao longo do período dos treinos, em que o grupo de mulheres analisados teve uma variação, e que levou em consideração a favor do TR.

Fjeldstad AS (2010), diz na suas análise nos dois grupos em que no começo do TR e no TC não teve tanta significativa em mudanças benéficas, mais ao ter modificações nos treinos, houve um efeito temporal significativo para grande complacência arterial ($p < 0,05$), que aumentou nos dois grupos. No entanto JENDRICKE P. 2019, analisou nos seus estudos que a uma melhora no TR em mulheres na pré-menopausa, em que a um total de 77 indivíduos completaram a investigação e foram incluídos na análise por protocolo. Nem o GT nem o GC diferiram significativamente em idade, altura, peso ou índice de massa corporal (IMC). Na maioria dos artigos selecionados, o TF e o TR são de suma importância para que tenham um bom condicionamento físico e que a uma diminuição de GP, mais sabendo que a de haver modificações nos seus planejamentos futuramente.

CONCLUSÃO

Conclui-se este trabalho em que predispôs entender o Treinamento Funcional e o de Resistência, que por sinal vem crescendo e se modificando ao passar dos tempos, onde pôde-se perceber que

há uma grande significância para ações futuras como uma ferramenta de pesquisa. Para atingir uma compreensão dessa realidade, ao analisar os estudos que foram obtidos na pesquisa, foi visto que a prática desses treinos atingiu o objetivo no que tange na melhoria do desempenho; desempenho este em que o treinamento funcional e de resistência tem suma importância para o ganho de massa corpórea e de grande perda de massa gorda, beneficiando as mulheres na pré-menopausa com eficácia.

REFERÊNCIAS

BOSSI, Luis Cláudio. Treinamento funcional para mulheres: força, potência e agilidade/ Luis Cláudio Bossi, - 1,ed. – São Paulo : Phorte Editora, 2014. 176 p. : il.; 23 cm.

BOYLE, Michael. Avanços no treinamento funcional. Porto Alegre: Artemed, 2015. 251 p.

CAMPOS, deDilza Balieiro Pereira. Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição / American College of Sports Medicine, tradução Dilza Balieiro Pereira de Campos. – 9. Ed. – [Reimpr]. – Rio de Janeiro: Guanabara, 2016 9.

FJELDSTAD, Anette S.; BEMBEN, Michael G.; BEMBEN, Debra A.. Resistance Training Effects on Arterial Compliance in Premenopausal Women. *Angiology*, [s.l.], v. 60, n. 6, p.750-756, 12 fev. 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0003319709331393>.

GENTIL, Paulo et al. High intensity interval training does not impair strength gains in response to resistance training in premenopausal women. *European Journal Of Applied Physiology*, [s.l.], v. 117, n. 6, p.1257-1265, 19 abr. 2017. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s00421-017-3614-0>.

GRAY M. DI BREZZO R. FORT IL. Os efeitos do treinamento de força e força na densidade mineral óssea em mulheres na pré-menopausa. Gray M, Di Brezzo R., Fort IL.

J Sports Med Phys Fitness . Ago 2013; 53 (4): 428-36.

JENDRICKE, Patrick et al. Specific Collagen Peptides in Combination with Resistance Training Improve Body Composition and Re-

gional Muscle Strength in Premenopausal Women: A Randomized Controlled Trial. *Nutrients*, [s.l.], v. 11, n. 4, p.892-895, 20 abr. 2019. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/nu11040892>.

JUNIOR, Carlos Generoso. SILVEIRA, Jacqueline Queiroz. A influência do acompanhamento nutricional para a redução de gordura corporal e aumento de massa magra em mulheres praticantes de treinamento funcional. Antônio Carlos Generoso Junior, Jacqueline Queiroz Silveira. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, São Paulo. v. 11. n. 64. p.485-493. Jul./Ago. 2017.

LIANG, M. T. C. et al. Effect of High-Impact Aerobics and Strength Training on BMD in Young Women Aged 20-35 Years. *International Journal Of Sports Medicine*, [s.l.], v. 32, n. 02, p.100-108, 16 dez. 2010. Georg Thieme Verlag KG. <http://dx.doi.org/10.1055/s-0030-1268503>.

LIANG, Michael et al. Effect of short-term upper-body resistance training on muscular strength, bone metabolic markers, and BMD in premenopausal women. *Open Access Journal Of Sports Medicine*, [s.l.], p.201-205, nov. 2012. Dove Medical Press Ltd.. <http://dx.doi.org/10.2147/oajsm.s33399>.

MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Hnerique. Metodologia da pesquisa : guia prático / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Ita- buna : Via Litterarum, 2010.

PEREIRA, Priscila Cartaxo et al. Efeitos do treinamento funcional com cargas sobre a composição corporal: Um estudo experimental em mulheres fisicamente inativas. *Motricidade*, [s.l.], v. 8, n. 1, p.44-49, 1 mar. 2012. Desafio Singular, Lda. [http://dx.doi.org/10.6063/motricidade.8\(1\).238](http://dx.doi.org/10.6063/motricidade.8(1).238).

SOUZA, Patrícia Cristina Lucas de, et al. Estudo do perfil das qualidades físicas de mulheres praticantes do treinamento funcional do posto saúde da família de praia seca. *Corpoconsciência*, Cuiabá-MT, vol. 20, n. 01, p. 57-66, jan./abr. 2016.

TEIXEIRA, C V L S; EVANGELISTA, A L; PEREIRA, C A; GRIGOLETTO, M E da S. Short roundtable RBCM: treinamento funcional.

R. bras. Ci. e Mov 2016;24(1): 200-206.

THOMAS, DT. WIDEMAN L. LOVELADY, CA. Efeitos do cálcio e do exercício resistido na composição corporal de mulheres na pré-menopausa com excesso de peso. J Am Coll Nutr, Estados Unidos J Am Coll Nutr ; 29 (6): 604-11, 2010 dez.

VANNI, A. C. et al. Comparison of the effects of two resistance training regimens on muscular and bone responses in premenopausal women. Osteoporosis International, [s.l.], v. 21, n. 9, p.1537-1544, 8 jan. 2010. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s00198-009-1139-z>.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Evandro Nogueira de Oliveira - Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN) (2017). E-mail: evandronogueira@univs.edu.br



Erika Suyanne Sousa Silva – Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Especialista em Ciências da Educação e Docência no Ensino Superior (2020). E-mail: erikasuyanne@univs.edu.br



Edna Ferreira Pinto - Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco –UNIVASF (2018). E-mail: edna@univs.edu.br



Antoniel dos Santos Gomes Filho - Coordenador da Coleção Encontros Científicos UniVS. Professor substituto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores. Professor do Centro Universitário Vale do Salgado (UniVS). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tecnólogo em Gestão Comercial formado no

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK). Discente de Bacharelado em Psicologia na UniNassau e em Licenciatura em Sociologia (Formação pedagógica) e Especialização em Teoria Psicanalítica no Centro Universitário FAVENI. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Biologia da Universidade Regional do Cariri (URCA/CNPQ); Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias da Universidade de Pernambuco. E-mail: antoniel.historiacomparada@gmail.com / antonielsantos@univs.edu.br

,SOBRE OS AUTORES

Ana Priscila Jorge Gomes – Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail: ana123priscila@gmail.com

Anna Maria Gonçalves Félix – Egressa do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail: anamariafelix340@gmail.com

Augusto Pedretti – Professor do curso de Educação Física da Universidade Regional do Cariri – Urca. Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2020). E-mail: pedrettiaugusto@gmail.com

Cícero Cleber Brito Pereira - Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Integradas de Patos (2014). E-mail: ciceroCleber@univs.edu.br;

Edilânia Alcides Freires – Egressa do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS. E-mail: edilaniaalcides@outlook.com

Edna Ferreira Pinto - Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco –UNIVASF (2018). E-mail: edna@univs.edu.br

Erika Suyanne Sousa Silva – Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS.

Especialista em Ciências da Educação e Docência no Ensino Superior (2020). E-mail: erikasuyanne@univs.edu.br

Evandro Nogueira de Oliveira - Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN) (2017). E-mail: evandronogueira@univs.edu.br

Gabriela Gomes de Oliveira Bezerra – Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO). Especialista em Educação Física pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: gabriela.o.bezerra@gmail.com

Géssica de Oliveira Rolim – Discente do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail: ogessica028@gmail.com

Hiandra da Silva Pereira - Professora da rede pública municipal de educação de Várzea Alegre-CE. Mestranda em Educação Física pela Universidade Federal do São Francisco E-mail: hiandrap12@gmail.com

Jenifer Kelly Pinheiro - Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Mestranda em Educação Física pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: jenifer@leaosampaio.edu.br

Lara Belmudes Bottcher - Professora do curso de Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Doutora em Ciências da Saúde pela faculdade de Medicina do ABC. E-mail: larabottcher@leaosampaio.edu.br

Marcos Antônio Araújo Bezerra - Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Mestre em Saúde da criança e do adolescente pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: marcosbezerra@univs.edu.br

Maria Mariana Ferreira Gonçalves – Professora da Rede Estadual do Ceará – SEDUC. Especialista em Docência e Metodologia do Ensino Superior. E-mail: marianaalencar.g@gmail.com

Naildo Santos Silva - Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado - UNIVS. Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2020). E-mail: naidosantos@univs.edu.br

Vanessa Araújo Alcântara Rodrigues - Egressa do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado. E-mail: araujovanessa814@gmail.com

Este livro é uma iniciativa do curso de Educação Física do Centro Universitário Vale do Salgado, sendo destinado a estudantes e profissionais de Educação Física e demais campos da saúde e educação. Os artigos que compõem a obra apresentam estudos e pesquisas sobre a formação de professores de educação física, espaços de lazer e seus usos, treinamento funcional e outras temáticas relativas à área de formação profissional. A obra destaca os entrelaçamentos da pesquisa científica na Educação Física e seu diálogo multidisciplinar, servindo assim como fonte de pesquisa para estudantes de educação física e demais áreas da educação e saúde.

ALEXA
CULTURAL

UniVS
Centro Universitário Vale do Salgado

ISBN 978-65-8967789-58



9 786589 677895